



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**MOISES HENRIQUE ZEFERINO ALVES**

**PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO *STRICTO SENSU* DOS PROFESSORES QUE  
TRABALHAM NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA BAHIA- 1982 A 2012:  
DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS DA  
POLÍTICA NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**Salvador**

**2017**

**MOISES HENRIQUE ZEFERINO ALVES**

**PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO *STRICTO SENSU* DOS PROFESSORES QUE  
TRABALHAM NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA BAHIA- 1982 A 2012:  
DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS DA  
POLÍTICA NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia como requisito de obtenção do grau de mestre em Educação.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Celi Nelza Zülke Taffarel  
Co-orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Kátia Oliver de Sá

**Salvador**

**2017**

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Alves, Moises Henrique Zeferino.

Produção do conhecimento *stricto sensu* dos professores que trabalham nos cursos de Educação Física na Bahia - 1982 a 2012 : determinações históricas da política nacional de pós-graduação / Moises Henrique Zeferino Alves. - 2017. 159 f. : il.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Celi Nelza Zülke Taffarel.

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kátia Oliver de Sá.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2017.

1. Educação física - Estudo e ensino (Pós-graduação) - Pesquisa - Bahia. 2. Professores de educação física - Pesquisa - Bahia. 3. Epistemologia. 4. Universidades e faculdades - Pós-graduação - Política governamental. I. Taffarel, Celi Nelza Zülke. II. Sá, Kátia Oliver de. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. IV. Título.

CDD 613.7098142 – 23. ed.

**MOISES HENRIQUE ZEFERINO ALVES**

**PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO *STRICTO SENSU* DOS PROFESSORES QUE  
TRABALHAM NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA BAHIA- 1982 A 2012:  
DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS DA  
POLÍTICA NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia como requisito de obtenção do grau de mestre em Educação.

Aprovado em 23 de Março de 2017.

Banca examinadora:

Prof. Dr. (a) Claudio de Lira Santos Júnior ..... 

Prof. Dr. (a) Silvio Ancizar Sanchez Gamboa ..... 

Prof. Dr. (a) Kátia Oliver de Sá( Co-Orientadora)..... 

Prof. Dr. (a) Celi Nelza Zulke Taffarel..... 

Aos meus pais, Osvandir e Isabel, pelo incentivo e apoio incondicional nesses  
momentos de intenso estudo...  
Aos amigos do Grupo LEPEL, companheiros de todas as horas...  
À toda classe trabalhadora oprimida pelo capital...  
Que este estudo possa contribuir na luta histórica por uma sociedade mais justa e  
igualitária.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Osvandir e Isabel, que sempre estiveram do meu lado, incentivando e apoiando em todos os momentos.

À Professora e co-orientadora Dr<sup>a</sup> Kátia Oliver Sá, eterna orientadora, que vem acompanhando e contribuindo intensamente a minha formação desde a graduação; amiga e companheira sempre prestativa, atenciosa e amorosa, mas não menos exigente. Meu profundo agradecimento por ter depositado sua confiança em mim, por ter aberto meus olhos para enxergar o mundo para além de sua aparência e por ter me mostrado a possibilidade da construção de novas formas de relações sociais, mais justas, humanas e igualitárias.

À professora Celi Taffarel, orientadora e militante incansável, pelas orientações que vão muito além deste trabalho e que muito contribuíram para minha formação enquanto professor, pesquisador e militante cultural. Cada reunião de trabalho foi sempre realizada com momentos de muito aprendizado.

Ao Professor Silvio Gamboa, coordenador do projeto EPISTEFNORDESTE, que com seu brilhante trabalho conduziu o desenvolvimento da pesquisa que gerou os bancos de dados sobre a produção do conhecimento na região nordeste do país, dentre os quais, os dados da produção *stricto sensu* em Educação Física na Bahia, que constituiu as fontes de nossa pesquisa.

Aos companheiros, Ivson Silva, Ana Sousa, Wagner Santana, Gilson Trindade, William Santos, Luis Carlos, Eliabe Oliveira, Jaildo Vilas Bôas, Cássia Hack, Leidiane Alves e Larissa por todos os estudos e as discussões que desenvolvemos no projeto EPISTEFNORDESTE/BAHIA, que em muito contribuíram para a materialização deste trabalho.

Aos companheiros e companheiras militantes da Associação dos Pós-graduandos da UFBA, Arlen Beltrão, Clara Lima, Graça Santiago, Tássia Sampaio, com os quais aprendi muito na luta junto pela construção da representação estudantil da pós-graduação e pelos direitos dos pós-graduandos em uma conjuntura política tão adversa como a que vivemos hoje;

Aos colegas da representação discente do PPGE/UFBA, Ananda Pimenta, Márcia Morschbacher, João Dória, Érica Sousa e Ruy Braga.

À todos os companheiros e companheiras integrantes do Comitê UFBA em Defesa da Democracia e Contra o Golpe, pelos momentos de muito aprendizado em meio a luta contra o governo golpista e contra os ataques a universidade pública.

Aos companheiros e companheiras do MNCR, sempre firmes na luta contra os ataques sobre o direito ao trabalho dos professores de Educação Física e contra a ingerência do sistema CREF/CONFED.

Aos colegas participantes do Projeto Vizinhança – Esporte e Alegria no Calabar, Sidnéia Luz, Francisco do Valle, Carolina Heleno e as mulheres moradoras do Bairro Calabar, pelo aprendizado no desenvolvimento do trabalho socialmente útil no trato com a cultura corporal.

À todos os colegas do grupo LEPEL, pelos diversos momentos de estudos e discussões teóricas que direta ou indiretamente contribuíram para a construção desta pesquisa.

À todos os servidores técnicos administrativos e terceirizados da UFBA, em especial da FACED, e professores do PPGE que com o trabalho e dedicação criam as condições para a formação de novos mestres e doutores.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento da pesquisa.

Sem a colaboração de todas essas pessoas, essa dissertação não seria possível.

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção *material* dispõe também dos meios da produção espiritual [...] na medida que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de idéias, que regulam a produção e a distribuição das idéias de seu tempo; e por conseguinte, que suas idéias são as idéias dominantes da época. (MARX, 2007, p.47)

As consequências só podem ser evitadas eliminando suas causas. De modo que, como cada vez mais graves problemas sociais derivam da apropriação privada do meios de produção, só sua expropriação pode fazer com que todos os meios disponíveis [...] se coloquem a serviço do conjunto da população, com o horizonte final de abolir definitivamente a exploração e construir uma sociedade sem classes. Em uma sociedade sem classes as possibilidades seriam enormes. Pense-se simplismente em como poderia ser hoje o combate contra o câncer se durante os últimos vinte e cinco anos se tivesse dedicado a investir sobre a metade do que se tem gasto em armamento. Mas no capitalismo não só não se faz e nem se poderia fazer, como cada vez se dedica menos recursos a esses fins. De fato, só em uma sociedade sem classes baseada na propriedade social de todos os meios de produção a noção de bem estar pode alcançar uma materialização real, universal e sempre em crescimento. (ARRIZABALO MONTORO, 2014, p. 674, tradução nossa)



ALVES, Moises Henrique Zeferino. *Produção do conhecimento stricto sensu dos professores que trabalham nos cursos de Educação Física na Bahia- 1982 a 2012: determinações históricas da Política nacional de pós-graduação*. 159 f. 2017. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

## RESUMO

Essa dissertação é parte do esforço que vimos realizando na linha de pesquisa epistemologia do grupo LEPEL da FAGED/UFBA, em vista ao balanço crítico da produção do conhecimento *stricto sensu* em Educação Física na região nordeste. Parte do acúmulo de estudos e investigações desenvolvidas no projeto EPISTEFNORDESTE/Bahia que tem como título: Projetos integrados de pesquisa em rede: Realidade e possibilidades da produção do conhecimento em educação física, esporte e lazer dos docentes (mestres e doutores) de instituições formadoras de professores de educação física do estado da Bahia – 1982 a 2012, que se articula ao projeto temático do grupo PAIDEIA/FE/UNICAMP - Produção do conhecimento em Educação Física no nordeste do Brasil: análise cienciométrica e epistemológica dos impactos do sistema de pós-graduação na formação de docentes, mestres e doutores, e na implementação da pesquisa nas instituições do ensino superior da região nordeste. Tem como problema de investigação: Quais as contradições da produção do conhecimento dos professores que trabalham em cursos de Educação Física no estado da Bahia (1982-2012), considerando nexos e determinações contraditórias dos Planos Nacionais de Pós-graduação? Têm como fonte de dados/informações a análise de 86 produções (teses e dissertações) produzidas por professores de Educação Física que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física do estado da Bahia no período de 1982 a 2012 e a análise de cinco Planos Nacionais de Pós-Graduação. Para a análise dos dados, partimos da base teórica do materialismo histórico-dialético. Os procedimentos de análise se basearam nos apontamentos de Kosik: (1976, p. 37), Minuciosa apropriação histórica do objeto com pleno domínio do material investigado; Análise das formas de desenvolvimento do material investigativo sobre o objeto; Investigação da coerência interna do objeto. Os resultados apontam que a produção do conhecimento que analisamos possui um caráter predominantemente conservador e reacionário, com interesses atrelados a classe dominante e a serviço do capital, sendo 70% desenvolvida com base nas leis e princípios da lógica formal e apenas 30% com base na lógica dialética. Os determinantes históricos que explicam essa realidade, considerando a Política Nacional de Pós-graduação, que indentificamos foi: a) o estado burguês, enquanto comitê responsável por gerir os negócios da burguesia, não pode traçar políticas públicas que atendam aos anseios da classe trabalhadora, tão pouco uma Política Nacional de Pós-graduação que coloque o conhecimento produzido nos programas de pós-graduação a serviço das necessidades de emancipação dos trabalhadores; b) o modo de produção capitalista no atual estágio de seu desenvolvimento é marcado pela sua crescente dificuldade de valorização, o que o impele a impor a escala global o ajuste permanente fundomonetarista com o objetivo de reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração do trabalho, no contexto da qual a universidade e produção do conhecimento é colocada a serviço deste objetivo, cujas consequências são a consituição da universidade operacional e a integração da pesquisa ao capital produtivo; c) Os PNPG apresentam objetivos e diretrizes que orientam a pós-graduação de modo a fomentar a privatização e mercadorização do conhecimento, o estranhamento do trabalho do professor/pesquisador, o produtivismo acadêmico e, conseqüentemente, uma lógica formal de se fazer ciência.

**Palavras-Chave:** Educação Física. Epistemologia. Produção do Conhecimento. Planos Nacionais de Pós-graduação.

ALVES, Moises Henrique Zeferino. *Producción del conocimiento stricto sensu de los profesores que trabajan en los cursos de Educación Física en Bahía- 1982 a 2012: determinaciones históricas de la Política nacional de pós-graduación*. 155 f. 2017. Disertación (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

## RESUMEN

Esa disertación es parte del esfuerzo que venimos realizando en la línea de investigación epistemología del grupo LEPEL de la FACED/UFBA, en vista al balance crítico de la producción del conocimiento *stricto sensu* en Educación Física en la región nordeste. Parte del acúmulo de estudios e investigaciones desarrolladas en el proyecto EPISTEFNORDESTE/Bahia que tiene como título: Proyectos integrados de investigación en red: Realidad y posibilidades de la producción del conocimiento en educación física, deporte y ocio de los docentes (maestros y doctores) de instituciones formadoras de profesores de educación física del estado de Bahia – 1982 a 2012, que se articula al proyecto temático del grupo PAIDEIA/FE/UNICAMP - Producción del conocimiento en Educación Física en el nordeste de Brasil: análisis cuantitativa y epistemológica de los impactos del sistema de pós-graduación en la formación de docentes, maestras y doctores, y en la implementación de la investigación en las instituciones de la enseñanza superior de la región nordeste. Tiene como problema de investigación: ¿Cuáles las contradicciones de la producción del conocimiento de los profesores que trabajan en cursos de Educación Física en el estado de Bahia (1982-2012), considerando nexos y determinaciones contradictorias de los Planes Nacionales de Pós-graduação? Tiene como fuente de datos/informaciones el análisis de 86 producciones (tesis y dissertações) producidas por profesores de Educación Física que trabajan en los cursos de formación de profesores de Educación Física del estado de Bahía en el periodo de 1982 a 2012 y el análisis de cinco Planes Nacionales de Pós-Graduación. Para el análisis de los datos, partimos de la base teórica del materialismo histórico-dialéctico. Los procedimientos de análisis se basaron en los apuntes de Kosik: (1976, p. 37): Minuciosa apropiación histórica del objeto con pleno dominio del material investigado; Análisis de las formas de desarrollo del material investigativo sobre el objeto; Investigación de la coherencia interna del objeto. Los resultados apuntan que la producción del conocimiento que analizamos tiene un carácter predominantemente conservador y reaccionario, con intereses atrelados a la clase dominante y a servicio del capital. siendo 70% desarrollada con base en las leyes y principios de la lógica formal y sólo 30% con base en la lógica dialéctica. Los determinantes históricos que explican esa realidad, considerando la Política Nacional de Pós-graduación, que identificamos fue: a) el estado burgués, mientras comité responsable por gestionar los negocios de la burguesía, no puede trazar políticas públicas que atiendan a los anhelos de la clase trabajadora, tan poco una Política Nacional de Pós-graduación que coloque el conocimiento producido en los programas de pos-graduación a servicio de las necesidades de emancipação de los trabajadores; b) el modo de producción capitalista en el actual estágio de su desarrollo es marcado por su creciente dificultad de valorización, lo que le impele a imponer la escala global el ajuste permanente fundomonetarista para la explotación del trabajo, en el contexto de la cual la universidad y producción del conocimiento es colocada a servicio de este objetivo, cuyas consecuencias son la consituição de la universidad operacional y la integración de la investigación al capital productivo; c) Los PNPG presentan objetivos y directrices que orientan a pos-graduación de modo a fomentar la privatización y mercadorização del conocimiento, el estranhamento del trabajo del profesor/investigador, el productivismo académico y, consecuentemente, una lógica formal de hacerse ciencia.

**Palabras clave:** Educación Física. Epistemología. Producción del Conocimiento. Planes Nacionales de Pós-graduación.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS

Figura 01 –	Localização das IES que têm cursos de Educação Física nas microrregiões do estado da Bahia, considerando a quantidade de cursos e respectivos municípios.....	46
Gráfico 01–	Volume total das produções identificadas dos professores de Educação Física que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física no estado da Bahia, considerando o quantitativo de teses e dissertações defendidas – 1982 a 2012.....	47
Gráfico 02–	IES públicas em que os professores de Educação Física que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física do estado da Bahia, realizaram a formação <i>stricto sensu</i> , considerando o período de 1982 a 2012.....	47
Gráfico 03–	Localização das (124) produções de IES (públicas e privadas) nos estados em que os professores de Educação Física defenderam suas produções <i>stricto sensu</i> em PGP – 1982 a 2012.....	48
Gráfico 04–	Localização das (124) produções de IES (públicas e privadas) em regiões do Brasil, onde os professores de Educação Física defenderam suas produções <i>stricto sensu</i> – 1982 a 2012.....	49
Gráfico 05–	Instituições (públicas e privadas) que têm Pós-Graduação em que os professores de Educação Física, que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física das IES do estado da Bahia, produziram suas dissertações e teses no período de 1982 a 2012.....	49
Gráfico 06–	Localização das (144) produções dos professores de Educação Física, que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física no estado da Bahia, em países em que defenderam suas produções <i>stricto sensu</i> – 1982 a 2012.....	50
Gráfico 07–	Localização das (144) produções nas IES que possuem os Programas de Pós-Graduação, em que foram realizadas a formação <i>stricto sensu</i> , considerando o que foi produzido no Brasil e no exterior.....	50
Gráfico 08–	Quantidade das IES (públicas e privadas) que estão ativas e a localização do contingente de 108 professores que têm produção <i>stricto sensu</i> e que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física no estado da Bahia – 1982 a 2012.....	51
Gráfico 09–	Quantidade de mestres e doutores, professores de Educação Física que têm produção <i>stricto sensu</i> e que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física no estado da Bahia – 1982 a 2012, que avançaram e não avançaram na formação continuada.....	52
Gráfico 10–	Formação <i>stricto sensu</i> dos (108) professores de Educação Física que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física das IES do estado da Bahia – 1982 a 2012.....	52
Gráfico 11–	IES (públicas e privadas) que os professores de Educação Física, que têm produção <i>stricto sensu</i> , trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física no estado da Bahia – 1982 a 2012.....	53

Gráfico 12–	Ano de elaboração das (144) produções <i>stricto sensu</i> dos professores de Educação Física que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física das IES da Bahia -1982 a 2012.....	53
Gráfico 13–	Agências de fomento que os professores de Educação Física, que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física no estado da Bahia, obtiveram financiamento para produzirem suas produções <i>stricto sensu</i> , considerando o período - 1982 a 2012.....	56
Gráfico 14–	Orçamento Geral da União (Executado em 2014).....	103

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 –	Volume e identificação das (86) produções <i>stricto sensu</i> levantadas defendidas em relação aos períodos de vigência dos PNPG.....	35
Quadro 01 –	Distribuição das produções <i>stricto sensu</i> em áreas de concentração do PPG, segundo as 144 produções identificadas dos professores de Educação Física que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física das IES do estado da Bahia – 1982 a 2012.....	54
Quadro 02 –	Percentual dos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> no Brasil por nível de titulação e segundo categoria administrativa.....	108

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**AGES** – Faculdade AGES

**APG** – Associação de Pós-graduação

**BM** – Banco Mundial

**CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CEFET** – Centro Federal de Educação Tecnológica

**CFE** – Conselho Federal de Educação

**CNPQ** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**DIAP** – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

**DIEESE** – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

**EPISTEF** – Epistemologia da Educação Física

**FAO** – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

**FADEU** – Faculdade de Desporto da Universidade do Porto

**FAM** – Faculdades Montenegro

**FAMAM** – Faculdade Maria Milza

**FAN** – Faculdade Nobre

**FIES** – Programa de Financiamento Estudantil

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**FSBA** – Faculdade Social da Bahia

**FTC** – Faculdade de Ciências e Tecnologia

**FUNDAJ** – Fundação Joaquim Nabuco

**FURB** – Universidade Regional de Blumenau

**FVC** – Fundação Visconde de Cairu

**IES** – Instituição de Ensino Superior

**LEPEL** – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física, Esporte e Lazer

**MEC** – Ministério da Educação

**MCTI** – Ministério de Ciência e Tecnologia

**OCDE** – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento econômico

**OMC** – Organização Mundial do Comércio

**ONG** – Organizações não Governamentais

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PBDTC** – Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**PEC** – Projeto de Emenda Constitucional

**PICD** – Programa Institucional de Capacitação de Docentes

**PITCE** – Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior

**PND** – Plano Nacional de Desenvolvimento

**PNPG** – Plano Nacional de Pós-Graduação

**PPG** – Programa de Pós-graduação

**PROAP** – Programa de Apoio à Pós-Graduação

**PRONATEC** – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

**PROUNI** – Programa Universidade para Todos

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

**UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para a Infância

**USAID** – United States Agency for International Development

**UNAERP** – Universidade de Ribeirão Preto

**UFES** – Universidade Federal do Espírito Santo

**UFPE** – Universidade Federal de Pernambuco

**UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro

**UFF** – Universidade Federal Fluminense

**UGF** – Universidade Gama Filho

**ULHT** - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

**UNB** – Universidade de Brasília

**UNIRIO** – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

**USP** – Universidade de São Paulo

**UTAD** – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

**UFS** – Universidade Federal de Sergipe

**UFBA** – Universidade Federal da Bahia

**UNEB** – Universidade Estadual da Bahia

**UCB<sup>1</sup>** – Universidade Castelo Branco

**UCB** – Universidade Católica de Brasília

**UNICAMP** – Universidade Estadual de Campinas

**UEFS** – Universidade Estadual de Feira de Santana

**PUC/SP** – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

**UNESP** – Universidade Estadual de São Paulo

**UESC** – Universidade Estadual de Santa Cruz

**UFSCAR** – Universidade Federal de São Carlos

**UDESC** – Universidade do Estado de Santa Catarina

**UFPR** – Universidade Federal do Paraná

**UFU** – Universidade Federal de Uberlândia

**UFMG** – Universidade Federal de Minas Gerais

**UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina

**UFRGS** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**UFSM** – Universidade Federal de Santa Maria

**UNIME** – União Metropolitana de Educação e Cultura

**UNIRB** – Faculdade Regional da Bahia

**UNIJORGE** – Universidade Jorge Amado

**UCSAL** – Universidade Católica de Salvador



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
1.1	APRESENTAÇÃO.....	17
1.2	PROBLEMATICAIDADE DO PROBLEMA: QUESTÕES NORTEADORAS, PROBLEMA, OBJETIVOS E HIPOTESE.....	19
1.3	BASE TEÓRICA DA PESQUISA.....	30
1.4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	32
<b>2</b>	<b>BALANÇO DA PRODUÇÃO SOBRE EPISTEMOLOGIA: ANTECEDENTES.....</b>	<b>40</b>
<b>3</b>	<b>BALANÇO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DOS PROFESSORES QUE TRABALHAM NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESTADO DA BAHIA.....</b>	<b>45</b>
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO.....	45
3.2	FUNDAMENTOS LÓGICOS DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO <i>STRICTO SENSU</i> DOS PROFESSORES QUE TRABALHAM NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESTADO DA BAHIA.....	61
3.2.1	A ciência como lógica e a epistemologia como lógica reconstituída.....	61
3.2.2	Análise dos fundamentos lógicos da produção do conhecimento.....	67
<b>4</b>	<b>ESTADO, ECONOMIA POLÍTICA E CIÊNCIA NO MARCO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA PÓS-GRADUAÇÃO.....</b>	<b>76</b>
4.1	O ESTADO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	76
4.2	ECONOMIA POLÍTICA NO MARCO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: O AJUSTE PERMANENTE FUNDOMONETARISTA.....	93
4.3	CONTRADIÇÕES DA CIÊNCIA NO MARCO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL.....	105
<b>5</b>	<b>POLÍTICA DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: A LÓGICA QUE DETERMINA OS RUMOS DO CONHECIMENTO SOB O DOMÍNIO DO CAPITAL.....</b>	<b>114</b>
5.1	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA POLÍTICA DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL NA LÓGICA DO CAPITAL .....	114
5.2	ANÁLISE DAS DETERMINAÇÕES DA LÓGICA DA POLÍTICA DE PÓS-GRADUAÇÃO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO <i>STRICTO SENSU</i> DOS PROFESSORES QUE TRABALHAM NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESTADO DA BAHIA.....	135
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>145</b>
	<b>REREFÊNCIAS.....</b>	<b>153</b>
	<b>APÊNDICES (CD com arquivos – quadros/planilhas de bancos de dados)...</b>	<b>158</b>
	<b>ANEXOS (CD com arquivos: 1. Planos Nacionais de Pós-graduação; 2. Produções <i>stricto sensu</i> analisadas).....</b>	<b>159</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 APRESENTAÇÃO

Esta dissertação se situa na linha de pesquisa em Educação, Cultura Corporal e Lazer, do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA); vem sendo produzida por dentro do Grupo de Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer – LEPEL<sup>1</sup> e está situada no eixo de epistemologia da pesquisa matricial<sup>2</sup>, concepção de pesquisa a partir da qual o referido grupo se articula e que se caracteriza por envolver uma equipe de pesquisadores que se debruçam cientificamente sobre um dado problema, enquanto necessidade concreta, tendo em vista a construção de respostas concretas em conjunto e com unidade teórico-metodológica.

Nossa aproximação ao grupo LEPEL se deu mediante o envolvimento de pesquisa com o projeto EPISTEFNORDESTE, a partir de 2011, desenvolvido em articulação com o Grupo PAIDEIA da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), intitulada: Produção do conhecimento em Educação Física: impacto do sistema de pós-graduação das regiões sul e sudeste do Brasil na formação e produção de mestres e doutores que atuam nas instituições de ensino superior da região nordeste (EPISTEFNORDESTE/Nacional)<sup>3</sup>.

O projeto gerou extensos bancos de dados sobre a produção do conhecimento *stricto sensu* em Educação Física de professores que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física nos estados da região nordeste do Brasil, considerando o período de 1982 a 2012, a partir do qual foi possível desenvolverem-se novos estudos.

A partir deste projeto de pesquisa, iniciamos nossos estudos no campo da epistemologia da Educação Física, nos apropriando dos instrumentos e referenciais teóricos desta área de pesquisa e desenvolvemos uma monografia de base no Curso de Especialização

---

<sup>1</sup> O Grupo LEPEL existente hoje na FAGED/UFBA foi criado no ano de 2000, a partir de uma concepção de pesquisa matricial, cujo acúmulo dos estudos foi realizado inicialmente entre o período de 1994-1999, junto ao Grupo LOEDEFE/CCS/UFPE – Laboratório de observação e Estudos Descritivos em Educação Física e Esportes, coordenado pela profa. Dra. Celi Nelza Zülke Taffarel.

<sup>2</sup> O LEPEL desenvolve uma Pesquisa Matricial, integrada a uma rede de pesquisadores a nível estadual, nacional e internacional, denominada: PROBLEMÁTICAS SIGNIFICATIVAS DO TRABALHO PEDAGÓGICO, DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO, DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER ABORDADAS ATRAVÉS DE PESQUISA MATRICIAL NO GRUPO LEPEL/FAGED/UFBA. Essa pesquisa foi elaborada desde o ano 2000 e vem sendo atualizada a cada três anos.

<sup>3</sup> Este projeto de pesquisa tem como pesquisador responsável o prof. Dr. Silvio Sánchez Gamboa, do Grupo PAIDÉIA/FE/ UNICAMP e conta, também, com a coordenação regional da Profa. Dra. Márcia-Chaves Gamboa e a Profa. Dra. Celi Nelza ZÜlke Taffarel. Essa pesquisa foi financiada pela FAPESP (Processo no 2012/50019-7), teve início em 2011 e seu processo de levantamento e apresentação dos dados foi concluída em dezembro de 2015.

em Metodologia do Ensino e da Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer da FAGED/UFBA, no ano de 2014, no qual problematizamos a realidade da lógica interna de desenvolvimento da produção do conhecimento *stricto sensu* dos professores que trabalham nos cursos de Educação Física no Estado da Bahia – 1982 a 2012 – e seus nexos com as determinações históricas, particularmente no que diz respeito à política nacional de pós-graduação. Naquele momento havíamos constatado a predominância de teses e dissertações desenvolvidas com base na lógica formal, tendo como substrato material e objetivo de análise dois elementos importantes, considerando: 1. o desenvolvimento lógico do pensamento dos pesquisadores na produção de suas pesquisas; 2. a teoria que os pesquisadores utilizaram ou desenvolveram para o estudo do objeto de suas investigações e a concepção de homem e sociedade que constituíram os pressupostos ontológicos das investigações. Identificamos também que o conjunto dos cinco Planos Nacionais de Pós-graduação aponta, em seus objetivos e diretrizes, a necessidade de explicitar a formação de recursos humanos para atender as exigências do mercado, em detrimento de uma pós-graduação voltada para o desenvolvimento de pesquisas que visam o atendimento de necessidades de superação dos problemas sociais.

Ao concluir o processo de investigação dessa pesquisa reconhecemos uma lacuna em nossos estudos iniciais, considerando a necessidade de apontar de que modo historicamente a política nacional de pós-graduação e de ciência e tecnologia vem determinando a produção analisada e quais as consequências daí decorrentes. Isto é, identificamos a necessidade de reconhecer os nexos e relações existentes entre a política de pós-graduação voltada para os interesses do mercado, mediante o que se tem produzido e a forma como tem sido desenvolvida a pesquisa científica em nosso país. Essas foram questões, que ao final de nossa pesquisa anterior, reconhecemos ser necessário, ainda, explicar. Além disso, reconhecemos como necessário responder também a pergunta sobre a determinação da política, seus limites e suas possibilidades, ou seja, o que determina que a própria política de pós-graduação em nosso país assuma uma determinada lógica e não outra, que apresente determinados objetivos e diretrizes para a área e não outros que possam contribuir para superar as contradições?

Portanto, optamos nesse estudo de mestrado por dar continuidade aos estudos iniciados no curso de especialização supracitado, tendo em vista a necessidade de preencher essas lacunas com novas aproximações ao objeto de estudo, a saber, a produção do conhecimento *stricto sensu* dos professores que atuam em cursos de graduação de Educação Física no Estado da Bahia, o que a determina e as consequências daí decorrentes. Admitimos

que estes estudos demandam um tempo maior do que o tempo de realização do mestrado, sendo, portanto, necessário delimitar o que seria possível realizar em dois anos. Neste sentido, delimitamos a problemática em torno das relações, nexos e determinações entre o modo de produção – considerando o desenvolvimento de forças produtivas e suas contradições com as relações de produção que configuram a infraestrutura da sociedade, que em última instância determina a produção do conhecimento que analisamos – a política de pós-graduação, a produção da ciência na pós-graduação e a produção dos professores de Educação Física que atuam em cursos de graduação em Educação Física no Estado da Bahia, considerando o período entre 1982 a 2012.

Para investigar esta produção de conhecimento *stricto sensu* dos professores que atuam em cursos de graduação de Educação Física no Estado da Bahia e suas determinações históricas, optamos em problematizar as políticas de Ciência e Tecnologia e Educação e dentro delas, mais especificamente, o marco dos Planos Nacionais de Pós-Graduação.

Esta delimitação é explicada levando em conta o que, em última instância, determina a política, a saber, a explicação sobre modo de produção e reprodução da vida e o desenvolvimento das forças produtivas.

## 1.2 PROBLEMATICIDADE DO PROBLEMA: QUESTÕES NORTEADORAS, PROBLEMA, OBJETIVOS E HIPÓTESE

Para não perdermos o sentido essencial do problema de investigação que propomos, qual seja, o de que se constitui enquanto uma necessidade vital humana (SAVIANI, 1983, p. 21), e, assim, possamos expô-lo de forma clara, torna-se necessário apontarmos os indícios ou indicadores da realidade concreta, que embora aparentemente se constituam em determinações isoladas, se configuram, na verdade, na expressão de um determinado grau de desenvolvimento no movimento histórico das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção em um determinado momento da produção da existência humana. (MARX, 2008, p. 46-27)

Neste sentido, ao problematizarmos o fenômeno particular das políticas de pós-graduação e seus nexos e relações com a produção do conhecimento *stricto sensu* no estado da Bahia, nos deparamos imediatamente com algumas questões mais gerais no que diz respeito à relação entre a produção do conhecimento e modo de produção da existência. Por isso, consideramos necessário na problematização apontar de modo breve, através da

apreensão das regularidades inerentes a todas as formações históricas de produção da vida, em que consiste ontologicamente as bases que constituem a ciência e que formas ela assume no modo de produção capitalista e, mais precisamente, em sua fase suprema de desenvolvimento, a saber, a imperialista.

Cabe destacar, em primeiro lugar, que o conhecimento é um fenômeno propriamente humano, isto é, produzir conhecimento é uma característica que é específica do ser social, não se fazendo presente entre as demais espécies animais. Portanto, compreender a natureza do conhecimento perpassa pela compreensão da própria natureza histórica do ser social ou, dito de outro modo, da sua essência.

Em segundo lugar, para compreender a natureza histórica do ser social, partimos do que há de mais avançado no conhecimento científico que nos permite reconhecer que possuímos, atualmente, suficientes provas que nos permitem afirmar sobre existência de um processo evolutivo no que diz respeito ao processo de formação do ser humano, de tal modo que nos colocamos no âmbito das discussões a respeito da origem do ser humano, em contraponto as explicações colocadas no plano de que existe uma explicação divina ou espiritual. Nesse segundo fato, certamente, nos desviaríamos da ciência, ignorando tudo aquilo que ela vem produzindo a esse respeito.

Já, na segunda metade do século XIX, pouco tempo depois de Darwin ter publicado seus estudos na obra “A Origem das Espécies”, Engels (1979) chegou à conclusão em seus estudos de que o homem tem uma origem animal, mas que pelo processo de hominização e humanização, resultante das relações da vida em sociedade, fundada na organização do trabalho, modificou sua própria natureza, se distanciando dos outros animais. Dessa forma, o homem passou a ser determinado não mais por leis biológicas, mas por leis sócio históricas.

Esse processo, segundo Leontiev (1978, p. 1-2) se deu por três estágios: um primeiro estágio que se refere ao da evolução exclusivamente biológica, caracterizado pelas relações naturais e adaptativas do ser a natureza; um segundo estágio que constitui um desenvolvimento embrionário de vida social resultante de um determinado nível de desenvolvimento biológico já alcançado e que caracteriza um período de preparação para o surgimento do *homo sapiens*, no qual o desenvolvimento humano já não é condicionado ou determinado pela evolução biológica, mas sim, pelo estabelecimento de funções novas, próprias da vida em sociedade; por fim, o **terceiro estágio** marca a superação de um modo de vida dominado pelas leis biofísicas, para outro determinado pelas leis sócias históricas.

Nesse sentido, as aquisições no processo de evolução do homem e da mulher não são transmitidas pela hereditariedade, mas, Segundo Leontiev, (1978, p. 3) este processo se dá por uma forma particular de fixação e de transmissão às gerações seguintes, considerando as aquisições da evolução, que aparecem justamente pelo fato dos homens e mulheres terem uma atividade criadora e produtiva que é o trabalho.

Através do trabalho, os homens e mulheres, ao invés dos outros animais que se adaptam a natureza, modificam-na adaptando-a as suas necessidades sócias históricas. Produzem, assim, instrumentos e bens materiais extremamente complexos, cujos progressos são acompanhados pelo desenvolvimento da cultura. Portanto, cada geração, insere-se em um determinado estágio de desenvolvimento da cultura, seja material ou intelectual. É na relação com estes fenômenos da cultura, da apropriação destes bens materiais e intelectuais que o homem desenvolve as aptidões especificamente humanas. Isto significa que cada indivíduo aprende a ser homem e mulher ao adquirir o que foi produzido no decurso histórico do desenvolvimento da sociedade humana. (LEONTIEV, 1978, p. 4)

O trabalho, portanto, é a atividade vital do homem, sem a qual ele não pode manter-se vivo. Segundo Goellner (1992, p. 288) a atividade deve ser entendida enquanto forma de apropriação e modificação da realidade que mediatiza a relação homem-natureza, sendo, por conseguinte, propriedade inerente à vida e que se torna humano quando consciente. O trabalho é, assim, uma atividade teleologicamente guiada, isto é, uma atividade consciente voltada para um fim determinado, na qual o homem projeta na sua consciência a escolha dos instrumentos mais adequados para a sua ação sobre o objeto.

De acordo com Saviani (1991, p. 20) no processo de produção da sua existência o homem necessita, primeiramente, garantir a sua subsistência material a partir da produção em escala contínua e ampla dos bens materiais. Mas para isso, o homem precisa antecipar em ideias a finalidade do bem a ser produzido na sua consciência.

Essa característica do trabalho é de fato o que o configura como categoria específica do ser social. A especificidade do ser social, neste sentido, é dada pelo caráter teleológico do trabalho; ou seja, não é a simples ação do homem sobre a natureza que lhe distingue dos demais seres, pois cada parte da natureza, estando em uma interconexão universal, age sobre outras; mas essa ação recíproca universal da natureza consigo mesma, ocorre mediante uma série de eventos contingentes e inconscientes; na forma qualitativamente superior do ser social, pelo contrário, sua ação sobre a natureza se dá com base em objetivos antecipados em sua consciência. (LUKÁCS, s/n, p. 5)

Marx (2013, p. 211) põs em evidencia esta determinação específica do trabalho ao afirmar que:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar a sua vontade.

Essa característica teleológica do trabalho, que permite ao homem antecipar em sua consciência os meios mais adequados para o trabalho e os resultados da sua ação transformadora na realidade, em vista de uma determinada necessidade, é o que configura em germe a possibilidade do conhecimento sistematizado; sua transmissão para as gerações futuras garante o processo de seu desenvolvimento para formas qualitativamente superiores.

Para Goellner (1992, p. 289) a necessidade de produzir a sua existência pela mediação do trabalho gerou para o homem outra necessidade que ocorre pela cooperação com os outros membros da sua espécie; esta, por sua vez, gerou a necessidade da comunicação que deu origem a linguagem. Dessa forma a linguagem ao lado do trabalho passou a ser determinante no desenvolvimento do homem: seu cérebro, seus órgãos dos sentidos, sua estrutura se desenvolveu; em suma, o homem se humanizou, passando a ter a possibilidade de pensar, emitir juízos, conceitos, a abstrair; tudo isso fundado na base do trabalho social necessário para a manutenção da sua existência.

Vemos, pois, que a produção do conhecimento não pode ser tratada descolada da ontologia do ser social; isto porque, como observamos, o motivo determinante da aspiração ao conhecimento não parte da curiosidade espontânea para conhecer o real nem tão pouco constitui algo inato ao ser humano, mas trata-se de uma aspiração social, pois o conhecimento é na verdade o resultado da relação do homem com a natureza e com os outros homens e mulheres pela mediação do trabalho, em vista uma necessidade vital, ou seja, da necessidade de sua própria sobrevivência, pela necessidade de produzir e reproduzir continuamente sua própria existência.

Para garantir sua sobrevivência individual e da espécie, o homem precisa obter os meios de vida (comer, abrigar-se, etc.). Para isso o homem é obrigado a trabalhar juntamente com os seus parentes e semelhantes. No processo do trabalho, ele enfrenta uma infinidade de obstáculos existentes no mundo circundante, que são os fenômenos e as forças hostis da natureza e da

sociedade. Para vencer essas forças hostis é absolutamente necessário conhecê-las corretamente. Conhecer corretamente as coisas significa conhecer a verdade ou a essência das coisas. (BAZARIAN, s/n, p. 35-36)

Portanto, é visando utilizar os resultados do conhecimento em sua atividade prática e satisfazer as necessidades vitais, tanto suas como da espécie, que o homem desenvolve o impulso para conhecer o mundo que o cerca e as leis que regem o seu desenvolvimento, na base das quais orienta sua atividade prático-transformadora.

Por isso, Kopnin (1972, p. 14-24) ao conceituar o conhecimento, aponta quatro aspectos determinantes: em primeiro lugar o conhecimento é elemento indispensável e premissa da atividade prática do homem; em segundo lugar o conhecimento é um conjunto de ideias do homem, pelas quais este expressa a sua assimilação do objeto; em terceiro lugar o conhecimento é uma forma de atividade do sujeito, na qual estão refletidos de maneira racional e dirigidos na prática às coisas, os processos da realidade objetiva; por fim, sem a linguagem não seria possível operar com o conhecimento, sendo assim, o conhecimento é também um sistema linguístico.

Com a complexificação das relações sociais ao longo dos modos de produção da existência determinadas pelo desenvolvimento das forças produtivas, os homens desenvolvem também formas qualitativamente superiores de conhecimento da realidade; de um conhecimento predominantemente prático, mítico no seio das formas mais primitivas de organização social se processam saltos para um conhecimento cada vez mais sistematizado, com a filosofia e a ciência. Por isso, nesse movimento ontológico, podemos caracterizar a ciência como “[...] a tentativa do homem de entender e explicar racionalmente a natureza, buscando formular leis que, em última instância, permitam a atuação humana.” (ANDERY *et al.*, 2012, p. 13)

A compreensão da ciência através desta perspectiva histórica nos possibilita afirmar que sua raiz é a prática social humana, que seu fundamento é o trabalho humano no ato de produção e reprodução da existência humana e que, por isso, a ciência como conhecimento metódico e sistematizado permite aos homens refletir em seu pensamento as leis que regem a natureza, a sociedade e o próprio pensamento e, com base nelas, orientar sua atividade prático-transformadora na realidade objetiva. Com base nisto, considerando que o homem não se desenvolve a partir de determinações biológicas herdadas geneticamente, mas pela apropriação da cultura historicamente elaborada pelo conjunto dos homens, podemos afirmar



que o conhecimento científico se constituiu como uma força produtiva capaz de realizar a mediação ontológica no processo de humanização do homem.

Todavia, em que pese estas características gerais do trabalho e do conhecimento científico, numa sociedade dividida em classes, como a sociedade capitalista, cujos interesses são antagônicos, o conhecimento adquire uma característica específica que tem seu fundamento no fenômeno da alienação: o conhecimento deixa de se constituir como força produtiva capaz de realizar a mediação ontológica no processo de humanização para se constituir como força estranha, hostil, em suma, alienada, com vistas a atender as demandas requeridas pelo capital proveniente das forças econômicas da formação capitalista, que precisa se reproduzir continuamente de forma ampliada à custa da exploração do trabalho assalariado.

É possível identificar uma mudança específica no trabalho a partir da formação da sociedade capitalista, que assume um duplo caráter: ao mesmo tempo em que se constitui enquanto dimensão ontocriativa, ou seja, como processo no qual se dá o processo de humanização do homem, assume também uma dimensão ontodestrutiva, isto é, de desumanização. (FRIGOTTO, 2009, p. 4)

A dimensão destrutiva do trabalho reside na sua subsunção ao processo de produção de mercadorias para valorização do capital; aquilo que se configura como a categoria central que determina a especificidade do ser social, passa a ser predominantemente um instrumento a serviço da valorização do capital e torna-se mercadoria sujeita as mesmas leis de oferta e procura e custo de reprodução. Assim, pela divisão intensa do trabalho que gera a especialização e pela superexploração do seu trabalho em troca de um mísero salário, o homem se vê condenado a uma formação extremamente unilateral e desprovido de tempo disponível para o desenvolvimento de outras atividades.

Segundo Frigotto (2002, p.16) tanto o trabalho como a ciência e a tecnologia, no modo de produção capitalista, deixam de ter como objetivo principal a produção de valores de uso para o atendimento das necessidades humanas e passam a ter como objetivo a produção de valores de troca para a acumulação de capital.

O trabalhador é transformado, assim, em uma mercadoria como qualquer outra, mas que guarda a especificidade de ser capaz de agregar valor a mercadoria produzida coletivamente pelos trabalhadores e apropriada privadamente pelo capitalista; no interior deste processo de transformação da força de trabalho em mercadoria, se instaura o fenômeno

que Marx (2012) denominou de estranhamento ou alienação que consiste no fato de que o trabalhador não se reconhece no produto de seu trabalho, no próprio processo de trabalho e não se reconhece como gênero humano.

Neste contexto de alienação do trabalho, o conhecimento também se torna alienado e é posto a serviço dos imperativos da reprodução ampliada do capital, constituindo-se como força produtiva do capital, isto é, como ferramenta para aumentar a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, ampliar as possibilidades de obter lucro, atendendo aos interesses da classe burguesa e não aos da classe trabalhadora.

No atual momento histórico de desenvolvimento das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção no modo de produção capitalista, as forças produtivas tem dado lugar cada vez mais ao aparecimento de forças destrutivas, algo que ocorre no interior da própria ciência. Com a concentração e centralização de capital, o capitalismo chegou a uma fase suprema de desenvolvimento, o imperialismo, marcado pelo aprofundamento das contradições não só entre burgueses e trabalhadores, mas também entre os próprios capitalistas em disputa pelo conhecimento produzido, pela tecnologia, pela partilha territorial do mundo, em busca de novos mercados para as suas mercadorias, assim como da pilhagem das riquezas das nações da periferia do capitalismo.

Em contraposição a situação própria do capitalismo ascendente, em que as relações de produção proporcionaram um enorme desenvolvimento das forças produtivas, na fase imperialista as relações de produção impõem crescentes tensões sobre aquelas, até o ponto em que provocam uma pressão cada vez maior para a sua destruição. As máximas expressões desta destruição são, desde já, as crises e as guerras. Mas não são as únicas, como exemplifica de forma muito clara no período recente, o constante processo de desvalorização da força de trabalho, inclusive nos países economicamente mais avançados. (ARRIZABALO MONTORO, 2014, p. 187, tradução nossa)

Nesta crise do capitalismo ascendente, a ciência converte-se em componente que contribui para desenvolver no capitalismo a sua etapa de decomposição, transformando-se hegemonicamente em força destrutiva do capital, promovendo a destruição da natureza e do próprio homem. Todavia, cabe ressaltar que o caráter humanizante da ciência não desaparece. Em verdade, é mais fidedigno ao real concreto falarmos em um duplo caráter da ciência: tanto serve aos interesses do capital quanto fornece os meios para a superação deste modo de produção, já que o grande cerne da questão está não nos próprios produtos da ciência, mas na lógica privatista e alienante a qual ela é submetida.

Ao falarmos no avanço do desenvolvimento de forças destrutivas no período histórico atual da sociedade capitalista, não nos referimos apenas aos conflitos bélicos financiados pelo grande capital em diversas partes do mundo, mas do declínio profundo do modo de vida dos trabalhadores decorrente da ofensiva do capital contra os direitos trabalhistas, os serviços públicos, os organismos de luta dos trabalhadores, os regimes democráticos<sup>4</sup> e entre outros fatores que formam o conjunto dos elementos que compõem o ajuste permanente fundomonetário – política econômica que vem sendo implementada em todo planeta frente à dificuldade crescente de valorização do capital.

Cabe ressaltar, ainda, que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil é marcado pela dominação externa. Segundo, Fernandes (2009, p. 21) a história de desenvolvimento das nações latino-americanas é desde a colonização uma história de persistente dependência e submissão econômica, cultural e política as nações capitalistas hegemônicas que decorre da evolução própria do capitalismo. Hoje, essa forma de dominação se expressa no imperialismo hegemônico global caracterizado pelo domínio de uma única potência, os Estados Unidos, domínio este que é, em si mesmo, destrutivo para os países latino-americanos. Há que se levar em consideração, portanto, esses determinantes para a análise do conhecimento científico no Brasil.

Todo esse processo que expomos de subsunção do trabalho, da produção do conhecimento e da ciência moderna ao capital, que se consolida, sobretudo, a partir da revolução industrial – quando ela se torna hegemonicamente força produtiva do capital –, e se aprofunda na fase imperialista, não se dá de modo imediato, mas envolve complexas mediações. É justamente no papel de mediadores deste processo que atuam as instituições políticas e jurídicas da superestrutura social, como as políticas de pós-graduação que tem sua máxima expressão nos Plano Nacionais de Pós-Graduação (PNPG).

O que apresentamos até aqui, no que diz respeito à subsunção real da ciência aos interesses do capital, reflete concretamente o que observamos no espaço das universidades e nos institutos públicos de pesquisa, sobretudo nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, onde temos a concentração da maioria dos pesquisadores doutores em atividade no país. De fato, tendo em vista o contínuo aumento da necessidade do desenvolvimento de um conhecimento aplicado às cadeias produtivas industriais e aos setores agrícolas e de serviços, com o objetivo de ampliar a competitividade empresarial do país na economia global, vimos

---

<sup>4</sup> O caso da América latina é exemplar, onde em menos de uma década três golpes institucionais depuseram presidentes democraticamente eleitos: Manuel Zelaya em Honduras em 2009; Fernando Lugo no Paraguai em 2012 e Dilma Rousseff no Brasil em 2016.

presenciando mudanças significativas nas políticas públicas, em marcos legais, nos órgãos governamentais, nas empresas, nas agências, nas fundações, nas organizações sociais, nas entidades, nas universidades e nos centros de pesquisa, sobretudo no estado neoliberal, tendo em vista o intuito de colocar o conhecimento científico produzido no país a serviço dos interesses e das necessidades do capital produtivo, e mesmo do improdutivo do mercado mundial. (Oliveira, 2015, p. 345)

Nessa realidade, há indicadores de uma crescente oferta de cursos de graduação e pós-graduação, apesar de contraditoriamente haver uma diminuição crescente de professores e servidores técnico-administrativos nas instituições públicas de Ensino Superior, com vistas à diminuição dos gastos da união com a educação e o aumento do gasto com o pagamento de juros e amortizações da dívida pública<sup>5</sup>, que significa a transferência do dinheiro público para os setores rentistas e improdutivos do capital monopolista. Tal fato acarreta em uma grande intensificação do trabalho docente nas universidades públicas, com consequências nefastas para a produção do conhecimento.

Associada a esse fator, o trabalho acadêmico, tanto da graduação como na pós-graduação vem se tornando alheio à especificidade que exige a produção científica para responder ao exercício crítico da realidade, considerando o que vimos observando em estudos antecedentes sobre a produção do conhecimento científico. A própria CAPES, que é um organismo do governo, em sua avaliação a cada triênio, contraditoriamente, reconhece que a objetivação da evolução do produtivismo e o pragmatismo a que a ele está associado no meio acadêmico, são fatores que vêm alimentando a produção intelectual dos professores da pós-graduação. (SILVA JÚNIOR; FERREIRA; KATO, 2013, p. 444)

Com base nesses indicadores reconhecemos que a produção do conhecimento *stricto sensu* hegemônico que se desenvolve por dentro de programas nas universidades tem se tornado alheio aos interesses da maior parte da população, a classe trabalhadora, e vem se configurando como força produtiva a favor do capital no processo de valorizar valor, contribuindo para manutenção do processo de alienação da sociedade capitalista.

Portanto, são imprescindíveis as investigações que tomam a produção da ciência como objeto de estudo, questionando não só a sua lógica interna hegemônica de

---

<sup>5</sup> Desde o ano de 2014 os gastos com a dívida pública superaram o montante de 45% de todo o orçamento federal executado; no ano de 2015 foram realizados cortes no orçamento que atingiram a educação na ordem de R\$ 10,2 bilhões e a ciência e tecnologia na ordem de 1,4 bilhões. No ano de 2016, os gastos com a dívida pública chegaram a 50% do orçamento.

desenvolvimento, mas também os seus nexos e relações com as determinações históricas. Neste sentido, problematizamos a produção do conhecimento em Educação Física levando em conta o que a determina em sua base ontológica, qual a sua política de ciência e tecnologia desenvolvida em nosso país e, dentro desta, mais especificamente os fundamentos que imprimem os Planos Nacionais de Pós-Graduação.

A partir da realidade e da problematização exposta acima, levantamos algumas questões para essa investigação: Como o atual estágio de conversão das forças produtivas em destrutivas na fase do capitalismo imperialista/monopolista se expressa na política nacional e, em especial dos PNPG? Como estes planos orientam o desenvolvimento das linhas de pesquisa da pós-graduação? Em que lógica a pós-graduação orienta a produção do conhecimento *stricto sensu* dos professores de Educação Física? Em que fundamentos ontológicos se pauta a produção do conhecimento dos professores de Educação Física que trabalham na formação de professores na Bahia?

Dada à impossibilidade de analisar toda produção científica no campo da Educação Física no estado da Bahia, e considerando que há um grande contingente de professores de Educação Física, mestres e doutores, trabalhando em cursos de formação de professores de Educação Física, reconhecemos a possibilidade de identificar esses professores nas instituições de ensino superior da Bahia e levantar toda a produção destes professores para desenvolver uma análise a partir das questões levantadas.

Assim, considerando os argumentos apresentados que nos permitem a delimitação do problema da pesquisa, formulamos a seguinte pergunta-síntese: **Quais as contradições da produção do conhecimento dos professores que trabalham em cursos de Educação Física no estado da Bahia (1982-2012), considerando a lógica que a alimenta, nexos e determinações históricas advindas dos Planos Nacionais de Pós-graduação?**

Desta forma, o objetivo geral desta dissertação é compreender e explicar **as contradições na produção do conhecimento dos professores que trabalham em cursos de Educação Física no estado da Bahia (1982-2012), considerando a sua lógica, nexos e determinações históricas advindas dos Planos Nacionais de Pós-graduação**. Para atender a este objetivo geral, traçamos como objetivos específicos: a) Identificar e analisar as contradições da produção do conhecimento dos professores que trabalham nos cursos de Educação Física no estado da Bahia; b) Analisar as determinações contraditórias dos PNPG, considerando a sua lógica e os nexos com a produção do conhecimento; c) Identificar e

compreender os nexos e relações da produção do conhecimento em Educação Física, a política de pós-graduação expressa nos PNPG e o modo de produção capitalista no marco de sua crise estrutural; d) Identificar para reconhecer a base ontológica que vem sendo desenvolvida nos processos investigativos dos professores de Educação Física.

Para responder a questão central e atingir esses objetivos, partimos do pressuposto de que na sociedade capitalista em sua fase suprema, o imperialismo, a ciência é uma força produtiva do capital, uma vez que se incorpora aos processos produtivos para aumentar a produtividade do trabalho e, com isso, aumentar a taxa de mais valia; é também uma força política, na medida em que sua incorporação à sociedade industrial, a modernidade, através de uma política de racionalidade científico-tecnológica assumida pelo Estado, passa a determinar as condições de vida como os processos de trabalho e acesso aos bens culturais como educação, saúde e seguridade; por fim, a ciência na sociedade capitalista adquire o caráter de força ideológica, uma vez que se encontra subsumida aos interesses da classe dominante com a mediação do Estado através das leis, dos programas e das políticas governamentais. (SOBRAL apud ALBUQUERQUE, 2007, p. 27)

No que concerne especificamente à área da Educação Física, ao longo da sua história, esta vem se constituindo enquanto área de conhecimento, que tem por base diferentes fundamentos, conforme o contexto sociopolítico e econômico em que foram edificadas, tais como, higienistas, eugenistas, desportivas, dentro das quais se destacam valores essenciais às formas de relações sociais da sociedade capitalista que alimenta o individualismo e a competitividade. Nos dias de hoje é bastante significativo na Educação Física, em função das novas demandas do processo de valorização do capital, a constituição da área em torno dos estudos sobre qualidade de vida, visando atender à interesses privados.

Portanto, considerando a natureza do Estado burguês e suas políticas advindas do modo de produção capitalista, nossa hipótese é de que a produção do conhecimento *stricto sensu* dos professores de Educação Física é predominantemente desenvolvida com base na lógica formal de se produzir ciência e que existem nexos e relações desta realidade de base ontológica com as determinações contraditórias da política de Pós-Graduação e o modo de produção da existência, o modo de produção capitalista, que apontam para a subsunção da ciência aos interesses do capital.

### 1.3 A BASE TEÓRICA DA PESQUISA

A compreensão e explicação da realidade da política nacional de pós-graduação e seus impactos na produção do conhecimento em Educação Física do estado da Bahia e considerando o esforço de reconhecimento de possibilidades de superação das contradições existentes, exigiu-nos para proceder à análise de investigação, apoio em um referencial teórico crítico materialista histórico e dialético, afim de não cairmos na mera descrição dos dados coletados ou na construção de idealizações de modelos para a produção do conhecimento *stricto sensu* em Educação Física, esporte e lazer. Isto significa que foi preciso nos colocar a partir do ponto de vista da crítica marxista.

Segundo Taffarel (2011, p. 2-3) a crítica marxista pode ser reconhecida a partir de duas grandes trajetórias intelectuais revolucionárias, que unem as premissas teóricas das programáticas; a primeira diz respeito à crítica radical revolucionária nas formulações teóricas do próprio Marx e a segunda é tratada por interlectores que utilizam a obra de Marx para desenvolverem suas análises de fundamento crítico.

Para esclarecer a primeira trajetória, destacamos o que Marx (2008, p. 46-47) aponta na seguinte passagem, em sua obra - “Uma contribuição para a crítica da economia política”:

O primeiro trabalho que empreendi para resolver as dúvidas que me assaltavam foi uma revisão crítica da filosofia do direito de Hegel, cuja introdução apareceu nos anais *franco-alemães*, publicados em Paris em 1844. Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas de estado, não podem ser explicadas por si mesma, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; estas relações têm ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de “sociedade civil”. Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política [...] O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produções correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constituem a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradições com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas, que eram essas relações transforma-se em entraves.

Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura.

A citação longa neste momento se fez necessária, posto que neste trecho, Marx expõe os elementos fundamentais que constitui uma crítica radical ao objeto de sua investigação; demonstra que o estudo de um determinado objeto não pode prescindir de uma revisão crítica daquilo que já foi produzido teoricamente sobre o objeto e que o conhecimento tem de ser confrontado com a realidade material, ou seja, que a sua verificação tem de se dar a partir de seu confronto com os processos históricos reais.

A outra trajetória da crítica marxista que Taffarel (2011, p. 2-3) se refere é reconhecida a partir de intelectuais revolucionários de outras áreas. Dentre estes intelectuais, destacamos Freitas (1995, p. 65-66), que retomando os estudos de Enguita (1985), aponta cinco aspectos da crítica marxista e que, nesta pesquisa, buscamos trazer para o âmbito da análise histórica da política nacional de pós-graduação e seus nexos com a produção do conhecimento em Educação Física.

O primeiro aspecto da crítica marxista é de que não se pode examinar nosso objeto de investigação a partir de um modelo para sua organização, onde se podem analisar ações futuras na área; as proposições superadoras para a área, em vista a realidade das contradições, têm que ser construídas por oposição a uma realidade concreta e não na base de um plano teórico em que poderíamos supor. O segundo aspecto se refere ao fato de que a crítica marxista é materialista, ou seja, tem que se apoiar no real em um dado momento histórico concreto. O terceiro aspecto é a visão de totalidade; nosso objeto de investigação não pode ser tomado como um fenômeno autônomo, mas sim, inserido em uma cadeia de múltiplas relações que são determinadas. O quarto aspecto é o reconhecimento dos nexos e das relações entre o objeto investigado e seus condicionantes materiais e históricos provenientes da formação econômica capitalista, a fim de levantar possíveis contribuições que possam apontar elementos para transformação de tais bases. O quinto aspecto é a necessária análise econômica em que se situa o objeto de investigação que se encontra engendrada pelo processo de produção e reprodução do capital e do valor. E por fim, há que se buscar a solução para as contradições colocadas na atual forma de organização do trabalho da produção do conhecimento para indicar elementos para possíveis soluções, considerando antíteses de tendências reais que se encontram objetivadas.

Longe de querer esgotar todos estes aspectos acima apresentados na presente pesquisa, mas considerando um dado grau de aproximação ao método de análise marxista, é a partir



desta abordagem crítica de fundamento marxista que nos apoiamos para a compreensão histórica e explicação da política nacional de pós-graduação e seus nexos contraditórios, que geram uma dada lógica que alimenta a produção do conhecimento *stricto sensu* em Educação Física.

#### 1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento de levantamento de fontes de dados e o processo metodológico de nossa investigação e análise se pautam em três graus de desenvolvimento do pensamento investigativo que visa à apropriação do objeto da investigação, segundo as bases indicadas por Kosik (1976, p. 37), que expomos, abaixo:

**1. Minuciosa apropriação histórica do objeto com pleno domínio do material investigado:** Para esse momento, definimos duas fontes de dados: Inicialmente realizamos o levantamento dos estudos antecedentes sobre nosso objeto de estudo, a partir das seguintes temáticas: Produção do conhecimento em Educação Física, esporte e lazer; epistemologia da Educação Física, esporte e lazer; políticas de pós-graduação; Fontes: site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Levantamos, ainda, outras fontes bibliográficas (livros, teses, dissertações e artigos de periódicos), referentes ao nosso objeto de estudo para partirmos do que existe de mais avançado na produção do conhecimento que toma a ciência como objeto de estudo, particularmente no campo da Educação Física.

Também neste momento da pesquisa, definimos as fontes e as técnicas de coleta e organização dos dados. A fonte inicial do processo investigativo é caracterizada por 86 produções *stricto sensu* defendidas no período de 1982 a 2012 em Programas de Pós-graduação (PPG) no Brasil. A identificação das produções ocorreu inicialmente pelo levantamento das Instituições de Ensino Superior (IES) no Estado da Bahia (públicas e privadas) que ofertam cursos de formação em graduação de Educação Física (bacharelado e licenciatura) através da base de dados do e-MEC<sup>6</sup>, que organizamos em uma planilha do Excel (planilha I, apêndice A).

Em seguida procedemos ao levantamento da listagem de professores de Educação Física que trabalham nestes cursos, considerando o período até 2012, através do contato direto com as IES e com os coordenadores dos cursos. De posse da lista dos professores de todos os cursos identificados, construímos uma planilha no Excel (planilha II, Apêndice B), com dados

---

<sup>6</sup> Trata-se de um site da internet que constitui a base de dados oficial e única de informações relativas as IES e cursos de graduação do Sistema Federal de Ensino Brasileiro.

e informações de identificação sobre os mesmos retirados da Plataforma Lattes e do Banco de dissertações e teses da CAPES.

Essas planilhas nos mostraram a existência de (108) professores de Educação Física, sendo (74) mestres e (34) doutores atuando em (19) cursos de formação de professores de Educação Física em todo o estado da Bahia, que produziram um total de (144) produções *stricto sensu*.

As teses e dissertações foram levantadas em bancos de dados digitais em instituições de Ensino Superior e na Biblioteca Digital de Domínio Público; considerando que nem todas as produções se encontram disponíveis em bancos digitais; também fizemos o levantamento de algumas pesquisas pela via da solicitação por e-mail aos professores de Educação Física dos cursos de Educação Física das IES do estado da Bahia. No total, foi possível levantar o texto completo de (86) produções, o que representa uma amostra de (59,7%) das produções *stricto sensu* identificadas. Na técnica de coleta de dados das produções utilizamos o instrumento denominado de Matriz Epistemológica<sup>7</sup>, constituído de duas planilhas no Excel (planilha III-A e III-B, respectivamente apêndice C e D), que nos permitiu registrar dados referentes à caracterização da produção e elementos de fundamentos lógicos da pesquisa.

Para a coleta de dados sobre a caracterização da produção, partimos de um protocolo para o preenchimento da planilha, que considera dentre os (53) campos da pesquisa EPISTEFNORDESTE, os seguintes, abaixo relacionados:

- a) **Código do autor:** número para identificação da produção e de pesquisador;
- b) **Nome do autor:** identificação do autor conforme apresentado na plataforma Lattes ou na produção;
- c) **Endereço do Lattes:** extração dos dados sobre as atividades acadêmicas dos professores, considerando que atualização é feita pelos pesquisadores;
- d) **Área de formação:** dado extraído do Lattes para identificação da formação-graduação de professores, na perspectiva de sabermos sob que área do conhecimento vem se formando os professores de Educação Física da UFBA;
- e) **Título da pós-graduação:** dado extraído da plataforma Lattes para confirmação da

---

<sup>7</sup> Este instrumento de coleta de dados foi desenvolvido pelo coletivo de pesquisadores envolvidos no projeto EPISTEFNORDESTE e gerou um banco de dados sobre as produções *stricto sensu* em Educação Física na região nordeste do Brasil, que vem sendo utilizado por muitos pesquisadores de todo o Brasil. São (53) campos de investigação que geram indicadores para coleta de dados; estes são levantados após a leitura de cada uma das 86 produções; os elementos textuais localizados e correspondentes em cada um dos campos são transpostos de forma textual, citando a página de localização da produção *stricto sensu*.

formação do *stricto sensu* de professores;

f) **IES Formadora:** identificação das universidades que estão formando os professores de Educação Física que trabalham no curso de Educação Física da UFBA;

g) **Grupo de pesquisa:** identificação se o Pesquisador durante sua pós-graduação *stricto sensu* esteve vinculado a grupos de pesquisa;

h) **Agência de fomento:** permite reconhecer quais professores tiveram financiamento público para desenvolvimento de sua pesquisa;

i) **Orientador:** identificação de quem foi orientador da formação teórico-metodológico da pós-graduação *stricto sensu* do pesquisador;

No que diz respeito à investigação dos fundamentos lógicos da produção do conhecimento analisada, selecionamos dois campos para análise da produção, considerando campos extraídos da planilha III – B (apêndice D) da pesquisa EPISTEFNORDESTE.

a) **Teoria utilizada ou elaborada (gnosilogia):** a partir da lógica reconstituída mediante a identificação da coerência interna, buscamos apontar qual a teoria do conhecimento que fundamenta o pensamento do pesquisador, bem como, como se dá o processo de conhecimento da realidade. Considerando assim, o estudo da essência do conhecimento, seu critério e a sua validade (BAZARIAN, 1985 p. 41).

b) **Concepção de Homem/Sociedade (ontologia):** buscamos reconhecer como os pesquisadores sistematizam as suas compreensões sobre a existência e natureza do ser humano e a sua atuação no mundo concreto e como está expressa nas produções a relação entre ser e consciência (LOMBARDI, 2010, f. 134); buscamos também identificar como os pesquisadores sintetizam suas compreensões sobre a dinâmica e estrutura social e como relacionam suas explicações sobre o objeto de investigação com um determinado projeto histórico.

A partir desses dois fundamentos lógicos da pesquisa, objetivamos reconhecer nas (86) produções analisadas, quais as leis lógicas do pensamento que predominam na produção do conhecimento *stricto sensu* em Educação Física dos professores que trabalham nos cursos de Educação Física no estado da Bahia.

Em seguida, também selecionamos como fontes de dados da pesquisa os cinco PNPG desenvolvidos pelo governo federal brasileiro; estes foram extraídos do sítio CAPES (<http://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao>). Os PNPG constituem a política nacional de pós-graduação no Brasil e seus objetivos e diretrizes traçam a coordenadas

materiais para o desenvolvimento das atividades nos programas de pós-graduação, incluindo a produção do conhecimento. Relacionando os anos em que essas produções foram defendidas com os períodos de vigência dos PNPG, temos o seguinte quadro:

PNPG	Período de vigência	Número de Produções defendidas	Códigos das Produções
I	1975 a 1979	–	–
II	1982 a 1985	–	–
III	1986 a 1989	–	–
Sem PNPG	1990 a 2004	19	BA007, BA021, BA035, BA041, BA044, BA046, BA051, BA072, BA077, BA082, BA085, BA090, BA092, BA093, BA097, BA099, BA101, BA104, BA121, BA143
IV	2005 a 2010	60	BA001, BA002, BA003, BA004, BA006, BA008, BA009, BA010, BA013, BA019, BA023, BA024, BA028, BA027, BA030, BA032, BA042, BA045, BA048, BA052, BA055, BA059, BA060, BA061, BA062, BA063, BA064, BA065, BA069, BA070, BA074, BA078, BA079, BA083, BA084, BA086, BA095, BA106, BA107, BA108, BA110, BA111, BA112, BA113, BA114, BA115, BA116, BA118, BA119, BA120, BA123, BA126, BA127, BA128, BA129, BA131, BA134, BA135, BA136, BA139
V	2011 a 2020	6	BA037, BA054, BA100, BA109, BA138, BA144

Quadro 01 – Volume e identificação das (86) produções *stricto sensu* levantadas defendidas em relação aos períodos de vigência dos PNPG.

Neste sentido, coletamos os principais objetivos e diretrizes dos PNPG para realizar uma análise das determinações da lógica da política de pós-graduação na produção do conhecimento *stricto sensu* dos professores que trabalham nos cursos de Educação Física no estado da Bahia.

## 2. Análise das formas de desenvolvimento do material investigativo sobre o objeto:

Tratamos nesse grau de desenvolvimento do pensamento investigativo, o método de análise da pesquisa, considerando o que aponta Kopnin (1972, p. 229) quando esclarece que todo método baseia-se no conhecimento das leis objetivas a partir da qual surgem os modos e os seus sistemas para o conhecimento e ação prática, que se fixam em categorias; as categorias, segundo Cheptulin (1982, p. 124), enquanto graus do desenvolvimento do conhecimento social e da prática exprimem os aspectos e as ligações universais da realidade objetiva e são, simultaneamente, graus do movimento do conhecimento inferior ao superior, nos permitindo, portanto, estabelecer a devida articulação entre parte e totalidade, concreto e abstrato, pensamento e realidade. Aprofundamos a análise dos elementos do nosso objeto de estudo (material bibliográfico e documentos) a partir das seguintes categorias do método dialético - Contradição, realidade/possibilidades e totalidade -, considerando:

a) A categoria da contradição: Segundo Cheptulin (1987, p. 286), essa categoria da dialética nos permite apreender o núcleo determinante de todos os aspectos e relações necessárias sobre nosso objeto de estudo; é preciso considerá-lo em seu aparecimento e desenvolvimento, o que supõe pôr em evidência a fonte do movimento que é a contradição, a unidade e luta dos contrários. Desse modo, o conhecimento da realidade das implicações dos PNPG na produção do conhecimento, choca-se com a necessidade de descobrir as contradições, os aspectos e as tendências contrários próprios desse fenômeno. Entender e explicar as bases dos PNPG com suas determinações na produção do conhecimento em Educação Física, esporte e lazer, a partir de suas contradições, o que significa considerá-las em movimento incessante, em mudança permanente, passando de formas inferiores às superiores, e vice-versa, e passando de um estado qualitativo a outro.

b) O par dialético realidade/possibilidades: Para Cheptulin (1987, p. 338), na concepção do materialismo dialético a realidade é entendida como o que existe realmente, ou como possibilidade já realizada, entendendo a categoria como tendo uma existência real. A possibilidade possui de fato uma existência real, mas não se confunde com a realidade, pois se caracteriza apenas como propriedade, como capacidade de vir a ser realidade quando as condições objetivas correspondentes estão dadas para isso. A possibilidade é a capacidade da matéria se transformar de um estado qualitativo em outro.

Dessa forma, na categoria da possibilidade devemos considerar a lei da dialética da transformação da quantidade em qualidade e vice-versa, a capacidade da matéria de passar de

um estado qualitativo para outro, ou seja, aquilo que não existe na realidade, poder tornar-se realmente existente em um estado qualitativo superior.

Além disso, é importante ressaltar que a realidade é a unidade realmente existente do necessário e do contingente, do fenômeno e da essência, do interior e do exterior. A possibilidade transforma-se em realidade somente nas condições determinadas, que são um conjunto de fatores necessários a realização da possibilidade. (CHEPTULIN, 1982, p. 338-340)

Por isso, partimos do pressuposto de que o fenômeno das políticas de pós-graduação e seus nexos e relações com a produção do conhecimento não é estático, fixo e imutável, tão pouco significa que só podemos captar aquilo que constitui a sua aparência e jamais atingir a sua essência. A sua realidade é um todo estruturado e dinâmico, capaz de transformar-se no outro dentro de determinadas condições, transformação essa mediada pelas possibilidades. Portanto, nossa investigação deve demonstrar não só aquilo que a produção do conhecimento *stricto sensu* em Educação Física e seus nexos com a política de pós-graduação efetivamente é, mas também suas possibilidades superadoras.

c) A categoria da totalidade: A realidade pressupõe a categoria da totalidade concreta, na medida em que a resposta ao que é a realidade remete ao significado de totalidade concreta, isto é, a realidade é entendida como um todo estruturado em curso de desenvolvimento e auto-criação. “Sem a compreensão de que a realidade é totalidade concreta – que se transforma em estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos – o conhecimento da realidade concreta não passa de mística”. (KOSIK, 1976, p. 44)

Portanto, é preciso que tenhamos a compreensão de que todo fenômeno da realidade é parte de uma totalidade concreta, que exige que reconheçamos nas políticas de pós-graduação e de ciência e tecnologia e no trabalho dos pesquisadores em produzir suas pesquisas, as condições históricas de objetivação dessas produções, considerando as possibilidades de uma dada realidade.

Segundo Silva (1997, f. 19), a análise epistemológica não pode restringir-se nem a leitura dos textos das pesquisas, nem ao contexto imediato, ao ambiente, onde o fenômeno ocorre. Em vista ao exposto, consideramos nessa investigação que a análise epistemológica exige um estudo lógico-histórico do objeto, sendo, portanto, imprescindível para compreender a realidade da produção científica na área, assim como exige identificar as relações entre o particular, que diz respeito ao que é específico de cada pesquisa e de cada pesquisador, e o geral, aquilo que diz respeito à produção *stricto sensu* em Educação Física no estado da Bahia

e seus nexos e relações com a política nacional de pós-graduação, especificamente a expressa nos PNPG, em vista a identificação de seus determinantes históricos.

Na pesquisa epistemológica, dentro da perspectiva que defendemos, é necessário explicitar como se estabelecem os nexos entre a lógica interna das pesquisas e os seus determinantes históricos, político-econômicos e sociais. Portanto, foi necessário tomarmos a categoria modo de produção para alicerçar nossa investigação, visto que entendemos que a mesma reflete a base real em que se constrói toda a superestrutura da sociedade e, portanto, a base real ou a condição concreta em que se desenvolve a produção do conhecimento *stricto sensu* em Educação Física, esporte e lazer.

Para apreender leis e formas da realidade em que se coloca a política dos Planos Nacionais de Pós-Graduação, recuperamos na história elementos constitutivos dos quatro PNPG anteriores<sup>8</sup> e mais o atual; adotamos procedimentos de leitura, considerando o método de análise imanente.

Segundo Lessa (s/d, p. 1-2), quando tomamos um texto como objeto de investigação, como os PNPG, por exemplo, as exigências metodológicas são absolutamente distintas de uma investigação direta da realidade, pois o texto apresenta duas dimensões que se articulam intimamente: a dimensão mais imediata do texto, caracterizada pelo conteúdo manifesto e explícito do texto e a dimensão mais oculta que se desdobra em dois momentos: a) o conteúdo acerca do qual o texto silencia, o que o texto não diz e; b) aquilo que o texto afirma implícita ou então dedutivamente. Mas para além dessas questões puramente lógico-formais, que busca a malha conceitual e o tecido categorial de um texto, a sua análise deve considerar que todo texto é escrito com referência a um objeto externo a ele e, portanto, somente fazendo referência a este objeto exterior, a lógica imanente do texto pode receber seu verdadeiro significado. Por isso, para analisar os PNPG a partir da perspectiva da análise imanente, buscamos identificar o arcabouço categorial desses documentos na relação com o contexto histórico no qual foram desenvolvidos. Para dar conta desta análise, traçamos os seguintes procedimentos: 1. Leitura geral de todos os cinco PNPG; 2. Leitura detalhada, considerando os seguintes procedimentos: a) Levantamento dos fundamentos que alicerçam cada um dos cinco PNPG; b) Identificação e levantamento de objetivos, diretrizes e indicadores de ação das políticas propostas para cada um dos cinco PNPG; 3. Levantamento de relações e nexos dos elementos indicados acima com o contexto de desenvolvimento histórico em que cada um

---

<sup>8</sup> Por acumulação histórica de interesses, os cinco PNPG trazem em seus bojos, elementos constitutivos que se ampliam e consolidam numa proposta de política, interesses que consolidam as bases de manutenção da formação social de produção em função da manutenção do sistema econômico capitalista.

dos 5 PNPG foi elaborado; 4. Identificação de elementos contraditórios ao desenvolvimento da produção científica *stricto sensu* analisada, enquanto dados da realidade.

A análise desenvolvida requereu as seguintes condições: 1. Levantamento dialético das regularidades que se encontram em princípios básicos, levantados em quadros; 2. Identificação e levantamento das contradições, implícitas em princípios e diretrizes dos PNPG; 3. Identificação de relações e nexos que os PNPG estabelecem com a produção do conhecimento analisada, para determinar uma orientação teórica predominante, considerando análise lógica do conhecimento para reconhecer as leis e formas do pensamento que captam e fixam as leis e formas da realidade objetiva dos objetos tratados pelos pesquisadores.

**3. Investigação da coerência interna do objeto:** A possibilidade de atingir a coerência interna do objeto pressupõe que o conhecimento seja construído com a separação do que é fenomênico e do que é essência. O que não é a essência da coisa não deixa de ser real, mas se revela enquanto fenômeno a partir do momento em que a verdade, a essência é explicitada. Nesse grau de desenvolvimento do pensamento é possível elaborar as sínteses mais densas, isto é, conceber a determinação da unidade das várias formas de desenvolvimento do objeto de nossa investigação do objeto estudado. (KOSIK, 1976, p. 37)



## 2 BALANÇO DA PRODUÇÃO SOBRE EPISTEMOLOGIA: ANTECEDENTES

Nessa proposta de dissertação partimos de estudos já realizados que tomaram a ciência como objeto de estudo e particularmente aqueles que problematizaram a produção do conhecimento *stricto sensu* em Educação Física na região nordeste. Nossa intenção, ao fazer balanço da produção sobre a produção do conhecimento foi o de captar as regularidades que apontam limites e possibilidades para estabelecer nexos com o estudo de nosso objeto de investigação.

No campo da Educação temos os estudos de Sánchez Gamboa (1998), um dos principais pesquisadores que vem se debruçando sobre a questão das abordagens teórico-metodológicas da produção do conhecimento. Partindo de uma matriz paradigmática, o autor identificou a existência de três grandes tendências na produção do conhecimento científico no âmbito da Educação: as pesquisas de caráter empírico-analítico (que tem por representantes teóricos Nagel e Popper); as de caráter fenomenológico-hermenêutico (cujas principais referências são Husserl, Merleau-Ponty e Ricoeur) e as de caráter crítico-dialético (baseadas nas referências de Marx, Engels e Gramsci).

Ainda, no âmbito da Educação, temos os estudos de Gama (2012) que analisou a produção do conhecimento (teses e dissertações) sobre o currículo da formação de professor de Educação Física do Brasil, disponíveis no banco de teses da CAPES e da BDTD, no período de 1987 a 2010, considerando as relações estabelecidas entre as concepções de homem e projeto histórico e as categorias da prática (trabalho educativo, currículo e escola). A autora chegou ao resultado de que cerca de 86% das produções se fundamentam em uma visão idealista de homem e de mundo e que discutem o currículo no âmbito da subjetividade, em detrimento do debate a partir das necessidades reais de nosso tempo, enquanto que apenas 14% das teses concebem que o homem constitui-se a partir do trabalho em seu sentido ontológico, articulando a discussão sobre a alteração do currículo à luta pela superação do capital, defendendo explicitamente o projeto histórico socialista.

No âmbito da análise da produção do conhecimento em Educação Física, temos os estudos de Silva, que em sua dissertação de mestrado (1990), partindo do acúmulo teórico proporcionado pelos estudos de Sánchez Gamboa, analisou as produções de mestrado da área de Educação Física no Brasil, considerando as que foram defendidas até o ano de 1987; nessa investigação a pesquisadora identificou a predominância de uma única abordagem teórico-metodológica, a empírico-analítica, cuja concepção de ciência se baseia nos fundamentos da

corrente positivista. A autora também estudou a produção do conhecimento em Educação Física em sua tese de doutorado (1997), onde ao analisar a produção nacional *stricto sensu* desenvolvida entre 1988 a 1994, buscou reconhecer às tendências teórico-metodológicas que predominavam da produção de teses e dissertações nos programas de pós-graduação em Educação Física no Brasil, assim como as suas determinações históricas. A autora identificou três grandes abordagens teórico-metodológicas investigativas que orientaram a produção das pesquisas: o empírico-analítico, predominante da década de 70, mas que foram diminuindo nos últimos anos, o fenomenológico-hermenêutico, que se colocou com tendência alternativa no primeiro período da produção (1971 a 1980), mas que perdeu força no ultimo período (1981-1984), e o crítico-dialético, pouco expressivo nos dois primeiros períodos, com tendência a aumentar na última fase. A autora também identificou nas determinações do contexto sócio-econômico-político do período investigado, a existência de paradigmas rígidos no interior dos cursos de pós-graduação que se expressam na estrutura dos cursos, em suas normas e regulamentos e sua produção científica orientada por pressupostos da abordagem empírico-analítica.

Na região Centro-Oeste encontramos os estudos de Sacardo (2013) que realizou uma análise epistemológica e bibliométrica das dissertações e teses em Educação Física defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação da UFG, PUC/GO, UNB, UFMT, UCDB e UFMS e no Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UCB/DF e da UNB, desde o início de criação desses cursos até 2010. A autora identificou que houve predomínio do viés biológico e da biodinâmica (a partir da abordagem empírico-analítica em 38%) da produção científica analisada, sobretudo, nos programas de pós-graduação em Educação Física (PPGEF); todavia, para além destas, reconheceu que há, em evidência e em plena expansão, uma produção científica mais crítica em consolidação nesta região do país, demonstrada por suas características e interesses das pesquisas produzidas nos Programas da Educação, como também pelos indícios revelados no PPGEF da Universidade de Brasília (UNB/DF) de maior abrangência para a construção de outros referenciais (fenomenologia e marxistas que somados corresponderam a 59%), fortalecendo e resgatando a subárea sociocultural e pedagógica.

Na região nordeste, temos os estudos de Chaves (2005) que elaborou um balanço crítico da mesma, procurando identificar as tendências, perspectivas e desafios para a consolidação da produção científica em Educação Física na referida região. Alguns dados da pesquisa demonstraram dificuldades para a consolidação da pesquisa em Educação Física no nordeste, região onde na época inexistiam programas de pós-graduação *stricto sensu*. A

pesquisa evidenciou também, que a maioria dos pesquisadores (51%) obtiveram seus títulos em programas da área da Educação, (06%) em outras áreas e (43%) em programas de Educação Física de outras regiões e outros países. Além disso, com relação a localização onde os professores obtiveram os seus títulos, (43%) se localizam no nordeste, no entanto em outras áreas que não o da Educação Física, entre os quais, Educação (UFPE: 20 produções; UFBA: 06 produções; UFPB: 02; UFSE: 02 produções); Serviço Social (UFPE: 02 produções) e Sociologia (UFPE: 01). Esses dados são indicadores que podem gerar uma reflexão a respeito dos desequilíbrios regionais da política de pesquisa e tecnologia que vem excluindo a região nordeste, sobre as inter-relações da Educação Física com outras áreas do conhecimento, e sobre a identidade epistemológica da área.

A autora também identificou as três abordagens teórico-metodológicas, apontadas anteriormente por Silva, (1997), onde pôde constatar a existência (46%) de produções produzidas na abordagem crítico-dialética, (34%) na fenomenológica-hermenêutica e (16%) na empírico-analítica.

Albuquerque (2007), partido do acúmulo de estudos e do banco de dados da pesquisa de Chaves, analisou as produções com a temática escola, a luz das categorias: indivíduo, conhecimento, mudança, atividade humana, trabalho-educação, sistema produtivo e gestão da educação. A autora verificou que na produção do conhecimento em Educação Física no nordeste do Brasil, com a temática escola, as possibilidades para a construção da perspectiva de modificação radial das relações entre home-homem e homem-natureza, tendo como referência a “Educação Para Além do Capital”, estavam colocadas.

Estes estudos, configurados como balanços críticos da produção do conhecimento, nos evidenciam a existência do predomínio do paradigma empírico-analítico na produção das pesquisas, com crescimento progressivo ao longo dos últimos anos das abordagens fenomenológico-hermenêuticas e crítico-dialéticas. Todavia, recentemente o estudo de Ávila (2008) em sua tese de doutorado *A pós-graduação em educação física e as tendências na produção do conhecimento: o debate entre realismo e anti-realismo* aponta que o terreno epistemológico da produção do conhecimento se alargou, abarcando perspectivas que não podem ser enquadradas na matriz paradigmática adotada nas análises dominantes na área, uma vez que (47%) das teses “não se encaixam no quadro analítico que tem sido referência para a compreensão epistemológica dessa área de estudo.

Foi neste sentido que Sá (2013) partindo de uma nova proposição para investigar a produção do conhecimento em Educação Física, esporte e lazer de professores de Educação

Física que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física no estado da Bahia, no período de 1982 a 2012<sup>9</sup>, buscou identificar os sistemas lógicos que os pesquisadores desenvolveram nas produções de suas pesquisas, buscando identificar os limites e possibilidades para o avanço da produção do conhecimento na área. A pesquisa apontou como resultados, dentre outras premissas, que a produção do conhecimento dos professores de Educação Física que investigou é predominantemente desenvolvida no sistema da lógica formal, cujas regularidades apontam para um modo de se fazer ciência que não parte da base material da história como mediação para o desenvolvimento do ser humano. Consequentemente, identificou que os pesquisadores consideram em seus ancoradouros conceituais tratados, que constituem os aportes teóricos da investigação científica, que os mesmos são determinados exclusivamente pelo movimento do pensamento subjetivo, sem considerar as contradições impostas pela realidade histórica e social em que os objetivos estão inseridos; isso implica em uma condição limitante para promover procedimentos de análises e explicações sobre os objetos investigados. A pesquisadora identificou, também, que determinadas produções, cuja identificação de elementos lógicos do pensamento, coincide com os princípios da lógica dialética, em quantidade relativamente significativa, que determinados objetos são explicados pelo agravamento das próprias contradições que são determinadas pelo modo de produção capitalista. Portanto, apontando limites investigativos a partir de uma análise sobre o pensamento lógico em que se colocaram a maioria dos pesquisadores ao desenvolver seus objetos de pesquisa, a pesquisadora identificou o que causa a debilidade e insuficiência nos processos de análises dos objetos, quando o pesquisa se instrumentaliza pelo sistema da lógica formal.

Ainda, no campo da Educação Física, Silva (2015) buscou conhecer a realidade em que se desenvolve a produção do conhecimento dos professores doutores efetivos do curso de Educação Física da Universidade Federal da Bahia, considerando os supostos epistemológicos, ontológicos, gnosiológicos, axiológicos. Para tanto, analisou a realidade que explica, no movimento da história do modo produção capitalista, os determinantes da produção do conhecimento *stricto sensu* dos professores doutores efetivos que trabalham no curso de formação de professores de Educação Física da Universidade Federal da Bahia.

Em seus resultados concluiu que as determinações externas que rebateram nas produções das ideias no âmbito da formação professores do curso de Educação Física UFBA foram: a)

---

<sup>9</sup> Trata-se de um relatório de pesquisa que foi produzido no interior do projeto EPISTEFNORDESTE, ao qual esta pesquisa também está vinculada. O resultado dessa pesquisa, que teve a orientação do Prof. Dr. Silvio Sánchez Gamboa, foi apresentado na FE/UNICAM em 2013, como parte dos estudos de pós-doutoramento da referida pesquisadora.

atraso e contenção proposital desenvolvimento das forças produtivas no Brasil pelas metrópoles e condescendência de uma classe dominante débil e inerte; b) A constituição tardia da universidade brasileira e um projeto de educação superior voltada para as elites com dependência científica europeia e norte-americana; c) as reformas universitárias buscaram prioritariamente atender os interesses das classes dominantes, médias e do setor produtivo sob o discurso do desenvolvimento nacional; d) a ditadura empresarial-militar e a contenção das ideias marxista para explicação da realidade e a preconização do ideário tecnocrata e subjetivista na produção científica e a privatização do ensino superior; e) as determinações dos projetos educacionais impostos pelos organismos multilaterais- FMI, BM, OMC encabeçado pelas políticas norte-americanas; f) a política neoliberal como indutora do processo de privatização da universidade pública e do ensino superior e da mercadorização e volatilidade do conhecimento científico.

Esse balanço de estudos antecedentes que se relacionam com o nosso objeto de investigação demonstram, nas regularidades que captamos, que os estudos sobre a produção do conhecimento em Educação Física, esporte e lazer, analisados a partir do campo da epistemologia além de abordarem a problemática do estatuto científico da área e de permitirem a análise da base que compõe o campo do conhecimento que está alicerçado, também oferecem condições técnicas e metodológicas para analisar as tendências e a evolução histórica dessa produção, para reconhecê-la enquanto realidade concreta. Este balanço também demonstra a necessidade e a possibilidade de uma investigação da produção do conhecimento articulada às políticas para a pós-graduação do Brasil, determinada pelo estado na atual formação econômica capitalista, que evidencie o real significado que os dados atuais da realidade dessa produção nos apresentam.

Neste sentido, reconhecemos que a produção do conhecimento tem que ser analisada a luz da categoria modo de produção, o que significa analisá-la como parte de uma totalidade concreta e inserida em um contexto histórico marcado por contradições inerentes a uma sociedade dividida em classes no interior da qual o conhecimento reflete essas mesmas contradições. Trata-se de apreender em última instância a produção do conhecimento no movimento mais amplo do atual modo de produção da existência, a saber, o modo de produção capitalista, marcado pelo acirramento das contradições em um período de predominância do capital monopolista e imperialista e que arrasta todo o globo terrestre subordinado as suas injunções.

### 3 BALANÇO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DOS PROFESSORES QUE TRABALHAM NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESTADO DA BAHIA

Neste capítulo, expomos os resultados da análise da produção do conhecimento dos professores que trabalham nos cursos de Educação Física no estado da Bahia, no período de 1982 a 2012, considerando a caracterização e a reconstituição – mediante a análise epistemológica – dos fundamentos lógicos dessas produções, tendo em vista a necessidade de apontar que lógica de se fazer ciência vem predominando nessas pesquisas e qual a realidade das condições objetivas em que elas são produzidas.

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Neste subcapítulo, expomos a sistematização dos dados levantados, a partir da planilha III-A (apêndice C) do instrumento da matriz epistemológica, isto é, os achados da investigação que constituem as fontes da pesquisa, bem como o que estas vêm significando no quadro geral da produção *stricto sensu* sobre o conhecimento em Educação Física, esporte e lazer no estado da Bahia, considerando o período de 1982 a 2012.

A análise realizada ocorreu por abstrações, enquanto capacidade de separar e isolar do objeto singular, traços e nexos para apontar relações comuns e essenciais e assim, distinguir elementos determinantes de contradições que são fundamentais e que oferecem qualidade ao conhecimento elaborado sobre o objeto.

A partir dos dados que levantamos, reconhecemos que o estado da Bahia não avançou significativamente na implementação de cursos de Educação Física em universidades públicas das cidades do interior, em comparação com a política expansionista das faculdades privadas que assumem a formação de professores de Educação Física sob condições precárias, considerando: Corpo docente com formação em Educação Física sem titulação na área (44 professores) e com limites na formação continuada (23 professores com formação *lato sensu* e sem indicação em seus currículos na Plataforma Lattes de mestrado ou doutorado em andamento); os currículos são montados para atender à formação do corpo docente que se encontra no interior do estado disponível e que é contratado em condições provisórias.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Fatos levantados e registrados quando foi elaborada a planilha II – ano de 2012.

Para podermos identificar como estão distribuídas e localizadas as IES que possuem cursos de Educação Física em atividade no estado da Bahia, expomos o mapa abaixo que apresenta a localização das IES nas microrregiões e nos municípios do referido estado.

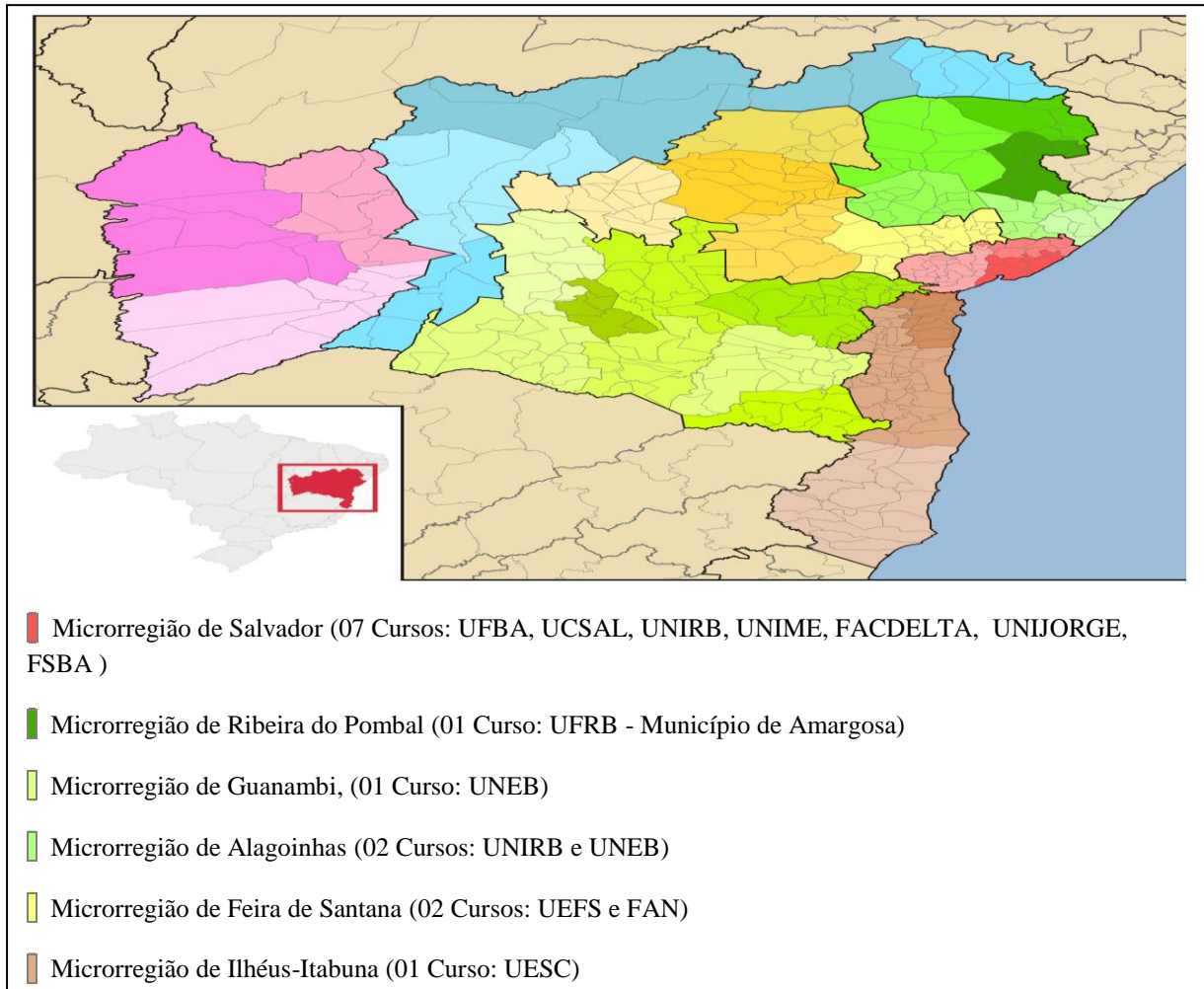


Figura 01 – Localização das IES que têm cursos de Educação Física nas microrregiões do estado da Bahia, considerando a quantidade de cursos e respectivos municípios.

A partir do reconhecimento dos cursos de Educação Física em atividade no estado da Bahia e dos professores que neles atuam, foi elaborado dez quadros/planilhas contendo informações, através de buscas no Currículo Lattes, sobre os professores que trabalham nestes cursos e suas respectivas produções, o que nos permitiu ter uma visão geral do quantitativo de professores de Educação Física (mestres e doutores) atuando nestes cursos, e do quantitativo de produções (teses, e dissertações) com temas voltados para a área de Educação Física.

Com base nestes dados, identificamos a existência (108) professores (mestres e doutores) com formação Educação Física e (144) produções *stricto sensu*, com temas voltados para a área de Educação Física, conforme ilustramos abaixo.

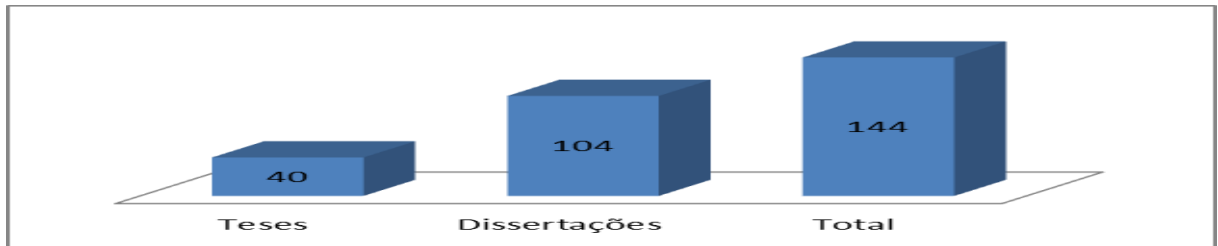


Gráfico 01 - Volume total das produções identificadas dos professores de Educação Física que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física no estado da Bahia, considerando o quantitativo de teses e dissertações defendidas – 1982 a 2012.

Das (144) produções *stricto sensu*, temos (72,5%) de dissertações e (27,7%) teses. Foram identificadas (103) produções *stricto sensu* produzidas em IES públicas. No gráfico, abaixo, apontamos quais são as IES públicas em que se localizam os cursos de Pós-Graduação a que os pesquisadores encontram-se vinculados pela produção e o quantitativo por instituição.

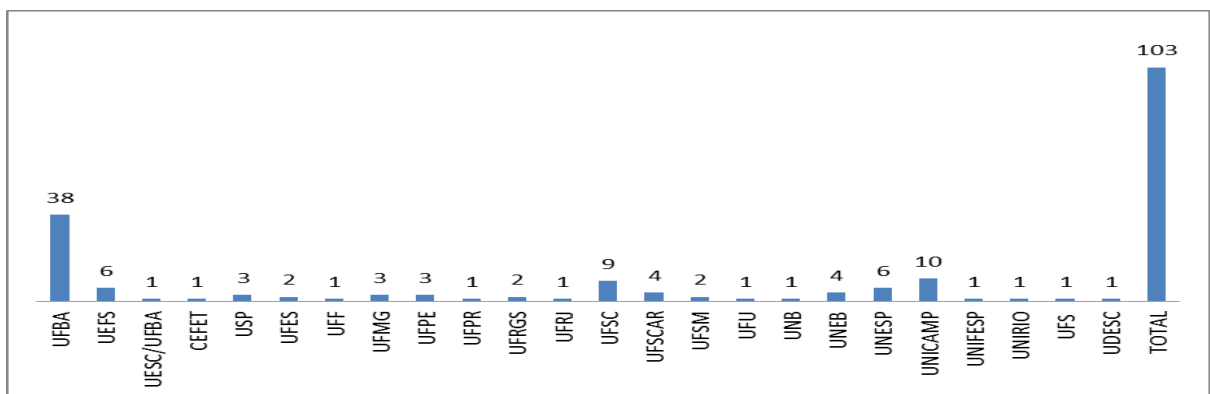


Gráfico 02 - IES públicas em que os professores de Educação Física que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física do estado da Bahia, realizaram a formação *stricto sensu*, considerando o período de 1982 a 2012.

Dentre as três IES públicas, que geraram maior quantidade de produção em Educação Física, esporte e lazer, destacamos que prevalece a UFBA com (36,9%) das produções dos professores; em seguida temos a UNICAMP com (9,9%) e UFSC com (8,9%) das produções *stricto sensu*.

Quanto à localização regional da elaboração das (103) produções defendidas em IES e identificadas nas (24) IES públicas, reconhecemos que temos (48) das produções advindas de IES da região nordeste, o que significa (46,6%) das produções *stricto sensu*. No Distrito Federal, localizado na região centro-oeste, encontramos somente (01) produção proveniente da UNB; nas regiões sudeste e sul prevalecem as IES públicas com (54) produções, que significa (52,4%) do total das 103 produções de IES públicas.



Considerando a localização das (144) produções nos PPG das IES nos estados (públicas e privadas), em regiões brasileiras e países onde os professores de Educação Física defenderam suas produções, expomos uma sequência de três gráficos, a seguir, que nos oferecem a possibilidade de identificar o movimento de imigração e migração desses professores<sup>11</sup>.

Considerando a localização geográfica, das (144) produções, (126) foram elaboradas no Brasil (IES públicas e privadas). Dos quatro estados que possuem maior quantidade de produções *stricto sensu* elaboradas, identificamos nesse gráfico que o estado da Bahia tem (38,8%), seguido do estado de São Paulo com (18,7%), o estado de Santa Catarina com (7,6%) e o estado de Rio de Janeiro com (6,9%) do total das produções.

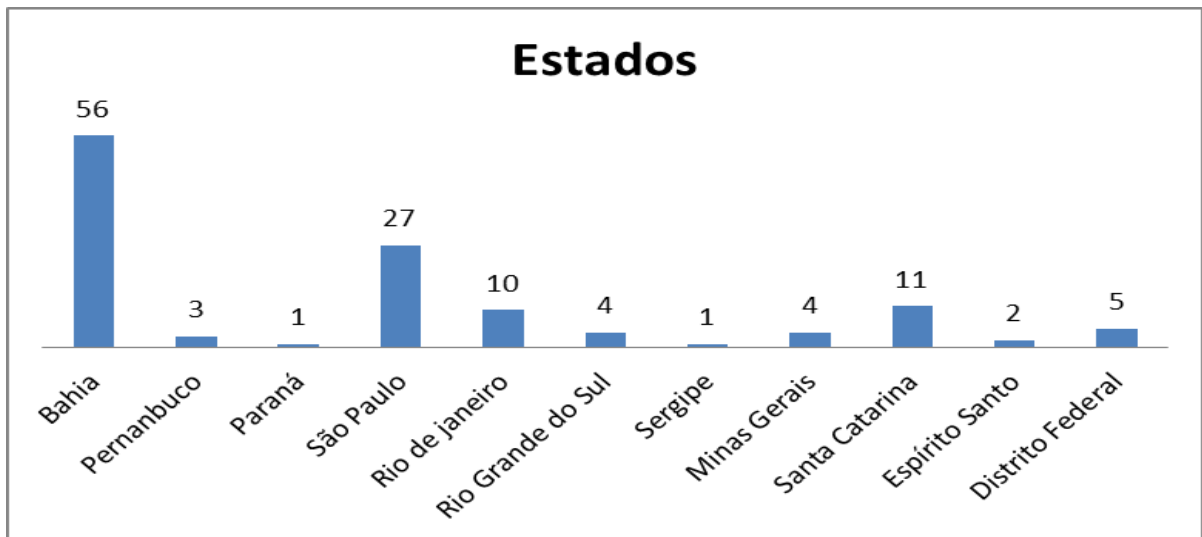


Gráfico 03 - Localização das (124) produções de IES (públicas e privadas) nos estados em que os professores de Educação Física defenderam suas produções *stricto sensu* em PGP – 1982 a 2012.

No gráfico, abaixo, apontamos dados com referência à localização das (124) produções *stricto sensu* em regiões do Brasil.

Analisando o levantamento realizado, identificamos que (48,4%) das produções foram produzidas em estados da região nordeste (Bahia, Pernambuco e Sergipe). As regiões sul e sudeste têm (59) produções levantadas, o que significa (47,6%) do total. Na região Centro Oeste, no Distrito Federal foram localizadas somente (4%) das produções. Não existe na amostra levantada, nenhuma produção da região norte. O que denota que não há professores de Educação Física com mestrado e doutorado na região norte migrando para o estado da Bahia.

<sup>11</sup> Esse movimento diz respeito, à saída dos professores do estado da Bahia para realizarem fora a formação continuada e à vinda de professores de outras regiões com suas produções *stricto sensu* para trabalhar nas IES que têm cursos de formação de professores de Educação Física.

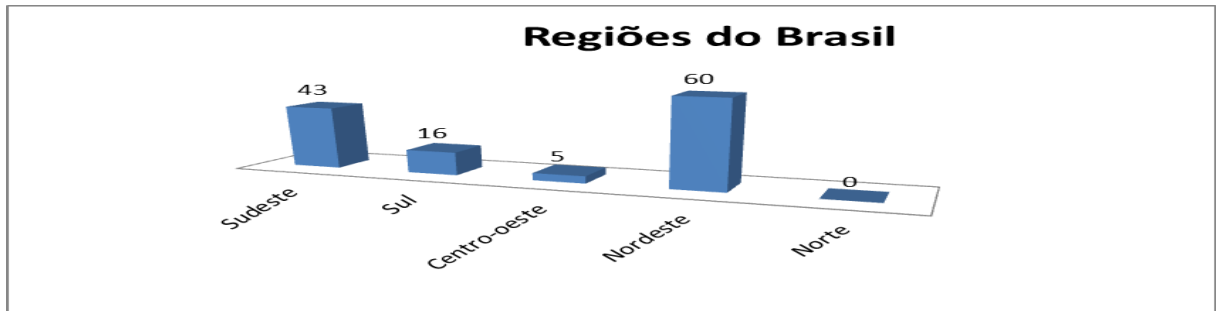


Gráfico 04 - Localização das (124) produções de IES (públicas e privadas) em regiões do Brasil, onde os professores de Educação Física defenderam suas produções *stricto sensu* – 1982 a 2012.

Quanto a predominância das instituições que têm pós-graduação em que os professores de Educação Física produziram suas dissertações e teses, destacamos das (144) produções, quantas foram produzidas em IES públicas e privadas e quantas foram defendidas no exterior.

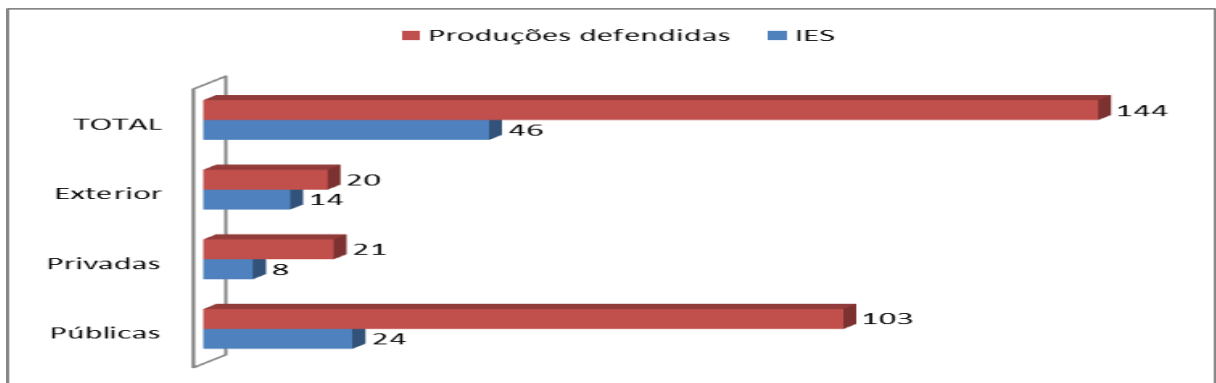


Gráfico 05 - Instituições (públicas e privadas) que têm Pós-Graduação em que os professores de Educação Física, que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física das IES do estado da Bahia, produziram suas dissertações e teses no período de 1982 a 2012.

Reconhecemos em dados sistematizados nesse gráfico que (71,5%) das produções de 46 IES foram elaboradas a partir de cursos de pós-graduação em (24) IES públicas. No exterior, temos (13,8%) das (144) produções elaboradas em 14 IES e (14,6%) em (8) IES privadas.

No gráfico, abaixo, temos (124) produções, advindas de pós-graduações localizadas em IES no Brasil e (20) produções, cujas dissertações e teses foram elaboradas em outros países.

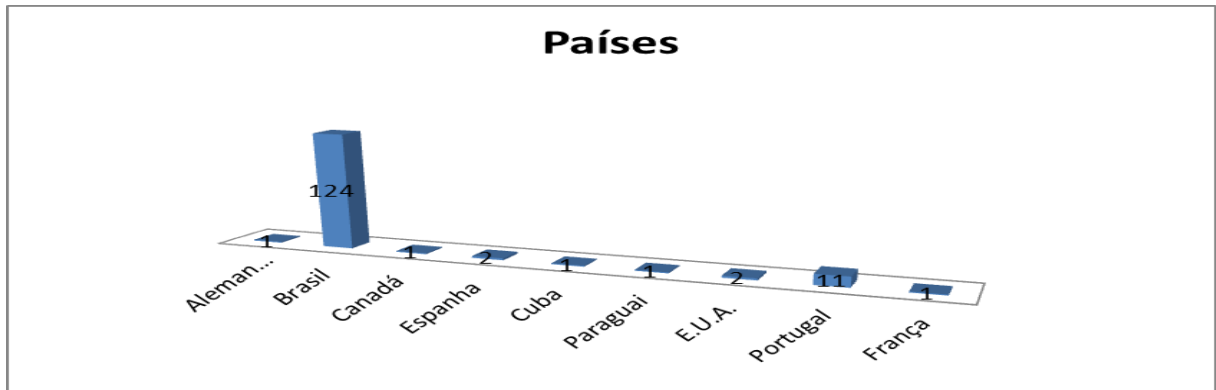


Gráfico 06 - Localização das (144) produções dos professores de Educação Física, que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física no estado da Bahia, em países em que defenderam suas produções *stricto sensu* – 1982 a 2012.

Considerando a necessidade de localizar todas as IES (Brasil e países do exterior), em que os professores de Educação Física realizaram seus cursos *stricto sensu*, nesses programas, apresentamos o gráfico, abaixo.

A maior quantidade de produção em PPG está localizada na UFBA com (20,8%), seguida da UNICAMP com (6,9%), UFSC com (6,2%), UNESP, UEFS com (4,1%) e a UGF e FVC (3,5%), considerando as 144 produções identificadas. As demais IES possuem entre (2,7% a 0,6%) das produções.

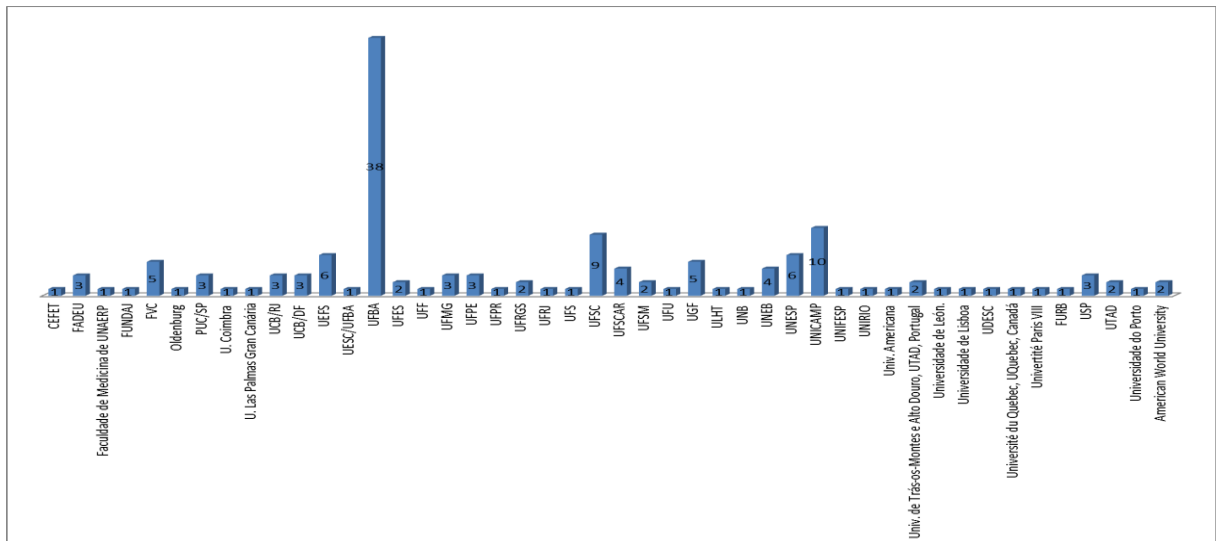


Gráfico 07 – Localização das (144) produções nas IES que possuem os Programas de Pós-Graduação, em que foram realizadas a formação *stricto sensu*, considerando o que foi produzido no Brasil e no exterior.

Esses dados nos informam que (86,1%) dos professores produziram suas dissertações e teses em Pós-Graduação do Brasil e que (13,9%) dos professores saíram do Brasil para realizarem mestrado e doutorado em (8) países da Europa, sendo Portugal o país de maior número com (11) produções.

Quanto as IES (públicas e privadas) que estão ativas e que os professores trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física no estado da Bahia, foi identificado que há (78) professores trabalhando em (6) instituições públicas e (30) trabalhando em (13) instituições privadas. O gráfico, abaixo, ilustra essa realidade.

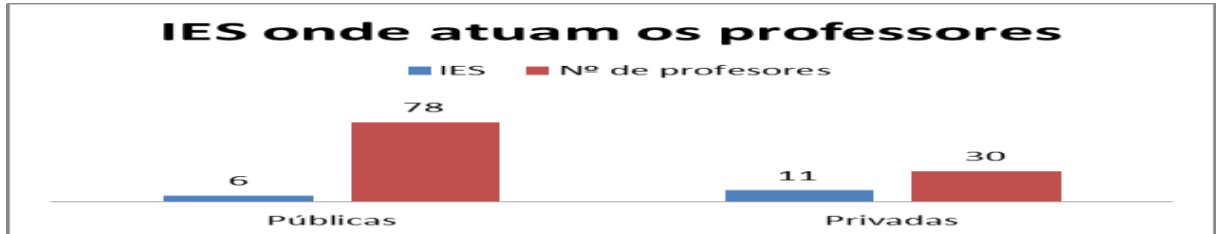


Gráfico 08 – Quantidade das IES (públicas e privadas) que estão ativas e a localização do contingente de 108 professores que têm produção *stricto sensu* e que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física no estado da Bahia – 1982 a 2012.

Observamos nesse gráfico que há prevalência de (72,2%) de professores com produções *stricto sensu* trabalhando em cursos mantidos por (6) IES públicas. Nas IES (11) privadas temos (27,7%) professores trabalhando com formação de professores de Educação Física. Essa realidade de maior número de professores com produções *stricto sensu* trabalhando em IES públicas ocorre pelo fato da exigência de mestrado e doutorado na formação. Já as IES privadas promovem contratação de um número significativo de professores que possuem somente especialização.

A realidade evidenciada sobre a formação de professores de Educação Física no estado da Bahia, aponta que (64,7%) das 17 IES, que têm 19 cursos ativos, são privadas e que disputam entre si o ingresso de estudantes pela via dos programas de financiamento do governo (FIES e PROUNI).

Na sistematização realizada verificamos, também, que do contingente dos (108) professores que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física no estado da Bahia, (60,9%) realizaram somente mestrado e (32,4%) tem mestrado e doutorado. Em curso de mestrado profissional, tivemos (1) professor e com doutorado em andamento (22), que são professores com mestrado em diversas áreas de concentração e que estão avançando com a formação continuada. Dos (108) professores, (78,7) são mestres e doutores que não estão avançando na formação continuada. Esses dados nos indicam que ainda, nesse ano de 2013 ou até 2015, teremos mais (22) produções de teses defendidas no estado da Bahia.

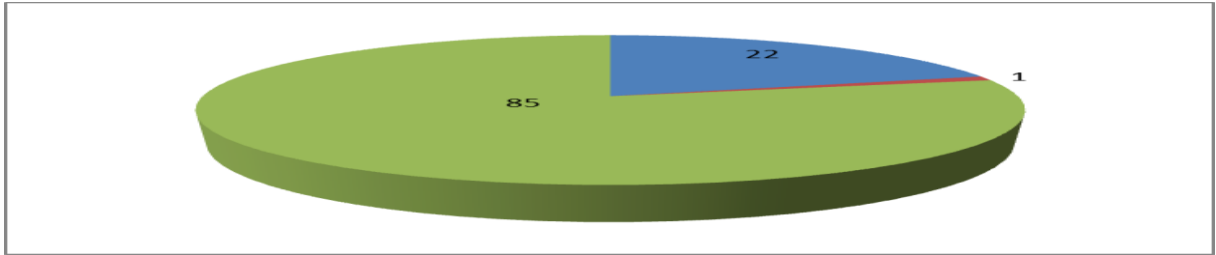


Gráfico 09 – Quantidade de mestres e doutores, professores de Educação Física que têm produção *stricto sensu* e que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física no estado da Bahia – 1982 a 2012, que avançaram e não avançaram na formação continuada.

Portanto, na amostra da planilha II do Projeto Temático, referente ao estado da Bahia, preservamos no quantitativo de professores com produção *stricto sensu*, (108) professores, sendo que deste, com produções de mestrado e doutorado, estão incluídos (05) com pós-doutorado.

Na amostra dessa planilha, temos (103) professores com mestrado e doutorado e (05) com pós-doutorado; essas (05) produções, em acordo coletivo alinhado com o projeto Temático EPISTEFNORDESTE, não foram analisadas, pois as produções se caracterizam enquanto relatórios de amplas pesquisas, cujos elementos epistemológicos nem sempre se evidenciam na lógica do levantamento de dados da planilha III B.



Gráfico 10 - Formação *stricto sensu* dos (108) professores de Educação Física que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física das IES do estado da Bahia – 1982 a 2012.

Os (22) professores que aparecem na coluna à direita (cor lilás), não estão sendo considerados, pois já estão incluídos na coluna dos (68) com mestrado. Portanto, esses (22) mestres constam no gráfico, enquanto dados de reconhecimento de mestres que podem avançar para formação continuada de doutorado nos próximos anos, ampliando assim, o quadro de doutores da região nordeste.

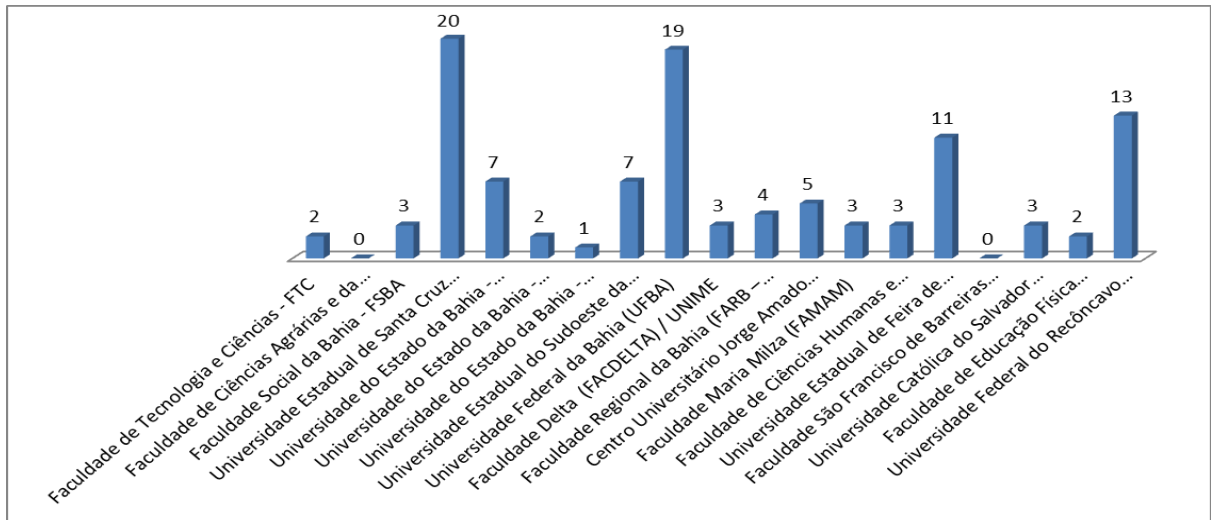


Gráfico 11 - IES (públicas e privadas) que os professores de Educação Física, que têm produção *stricto sensu*, trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física no estado da Bahia – 1982 a 2012.

Considerando a distribuição anual em que ocorreu a produção *stricto sensu* dos professores de Educação Física, destacamos no gráfico, que segue a quantidade das produções defendidas em cada ano.

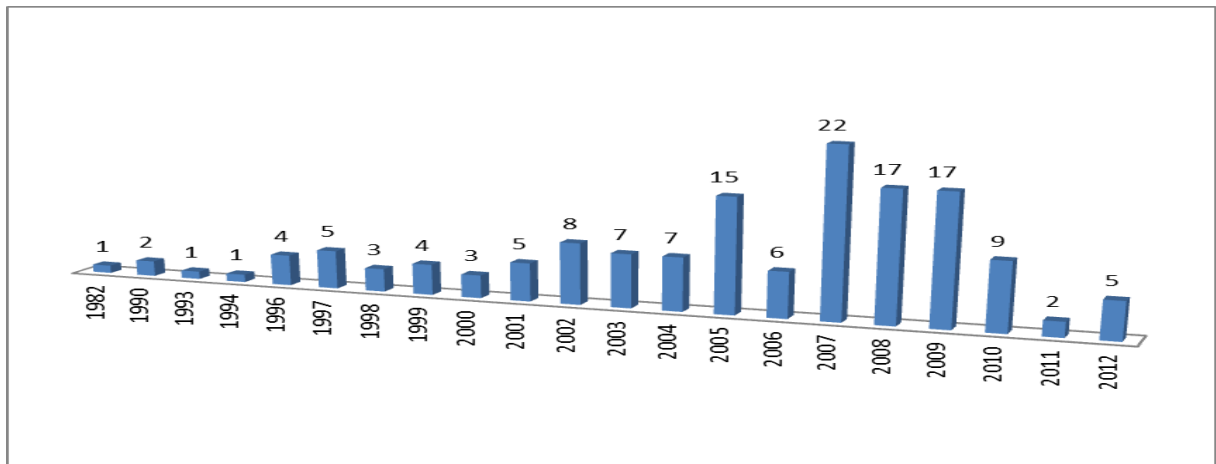


Gráfico 12 – Ano de elaboração das (144) produções *stricto sensu* dos professores de Educação Física que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física das IES da Bahia -1982 a 2012.

Identificamos nesse gráfico que a ampliação da formação para *stricto sensu* no estado da Bahia, ocorreu a partir do ano 2002; deste ano até 2012, temos (106) produções que correspondem a (73,6%) do total de (144) produções. O ano em que ocorreu um maior número de produções foi 2007 com (15,2%) das produções.

Quanto às áreas de concentração dos Programas de Pós-Graduação (PPG), em que identificamos (136) produções<sup>12</sup>, reconhecemos (47) áreas diferentes que expomos, abaixo, assim como a distribuição das produções *stricto sensu*.

No quadro abaixo, expomos a distribuição dessas produções por áreas de concentração e respectivas quantidades de produções *stricto sensu*.

Áreas de pós-graduação	Produções defendidas
Educação	55
Educação Física	19
Ciências da Motricidade	3
Desenvolvimento Humano	4
Gestão desportiva	1
Saúde da Criança e Adolescente	2
Educação Especial	1
Nutrição	2
Lazer –interdisciplinar	1
Saúde Coletiva	7
Ciências do movimento	1
Cultura e turismo	1
Atividade física para terceira Idade	1
História	1
Educação Física Escolar	1
Ciências fisiológicas	3
Artes Cênicas	1
Ciências	1
Educação Profissional	1
Psicologia	1
Biotecnologia	1
Biocinética do Desenvolvimento	1
Historia comparada	1
Arte	1

<sup>12</sup> Identificamos que das (144) produções, (06) não registram a área de concentração.

Turismo e Dês. Sustentável	1
Neurociências	1
Ciências do Desporto	1
Motricidade	1
Ciências da Educação	1
Memória Social	1
Serviço Social	1
Educação Física e Esporte	1
Biodinâmica da Motricidade Humana	1
Ciências Médicas	1
Fisiologia Humana	1
Ciências Biomédicas	1
Biomecânica da Motricidade	1
Gestão Organizacional e Desenvolvimento Humano	1
Gestão de Políticas Públicas	1
Engenharia produção	1
Educação do Ensino Superior	1
Ciência Sociais	1
Ciência da Motricidade Humana	2
Ciência do movimento humano	3
Educação e contemporaneidade	2
Avaliação, Atividades Físicas e desportivas	2
<b>TOTAL (45)</b>	<b>138</b>

Quadro 02 - Distribuição das produções *stricto sensu* em áreas de concentração do PPG, segundo as 144 produções identificadas dos professores de Educação Física que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física das IES do estado da Bahia – 1982 a 2012.

Dentre as (46) áreas de concentração das produções *stricto sensu*, há um destaque para cinco áreas, considerando maior número: a) Educação que atinge 55 produções; b) Educação Física com (19) produções; c) Saúde Coletiva com (7) produções ; e d). Desenvolvimento Humano com (04) produções. Temos, ainda, com (3) produções as áreas: Ciências da Motricidade, Ciências Fisiológicas, Ciência do Movimento Humano. As demais áreas não concentram mais do que (2) produções, como podemos verificar no gráfico, acima.



Quanto às agências de fomento que forneceram condições para o desenvolvimento das pesquisas, destacamos que (69,7%) das produções não tiveram financiamento de órgãos públicos. Os Órgãos que aparecem como indicador de maior financiamento são a CAPES (11,6%) e (9,3%) do CNPq.

Considerando a realidade que aponta outros estudos (Silva, 1997) e Chaves (2005), a distribuição de recursos do CNPq para bolsas de estudos e fomento à pesquisa vem aprofundando as desigualdades regionais quanto às condições para o desenvolvimento da pesquisa. Os professores da região nordeste, realizando esforços extremos, muitos se submetem a estudar e trabalhar para garantir o acesso à formação continuada *stricto sensu*, cuja dedicação de tempo para estudar e pesquisar faz extrema exigência, dado a complexidade dos campos de investigação.

Ressaltamos que há (1) pesquisa sendo financiada pela Secretaria de Educação e Cultura do município de Salvador. Esse dado nos leva a reconhecer a possibilidade desse órgão ter recursos e meios pela via da legislação financeira pública, que pode promover financiamento para a formação de professores em seu quadro.

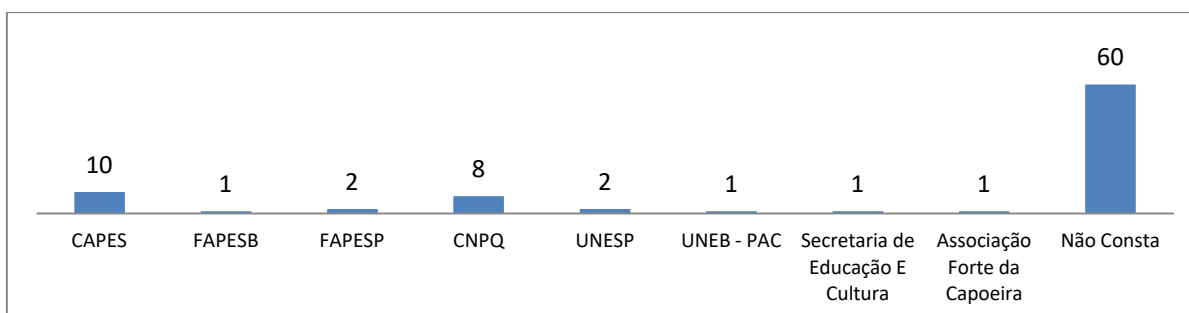


Gráfico 13 – Agências de fomento que os professores de Educação Física, que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física no estado da Bahia, obtiveram financiamento para produzirem suas produções *stricto sensu*, considerando o período - 1982 a 2012.

Esses dados sobre a caracterização da produção do conhecimento em Educação Física dos professores que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física na Bahia, nos permitem elaborar algumas sínteses a respeito das tendências para o seu desenvolvimento e sobre a suas condições objetivas.

Embora tenhamos à existência de (19) cursos de Educação Física no estado da Bahia em atividade até o ano de 2012, reconhecemos uma centralização da formação *stricto sensu* dos professores de Educação Física na cidade de Salvador predominantemente em duas universidades públicas que oferecem Programas de Pós-Graduação em Educação – UFBA e UNEB.

Foi evidenciado que as IES privadas localizadas nos municípios do interior do estado possuem maior corpo docente com formação em diversas áreas, em comparação as IES públicas identificadas. Essa realidade no leva a hipótese de que há aproveitamento de profissionais formados em outras áreas ou ramos, que se disponibilizam para trabalhar com professores na formação de professores de Educação Física nos cursos das IES, com disciplinas básicas, assumindo, muitas vezes no currículo dos cursos, uma só disciplina<sup>13</sup>.

Essas condições deficitárias em que os cursos se colocam, quanto às condições da formação do corpo docente, precarizam os currículos de formação, causando desvios teóricos comprometedores.<sup>14</sup>

Identificamos que (13,9%) das produções foram realizadas no exterior em (14) instituições. Ao refletir sobre esse dado nos cabe indagar: Porque os pesquisadores dessas produções tiveram que sair do país? A saída dos pesquisadores para produzirem suas dissertações e teses em outros países foi determinada pela necessidade de identificação com linhas de pesquisa que não são oferecidas nas Pós-Graduação do Brasil ou ocorreu por interesse particulares? Que conhecimentos foram elaborados por essas produções e atendem a que interesses? Para avançar em respostas e essas questões é preciso considerar a análise epistemológica que será realizada a partir da sistematização de dados e informações na planilha II-B, cuja sistematização será apresentada no próximo subcapítulo.

Quanto ao volume das produções de mestrado verificamos acentuado percentual (72,2%), o que nos leva a indagar: 1. Para os professores de Educação Física que trabalham nos cursos das IES do estado da Bahia é mais acessível o curso de mestrado? E por que os professores não avançaram para realizarem o doutorado? Verificamos que temos (27,8) teses e que (22) professores com mestrado estão com seus doutorados em andamento. Essa realidade nos permite indagar sobre as dificuldades dos professores em avançar do mestrado para o doutorado. Evidenciamos que temos somente (69,8%) produções *stricto sensu* apoiadas por agências de financiamento para pesquisa. Se temos pouco financiamento de apoio ao fomento da pesquisa, as limitações de condições objetivas financeiras é um fator determinante para o crescimento da pesquisa na área de Educação Física, esporte e lazer e há determinações limitadoras à formação continuada dos professores que trabalham em cursos de formação de professores de Educação Física no estado da Bahia.

---

<sup>13</sup> Esse dado foi evidenciado nas listas de professores que foram levantadas no início da pesquisa, quando identificamos as disciplinas que os professores lecionam nos cursos de Educação Física no estado da Bahia, após o levantamento da planilha I (registro em arquivo desse levantamento na pesquisa no estado da Bahia).

<sup>14</sup> Teses produzidas a partir do ano de 2004 sobre formação de professores apontam uma tendência para essa realidade - Lacks (2004) e Chaves-Gamboia (2004).

O volume de produções advindas de PPG de instituições públicas (101) prevalece, considerando que produções provenientes de IES produzidas em PPG privadas, temos (41). As instituições privadas situadas no estado da Bahia não instituem programas de Pós-Graduação por não possuírem corpo docente com número significativo de doutores e terem pouca produtividade. Os editais que deliberam sobre a condição de ofertas de bolsa de pesquisa e extensão não são predominantemente abertas para as IES públicas, em contradição ao incentivo dos programas de financiamento para estudos na graduação. Sem pesquisa e extensão a formação dos professores nas IES privadas fica restritivo.

Desenvolvendo esforços para a formação *stricto sensu*, reconhecemos forte intervenção de doutores credenciados no PPG da FAGED/UFBA, que respondem a (19,4%) das produções *stricto sensu*, todas no campo da educação, despontando com maior número de produções elaboradas no PPG.

Quanto a localização da identificação de IES públicas e privadas (124) e o maior número de produções provenientes de PPG, cujas produções foram elaboradas na região nordeste, destacamos que (54) foram produzidas no estado da Bahia, (3) em Pernambuco e somente (1) no estado de Sergipe, totalizam (46,7%).

Foi identificado que prevalece maior quantidade de produções advindas de outras regiões, totalizando (53,3%). Destamos que somente a região sudeste tem (35,2%) dessas produções.

Esses dados nos dá indicativo de que essa prevalência de produções de mestres e doutores advindos da região sudeste e sul sobre os cursos de Educação Física no estado da Bahia, tem impactos que precisam ser identificados, sobretudo no âmbito epistemológico. (Gráficos 3 e 4)

Pelas categorias apresentadas nos títulos das produções *stricto sensu*, verificamos que os mestres e doutores tiveram suas produções a partir de necessidades e relevâncias científicas (problemas científicos) que não dizem respeito a realidade da Educação Física do estado da Bahia. Identificar o que é tratado nas investigações, epistemologicamente, para reconhecer o impacto dessa produções na região nordeste é o foco mais amplo da pesquisa ESPITEFNORDESTE.

Quanto as produções *stricto sensu* identificadas como advindas dos cursos de Pós-Graduação do exterior (20), identificamos que (55%), foram produzidas em Portugal e (10%) na Espanha. Temos (65%) das produções elaboradas em programas do exterior, cuja raiz da língua é o latim. Esse indicativo nos leva a deduzir que a facilidade na comunicação de

línguas com raiz proveniente do latim facilita o acesso dos professores à formação nesses países. Há, também a hipótese de que existe maior número de convênios de universidades públicas com universidades nesses países, proporcionando o acesso via programas de Pós-Graduação.

No estado da Bahia, que tem (19) cursos ativos, dos (108) professores de Educação Física, mesmo havendo prevalência de professores em (6) IES públicas (72,2%), há indicativo de (27,8%) professores trabalhando em (11) IES privadas; esses professores dão sustentação a existência dos cursos privados no estado da Bahia. Esses professores muitas vezes assumem uma quantidade grande de disciplinas curriculares<sup>15</sup>, mesmo não tendo domínio amplo de conhecimentos específicos. Esse dado nos dá indicativo de que o ensino tratado por esses professores tem uma tendência a descaracterizar os projetos políticos pedagógicos, causando distorção na identidade da formação do professor de Educação Física.

Quanto ao período em que as (144) produções foram elaboradas (1982 a 2012), destacamos que identificamos que o ano de 2007 temos o maior percentual (13,9%). Considerando os vinte e um anos de produções *stricto sensu*, o período em que há mais produções está entre 2005 e 2010, com (36,11%).

Das quarenta e seis áreas de concentração dos PPG em que as (144) produções foram elaboradas, a área da educação (38,1%) nos fornece o indicativo de muitos professores não tendo a possibilidade de sair para os estados de outras regiões do Brasil para realizarem a formação continuada, optam por essa área, apesar de que não podemos desconsiderar que alguns professores fazem esta opção pensando nas contribuições que esta área pode oferecer para a área da Educação Física. Somente, (13,1%) produções foram desenvolvidas a partir da área de Educação Física. Há das (144) produções identificadas (87%) produzidas em (46) áreas de concentração.

Essa realidade pode provocar uma grande dispersão no foco das investigações para o campo da Educação Física. Para adequar os projetos aos programas e áreas de concentração, os pesquisadores desviam necessidades e interesses que dizem respeito à realidade da região nordeste.

Na pesquisa realizada por Chaves-Gamboa e Sánches Gamboa (2009, p. 65) sobre as produções identificadas na região nordeste no período de 2003 a 2005, os pesquisadores identificaram que “[...] especificidades e conflitos de caráter epistemológico, quando (57%)

---

<sup>15</sup> Esse dado tem comprovação nas listas nominiais dos professores, em que constam as disciplinas que estes lecionam. Levantamento que gerou a planilha I (registro nos arquivos dessa pesquisa no estado da Bahia).

da produção acontece em programas diferentes de Educação Física.” Mediante esse dado, no estado da Bahia, na amostragem de (144) produções identificadas, (86%) de professores de Educação Física tem suas produções em outras áreas. Esse dado demonstra que vem ampliando a condição dos professores de Educação Física do estado da Bahia avançarem na formação de mestrado e doutorado, mas na condição de estarem atrelados a Pós-Graduação em educação.

Com base no balanço realizado em setenta produções, Chaves-Gamboa e Sánches Gamboa (2009, p. 64) destacaram que “[...] apenas 24 (34,28%) foram produzidas nos programas de Educação Física do país. Especificamente nos programas das universidades Gama Filho, Unicamp, Federal de Santa Maria, Castelo Branco e Federal de Santa Catarina.”

Mediante os fatos, podemos reconhecer que as condições objetivas para a formação continuada *stricto sensu* dos professores na área de Educação Física, considerando a região nordeste, ainda não estão consolidadas. Há evidências de forte demanda dos professores mas há o impeditivo de haver cursos de Pós-graduação na área.

Chaves-Gamboa e Sánches Gamboa (2008, p. 146 – 147) destacam sobre essa questão na região nordeste, que: “Apesar da grave situação da região de não contar até março de 2008 com programas de pós-graduação em Educação Física, 46% dos pesquisadores se titulam em programas do nordeste, mas em outras áreas [...]. Já 36% se titulam em programas localizados na região sudeste [...].”

Após seis anos, identificamos que somente duas universidades (UFPE e UFPB) implantaram programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação Física. Com a ausência de PPG *stricto sensu* em Educação Física no estado da Bahia, o campo da pesquisa sofre um processo de colonização – assim como a maior parte da região Nordeste – que atrasa o desenvolvimento científico e tecnológico da Educação Física, em relação às regiões sul e sudeste. Com essa realidade exposta podemos levantar a hipótese de que crescem também, as dificuldades na organização dos currículos de formação de professores de Educação Física. O que significa que estamos fracassando na fundamentação, na formação científica, nos conteúdos específicos e conseqüentemente na práxis.

### 3.2 FUNDAMENTOS LÓGICOS DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO *STRICTO SENSU* DOS PROFESSORES QUE TRABALHAM NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESTADO DA BAHIA

Nesta subseção apresentamos os resultados da análise dos fundamentos lógicos da produção do conhecimento dos professores que trabalham nos cursos de Educação Física no estado da Bahia, considerando dois campos que constituem o instrumento de coleta dos dados da matriz epistemológica: as teorias utilizadas ou elaboradas e a concepção de homem/sociedade, buscando apontar quais as leis do pensamento que predominam no processo de investigação das pesquisas. Todavia, cabe procedermos ao esclarecimento sobre a ciência enquanto produção humana, que envolve leis e propriedades do pensamento em captação da realidade exterior.

#### 3.2.1 A ciência como lógica e a epistemologia como lógica reconstituída

Avançamos neste subcapítulo em apresentar as formas e leis do pensamento, cujo movimento o homem é capaz de captar a realidade dos fenômenos da natureza, da sociedade e do próprio pensamento, que tem se configurado ao longo da história do desenvolvimento do conhecimento metódico em duas grandes lógicas: a lógica formal e a lógica dialética; dessa forma, lançamos as bases teóricas para o reconhecimento da realidade e possibilidades das determinações epistemológicas das produções. Para isso é necessário, primeiramente, termos claro o conceito de lógico, e como a ciência se desenvolve a partir de uma dada lógica, o que nos leva a reconhecer o caráter categorial não eliminável do pensamento humano.

Segundo Kopylov (1972, p. 38) a essência do pensamento é constituída por três aspectos centrais: 1) o objeto dado no pensamento; 2) a atividade do sujeito, dirigida no sentido do objeto e 3) o resultado dessa atividade que são as formas do pensamento sob as quais o sujeito atua sobre o objeto.

A partir desses elementos essenciais sob cuja base se dá o movimento do pensamento, reconhecemos que não é possível conceber o pensamento fora da inter-relação dialética do sujeito com o objeto; o pensamento que produz ideias, o produz sempre a partir de um dado objeto, de forma que as ideias não são mais do que o reflexo no plano ideal do movimento real do objeto.

As categorias do pensamento que refletem as formas gerais do ser são o resultado do conhecimento que os homens obtêm no processo de transformação da natureza para a

produção da sua existência; por isso elas surgem à base do trabalho, mas não só isso, elas também formam um rico dispositivo categórico que orientam o próprio trabalho. As categorias do pensamento aparecem, portanto, como resultado do trabalho e como meios de organização do trabalho.

É devido a este fato que podemos afirmar que o pensamento é análogo ao trabalho. Como já afirmamos acima, o pensamento tem objeto, para o qual sua atividade está voltada; tem também os instrumentos da atividade, que são as categorias que formam o dispositivo categorial do pensamento e, por fim, a própria atividade reflexiva e criativa que põe esses instrumentos em movimento. É nesse sentido que apontamos o caráter categorial do pensamento.

Segundo Kopnin (1972, p. 63), o lógico constitui o “método de assimilação teórica do objeto no pensamento do homem por meio da criação de um sistema de abstrações”. É, portanto, por meio da análise lógica do conhecimento que podemos identificar as leis e formas do pensamento que captam e fixam as leis e formas da realidade objetiva de um dado fenômeno, demonstrando o grau de correspondência das primeiras com as estas últimas; conhecendo as leis e formas do pensamento, que nada mais são do que o reflexo das leis e formas da realidade objetiva é possível identificar o movimento do pensamento em captação da realidade objetiva que existe fora e independentemente da consciência dos homens.

É neste sentido que tomamos no texto dos autores, levantados e registrados na planilha III-B da matriz epistemológica, os campos V (teorias utilizadas ou elaboradas), e AC (concepção de homem/sociedade) e identificamos os ancoradouros conceituais de análise<sup>16</sup>; estes são categorias que apontam o movimento do pensamento do autor no processo de obtenção de novos resultados nas pesquisas desenvolvidas.

Os ancoradouros conceituais que identificamos na leitura dos textos, ao se constituírem como aparelho conceitual sob cuja base o pensamento tenta captar a realidade do fenômeno estudado, encerram princípios de uma dada lógica.

Partimos do pressuposto, apoiado nos estudos de Kopnin (1972, p. 64-65) de que no processo histórico de desenvolvimento do conhecimento a lógica suscitou duas grandes formas de estudo do pensamento: a lógica formal e a lógica dialética.

---

<sup>16</sup> Denominamos de **ANCORADOUROS CONCEITUAIS**, as categorias de análise, que são localizados na totalidade das produções, considerando uma extração da análise do substrato material objetivo da realidade dos campos específicos de cada produção *stricto sensu* analisada. Esse termo ancoradouro conceitual foi extraído da produção de Hostins (2013, p. 418). Estes ancoradouros encontram-se expostos como apêndices (H, I e J) por serem quadros extensos.

Para estabelecer uma referência nessa seção que nos permita explicar porque defendemos no processo de análise da investigação o reconhecimento da lógica formal e dialética, traçamos elementos históricos que explicam a base teórica filosófica de sustentação.

O estudo da lógica começou e se desenvolveu como análise do pensamento e ao longo de sua história foi concebida de diferentes formas. O primeiro a sistematizar a lógica como ciência foi Aristóteles que reuniu todo o conhecimento relacionado às categorias e leis do pensamento que posteriormente foi chamado de lógica e, pelos pensadores mais tardios, na Idade Média, de lógica aristotélica, referindo-se a sua lógica sob o ângulo do seu conteúdo formal, da descrição da estrutura e dos tipos de demonstração. Mas, a sua lógica não se restringe a esse aspecto, mostrando também a relação das categorias e formas do pensamento com o ser e levantando o problema da lógica como método de conhecimento. (KOPNIN, 1978, p. 68)

Na Idade Moderna a lógica tomou outro caminho: a análise do processo do movimento do pensamento no sentido de novos resultados. Com o desenvolvimento das ciências naturais surge à necessidade da elaboração de um método de obtenção de novos resultados, da formação de novos conceitos, tarefa para a qual a lógica escolástica se mostrou inútil. Dessa forma, com avanço das forças produtivas e a necessidade de novas formas de explicação da realidade alguns pensadores como F. Bacon, Descartes e John Locke salientam a importância de uma nova lógica que atenda as necessidades do desenvolvimento da ciência, principalmente em relação à elaboração teórica dos dados da experiência. (KOPNIN, 1978, p. 69)

Nesse período a lógica que se desenvolvia na filosofia era a formal tradicional ou clássica que possui as seguintes especificidades: 1) constituía uma teoria original e método de conhecimento, servindo de base para método metafísico de pensamento. Seu conteúdo era formado pelas regras e formas das deduções. Seu estudo voltava-se para a relação entre os juízos de qualquer dedução segundo determinados leis como a lei da inadmissibilidade da contradição, a lei do terceiro excluído e a lei do fundamento suficiente.

Na base destas leis a lógica tradicional já estabelecia o critério lógico ou formal da veracidade de um juízo, que embora seja necessário e correspondente a um tempo histórico, com avanço das demandas sobre novas explicações sobre a realidade se tornou insuficiente, pois um sistema qualquer pode ser logicamente não contraditório e mesmo assim não corresponder à realidade; 2) mas a lógica clássica não era puramente formal, pois considerava as leis e formas do pensamento também como princípios do ser. Na análise da estrutura da



demonstração da dedução considerava como princípio primário não o juízo, mas o conceito, extraindo das relações reais as relações formais entre os termos. Mas é o aspecto formal que é o centro desta lógica. (KOPNIN, 1978, p. 71-73)

A lógica formal, portanto, serve de método de análise lógica do conhecimento real, na medida em que na aplicação desse modelo busca-se assimilar os resultados do conhecimento real e fazer novas construções. Esse método obteve bons resultados na análise lógica do conhecimento para o seu desenvolvimento e o da prática. Por isso, não se pode ignorar a contribuição da lógica formal para a evolução do conhecimento no sentido de novos resultados.

Mas a lógica formal é limitada a construção de linguagens formalizadas para a análise de áreas concretas do conhecimento teórico moderno. Apesar de ser importante, a lógica não pode se limitar a esse aspecto. A lógica formal estuda um aspecto determinado do pensamento: a linguagem vinculada a operações com símbolos. Mas este é apenas um aspecto do pensamento e sua análise lógica.

Na atual fase do desenvolvimento científico a lógica formal se transformou em um campo específico de conhecimento e, por isso, perdeu seu sentido como método universal de conhecimento dos fenômenos. A filosofia marxista estuda o pensamento e suas leis com a intenção de descobrir as leis gerais de desenvolvimento dos fenômenos da realidade objetiva e do conhecimento, bem como as suas relações. Nesse sentido, através da lógica dialética, estabelece nexos e relação dos fenômenos fora de esquemas mecânicos, superando por incorporação a lógica formal.

Portanto, o desenvolvimento da lógica foi promovido pela explicação das contradições da realidade, promovendo assim, uma divisão em dois posicionamentos filosóficos lógicos que se desenvolveram no campo das ciências de forma autônoma, a lógica formal e a dialética; no problema da inter-relação do campo científico devemos reconhecer não dois sistemas incompatíveis, mas duas esferas que abordam aspectos diferentes do pensamento; a dialética fornece o sistema de categorias que servem de base ao movimento do pensamento na obtenção de resultado objetivo, enquanto a lógica formal fornece o dispositivo que permite inferir efeitos possíveis do conhecimento, segundo regras pré-estabelecidas. A lógica formal não perde sua importância, mas sim o seu sentido como método filosófico; a sua relação com a dialética é a mesma relação que esta mantém com outros campos.

Se tomado como método lógico universal do conhecimento, os princípios da lógica formal, esses princípios constituem limitações que impedem o pesquisador de atingir a

essência do objeto, impossibilita o de identificar o movimento da realidade a partir de contradições, de reconhecer o fenômeno estudado como um todo orgânico e estruturado.

Isto porque, segundo Novack (2005, p. 40),

Não há lugar para a mudança no universo descrito ou pretendido pela lógica formal. Não há movimento interno ou mútuo, em ou entre, suas leis. Não existe impulso lógico para que essas leis se insiram no mundo que as rodeia. Não há relação dinâmica com esse mundo externo que tira as coisas de suas condições atuais e as leva a ser outras novas. O movimento não pode ser incluído nesse reino de formas rígidas onde tudo está congelado em seu lugar e ordenado em perfeitas fileiras, lado a lado, como um regimento prussiano.

Por culminar nesta visão estática de mundo, e por ser o que tinha de mais avançado sobre a explicação da realidade na revolução burguesa, a lógica formal foi apropriada pela burguesia enquanto uma filosofia que lhe permite concluir que a realidade é eterna e que o capitalismo é imutável. Os princípios da lógica formal são, portanto, os adotados pela classe dominante para inculcar na consciência social os valores de afirmação do projeto histórico capitalista como único viável.

A relação que a dialética materialista mantém com a lógica formal é a mesma que ela mantém com outras áreas do conhecimento. Por isso negar a lógica formal é tão absurdo quanto negar à física, por exemplo. Por outro lado, difere-se das outras ciências por ser a que se encontra mais próxima da filosofia, tanto pelo fato de ter se separado da filosofia recentemente, quanto pelo fato de possuir um vasto campo de aplicação. (KOPNIN, 1978, p. 79-80)

A aplicação da lógica formal na investigação científica, nos dias de hoje, não se dá de forma homogênea pela comunidade científica, haja vista que no campo da produção científica há disputa ideológica de classes com interesses antagônicos.

Segundo Novack (2005, p. 31-32):

Assim como negam a realidade eterna do capitalismo, os marxistas negam igualmente a validade eterna das formas de pensamento mais características das sociedades de classe como o capitalismo. O pensamento humano mudou e evoluiu com a sociedade humana e no mesmo grau que esta. As leis do pensamento não são mais eternas que as leis sociais. Assim como o capitalismo é só um escalão da cadeia de formas históricas de organização social da produção, também a lógica formal é simplesmente um escalão na cadeia de formas históricas de produção intelectual. Assim como as forças do socialismo estão lutando para substituir a forma capitalista obsoleta de produção social por um sistema mais evoluído, também os partidários do materialismo dialético, a lógica do socialismo científico, estão lutando contra a desgastada lógica formal. A batalha teórica e a batalha política prática são parte do mesmo processo revolucionário.

A dialética assumiu formas diferentes ao longo da história: como arte de operar com conceitos e como a assimilação teórica da própria realidade; no começo pareciam absolutamente contrárias, mas que com a evolução da filosofia passaram a compor uma inter-relação (KOPNIN, 1978, p. 81). Além dessas tarefas a dialética também possui a tarefa de criar e aperfeiçoar um dispositivo para o pensamento teórico-científico que leve a verdade objetiva. Dispositivo este que é constituído por um sistema de conceitos que fixam o conteúdo objetivo da realidade.

A dialética enquanto lógica estuda as leis do pensamento como leis do mundo objetivo, pois entende que as leis do pensamento são leis da realidade objetiva representadas na consciência do homem. As diferenças entre as leis ontológicas e as lógicas, nos afirma Koptin (1979, p. 82) está no fato de que:

[...] na natureza, e predominantemente, ainda na sociedade, essas leis se concretizam por via inconsciente, sob a forma de necessidade exterior que abre caminho através do caos das aparentes casualidades, ao passo que o ser pensante tem capacidade para atuar por via consciente de acordo com elas, ou seja, livremente.

Mediante o exposto, reconhecemos que para a dialética materialista, o lógico (movimento do pensamento) é o reflexo do histórico (movimento dos fenômenos da realidade objetiva). Para representar a dialética objetiva de forma profunda, as próprias formas do pensamento devem ser dialéticas; a dialética estuda a relação e subordinação entre as formas do pensamento, tomando como base o princípio da unidade entre o abstrato e o concreto que ocupa lugar destacado na dialética, pois estabelece que todas as formas do pensamento se constituem na ascensão do abstrato ao concreto no qual o pensamento apreende o concreto e o reproduz como concreto no pensamento.

As leis da lógica dialética permitem ao pesquisador refletir o fenômeno estudado como totalidade concreta, permite captar o fenômeno no seu movimento, isto é, as mudanças qualitativas e quantitativas que nele se operam em função da luta dos contrários; em resumo, possibilita ao pesquisador atingir a essência do fenômeno estudado.

É nesse sentido que a partir dos sistemas lógicos, buscamos reconhecer, através da análise dos campos epistemológicos já apontados, se a lógica que o pesquisador desenvolve para a investigação do seu objeto aponta para a possibilidade da transformação social, para um projeto histórico superador.

São esses, portanto, os princípios que caracterizam a lógica formal e a lógica dialética e que tomamos como base para a análise da produção do conhecimento *stricto sensu* em

Educação Física, esporte e lazer. Posto isso, na próxima seção, trataremos de expor através da análise os fundamentos lógicos da produção do conhecimento.

### **3.2.2 Análise dos fundamentos lógicos da produção do conhecimento**

Nesta seção apresentamos os resultados da análise epistemológica da produção do conhecimento dos professores que trabalham nos cursos de Educação Física no Estado Bahia, considerando dois campos na planilha III-B do instrumento de coleta da Matriz Epistemológica: as teorias utilizadas ou elaboradas e a concepção de homem/sociedade. A análise dos dados foi realizada levando em consideração a relação entre o que apresentam os pesquisadores em suas pesquisas a respeito dos referidos campos e os princípios lógicos do pensamento científico que discutimos no subcapítulo anterior.

As pesquisas que foram desenvolvidas tendo como apoio os princípios da lógica formal no processo de investigação do objeto apresentam algumas especificidades no que se refere às teorias utilizadas ou elaboradas, a concepção de homem ou sociedade e que desenvolvem uma dada concepção objetiva de realidade que são diametralmente opostas às pesquisas que se situam no âmbito da lógica dialética. Essas características específicas que encontramos através da leitura dos textos e da identificação dos ancoradouros conceituais de análise, são justamente os elementos que nos permitem situar cada pesquisa em uma dada lógica. Identificamos em nossa análise que das (86) produções, (30%) foram desenvolvidas com bases nas leis da lógica dialética, enquanto que (70%) foram desenvolvidas com base nas leis da lógica formal.

No que diz respeito às teorias utilizadas ou elaboradas nas 86 produções, encontramos em algumas pesquisas o trato de teorias que levam em consideração conceitos advindos das ciências biológicas para a interpretação dos dados levantados; essas pesquisas lançam mão de teorias que trazem como foco central de investigação, a questão da mensuração ou avaliação de energias gastas na atividade física e desenvolvimento de capacidades físicas e biológicas de praticantes de atividades ou exercícios físicos.

Também utilizam teorias voltadas para a interpretação dos resultados a partir do estabelecimento de relações entre variáveis quantitativas e qualitativas, modelos de fadiga, comparação de variáveis de fatores de risco cardiovascular, que implicam no reconhecimento de uma relação linear e muito estreita entre a prática de atividade ou exercício físico e a

obtenção de qualidade de vida, ou ainda, entre a não prática de atividade ou exercício físico e o surgimento de doenças ou desequilíbrio da homeostase.

Outras pesquisas se pautam em teorias baseadas em leis e propriedades da física para analisar o movimento humano; são teorias que trabalham com conceitos provenientes de estudos sobre a capacidade do homem de se movimentar durante a atividade física, visando o melhor desempenho possível; a preocupação dessas teorias é com a análise da evolução do movimento através da biomecânica e com o sistema proprioceptivo na manutenção da aptidão física. Essas pesquisas também reiteram a relação linear e muito reduzida entre a prática da atividade ou exercício físico com a obtenção de saúde física e mental.

Essas teorias em geral que identificamos acima, tanto as que possuem um enfoque mais biologicista, como as que se embasam em conceitos da biomecânica e de sistemas proprioceptivos apontam para um enfoque mais objetivista na investigação, ou seja, o enfoque no sujeito é mínimo. Além disso, são pesquisas que privilegiam mais a discussão no campo da atividade física e qualidade de vida, fazendo distinção entre o homem e a sua corporalidade.

Podemos reconhecer na análise dessas teorias, uma lógica de pensamento baseada em um caráter acrítico com relação à realidade objetiva dos fenômenos estudados; as teorias não são capazes de explicar o objeto a partir de um determinado contexto real, estabelecendo nexos e relações entre o particular, o singular e o geral. É possível identificar no quadro dos ancoradouros conceituais de análise teorias que explicam o movimento humano, por exemplo, sob o aspecto puramente formal, de maneira que não é possível identificar a essência do movimento humano no contexto de uma dada realidade; essas teorias que explicam o movimento humano na área da Educação Física como qualquer atividade que gera gasto energético além dos níveis de repouso não define a essência do movimento enquanto produção histórica e cultural da humanidade, relacionado a produção da existência humana, pois é possível atribuir o mesmo conceito a qualquer outro animal, como podemos perceber nestes dois excertos abaixo:

Entende-se por sedentarismo no lazer a não participação em atividades físicas nos momentos de lazer, **considerando atividade física como qualquer movimento corporal produzido pela musculatura esquelética que resulte em gasto energético**, tendo componentes e determinantes de ordem biopsicosocial, cultural e comportamental, podendo ser exemplificada por jogos, lutas, danças, esportes, exercícios físicos e deslocamentos. (cod. BA028) (Grifo nosso)

[...] **Atividade física é entendida como qualquer movimento corporal produzido pelos músculos esqueléticos, que resulta em gasto energético maior do que os níveis de repouso** (Carspensen *et al*, 1985), sendo um dos componentes importantes da qualidade de vida, que, ao longo do tempo, se

tornou importante indicador de qualidade de vida que pode ser modificável.  
(cod. BA65) (Grifo nosso)

Ainda, considerando as pesquisas situadas na lógica formal, encontramos a utilização de teorias que, ao contrário dessas primeiras que identificamos, dão um enfoque maior ao aspecto subjetivo, isto é, põem o sujeito com seus valores, sentimentos, suas ideias, em suma, sua cultura em destaque, em detrimento de elementos da realidade objetiva.

Nessas teorias, identificamos conceitos relacionados a “significações produzidas sobre a realidade”, de bem “estar subjetivo”; conceitos relacionados a “formação integral do ser humano”, a “inclusão social”, a “representações sociais”, a “cultura como fator da simbologia humana”. Essas teorias tomam basicamente como categorias de análise a subjetividade e a cultura humana. São, portanto, teorias que investigam o objeto com base numa lógica mais abrangente, pois no processo do pensamento tenta captar a realidade do fenômeno situado em um contexto determinado.

Mas essas teorias, implicitamente, negam a inter-relação dialética de base do modo de produção que alimentam a infraestrutura, admitem mudanças apenas no que diz respeito a superestrutura social ou a mudança no âmbito da subjetividade; trata-se, portanto, da defesa de mudanças formais e não estruturais, transformações restritas ao horizonte do pensamento. Por isso, essas teorias não partem da própria realidade concreta, mas daquilo que o pesquisador abstrai de seu pensamento; que significa considerar que o que se deve mudar é o que se pensa sobre a realidade e não a própria realidade. Dessa forma, o elemento principal é a compreensão dos discursos, das representações, como podemos ver nesta passagem de um dos pesquisadores:

(...) a partir da perspectiva pós-estruturalista, particularmente tomando os Estudos Culturais, Feministas e de Gênero, dedico-me a problematizar a separação de meninos e meninas na Educação Física escolar, na tentativa de **compreender quais argumentos e justificativas são rearranjados, mobilizados e engendrados na sustentação dessa prática**, especialmente aqueles ligados a corpo e gênero. Dito de outra forma, como corpo e gênero atravessam os **discursos** que constituem a separação como um recurso necessário e importante nas aulas de Educação Física na escola. (cod. BA119) (Grifo nosso)

[...] para o intento deste trabalho, recorro aos **estudos sobre as representações sociais como referência fundante para perceber os discursos e seus nexos**. Nos grupos focais, levamos em consideração os três níveis do processo representacional: cognitivo (implicação do sujeito, necessidade de ação e acesso à informação); formação da representação social (objetivação e ancoragem) e edificação das condutas (opinião e atitudes). A partir dessa base teórica, busquei analisar as falas, levando em

consideração a face figurativa e a face simbólica presentes nos fragmentos dos discursos. (cod. BA077) (Grifo nosso)

Em geral, as teorias utilizadas ou elaboradas por essas pesquisas não consideram a articulação do lógico com o histórico; o aspecto histórico dos fenômenos estudados é deixado de lado em detrimento de sua fixidez e cristalização; não compreendem o movimento do objeto a partir de suas contradições internas, mas como algo dado a priori.

As teorias utilizadas ou elaboradas por essas pesquisas configuram um dispositivo categorial muito fechado, dado a priori, que não partem da realidade concreta, operando com conceitos muitos dos quais já superados como, por exemplo, as explicações do homem como ser determinado por suas características biológicas, ou tomam a consciência como elemento fundante da realidade social.

Um dado que nos chama bastante atenção é negação da ciência feita de modo explícita por um dos pesquisadores, ao explicar a base teórica de sua pesquisa. O pesquisador explica que se fundamenta em:

Uma teoria que, segundo Nóbrega, **tematiza o senso comum, dando-lhe “status legítimo” de produção de conhecimento sem apresentar “uma contraposição ao saber científico”**. (cod. BA077) (Grifo nosso)

Negam assim a ciência e se colocam no campo do irracionalismo, desconsiderando o grau qualitativamente superior conhecimento sistematizado e dando ênfase aos aspectos fenomênicos da realidade. Neste sentido, é bastante comum nessas produções o privilegiamento dos aspectos do cotidiano que envolvem o objeto de pesquisa:

O estudo tem ainda apoio em **referências teórico-metodológicas que privilegiam cotidianidade, rotas, rotinas, rupturas, sentidos, significados e singularidades** contempladas pela Etnopesquisa Crítica e Multirreferencial. (cod. BA144) (Grifo nosso)

**A sociologia do cotidiano** busca perceber os saberes que são vistos como aparentes banalidades, presentes nessa rota, buscando ressignificações nos meandros dessa rotina, no que acontece quando e onde aparentemente nada acontece. (cod. BA010) (Grifo nosso)

Ao não partirem da realidade concreta, essas pesquisas, tomam como dispositivo categorial para a realização da interpretação dos resultados, não conceitos, mas representações frágeis do cotidiano que não lhes permitem sair da aparência do fenômeno, reduzindo a atividade investigativa a uma descrição das contingências.

As produções situadas na lógica dialética tomam, em sua grande maioria, como base teórica, categorias fundamentais que constituem o materialismo histórico e dialético, como

“modo de produção”, “trabalho no processo de transformação do homem e da sociedade”, “emancipação humana” e “transformação social”, produzindo a articulação do lógico com o histórico.

O modo de produção é uma categoria fundamental que aparece nas teorias utilizadas ou elaboradas pelas produções situadas na lógica dialética; a partir desta categoria essas produções partem do pressuposto de que não é possível compreender a realidade do fenômeno estudado sem estabelecer os nexos e as relações com o modo de produção que se caracteriza como aquilo que determina em última instância o objeto estudado pelo pesquisador. Portanto, a categoria modo de produção é um elemento central que faz parte do dispositivo lógico de apreensão da realidade nestas pesquisas, sem a qual não é possível atingir a essência do fenômeno estudado, como podemos ver nos trechos a seguir:

O discurso dialético sustenta-se no imperativo do modo de produção social humana, para compreender e relacionar-se com a realidade, bem como com os rumos de sua transformação. (cod. BA030)

[...] defendemos as teses propostas em A Ideologia Alemã como eixo para a análise da produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil; em segundo lugar, **defendemos a categoria modo de produção da existência ali apresentada**, para a compreensão da problemática do lazer, no esforço de ampliação da tendência de análise da problemática do lazer restrita à categoria trabalho enquanto, exclusivamente, (1) meio pelo qual o macaco se transforma em homem; (2) meio pelo qual os homens, no modo capitalista de produção, são explorados; portanto, (3) meio de alienação do homem o qual é necessário superar. (cod. BA085) (Grifo nosso)

O interesse na investigação dos fenômenos da realidade que apontam essas teorias é o de transformação da realidade concreta e de emancipação humana; o conhecimento produzido sobre o objeto investigado possui o intuito de alterar as condições objetivas que estão postas pela realidade do modo de produção capitalista que oprime e aliena o homem através da exploração do trabalho; por isso, são teorias que lançam mão da crítica, contextualizando e historicizando o objeto de investigação.

Outro fator decisivo na escolha do referencial teórico é a posição política e de classe que o materialismo histórico dialético assume no seu empreendimento de ser uma ferramenta para a classe trabalhadora na tarefa de revolucionar as relações sociais existentes, **promovendo seu principal objetivo histórico, a transformação da realidade** e a consolidação do comunismo. (cod. BA112) (Grifo nosso)

Outra questão importante que podemos apontar destas teorias é a compreensão do conhecimento como resultado da articulação do lógico com o histórico; para essas teorias, o lógico caracteriza o reflexo do histórico, ou seja, as leis e formas do pensamento devem ser as



leis e formas da realidade objetiva, que são, simultaneamente, meios para o pensamento captar a essência do objeto e o resultado do processo de investigação.

A exposição do conteúdo desta pesquisa enseja **articular o todo com as partes, o lógico com o histórico**. Supera as contradições e exige explicações e proposições. É o momento de tratar desde a crítica até o conhecimento produzido, contextualizando-os no projeto de transformação social. (cod. BA007) (Grifo nosso)

No que diz respeito à concepção de homem ou sociedade, as primeiras pesquisas que desenvolvem a lógica formal e cujas teorias possuem um enfoque mais biológico e mecânico, defendem de maneira implícita uma concepção de homem que se caracteriza essencialmente pelo conjunto de suas características físicas e biológicas; essas pesquisas definem o homem como ser separado de suas condições históricas, pois quando se referem ao homem não reconhecem as determinações sócio-históricas, não reconhecem um ser concreto, mas um ser abstrato, apartado da realidade da qual vive. Fundamentalmente, para esses pesquisadores, o homem é este sujeito que está posto aí com suas características físicas e biológicas, se diferenciando muito pouco dos outros animais.

Outra característica que podemos apontar desta concepção de homem é o caráter passivo que é atribuído a este; o homem não é entendido como sujeito ativo, transformador, mas é tomado apenas como objeto, como ser passivo, cujas únicas mudanças que sofre provem de adaptações advindas de circunstâncias do meio ambiente, ou seja, o homem não transforma o mundo, mas a ele deve se conformar, se adaptar. Vejamos como um dos pesquisadores coloca a questão:

[...] indivíduos que têm a capacidade **de mudar, adaptar suas metas de acordo com mudanças das circunstâncias ambientais** podem garantir mais bem-estar na participação de outras tarefas. (cod. BA001) (Grifo nosso)

Quanto à concepção de sociedade, não encontramos em nenhuma dessas pesquisas esclarecimentos ou mesmo uma definição; parece ser uma questão de menor importância para estes pesquisadores situar suas investigações em uma determinada formação social, o que demonstra o caráter acrítico destas pesquisas; podemos apontar que estas pesquisas, mesmo que de forma implícita, se colocam na defesa de um projeto histórico que preserva as relações de produção existente.

O segundo grupo de pesquisas que identificamos, que dão mais ênfase ao sujeito em suas teorias, defendem uma concepção de homem com indivíduo determinado pelas relações culturais. Nessas pesquisas o homem não é considerado como um indivíduo passivo, mas como um ser ativo que cria o mundo através da sua subjetividade; a categoria cultura é

amplamente apropriada nestas pesquisas no intuito de explicar o homem e a sociedade como produto de relações culturais e simbólicas. Mas a própria cultura não é pensada como um processo histórico que se dá na relação homem-natureza no processo de produção da existência, mas como categoria estanque, fruto da subjetividade *a priori*, como aparece nesta passagem de uma das pesquisas:

**[...] O sujeito é o criador do conhecimento, segundo a teoria das representações, com base no que ele conhece, em experiências vivenciadas em seu cotidiano e na determinação valorativa que dá a essas vivências** que não estão descoladas da historicidade e do contexto social e ético de seu mundo. (cod. BA072) (Grifo nosso)

Em síntese, no que diz respeito à concepção de homem/sociedade, as pesquisas situadas no âmbito da lógica formal, trabalham com uma definição reducionista; não o concebem como homem histórico e concreto, como síntese de múltiplas determinações que se constrói a partir do intercâmbio com a natureza e com outros homens. Mas o concebem como ser abstrato e unilateral, determinado ou por circunstâncias ambientais ou unicamente por relações culturais e simbólicas. Além disso, não compreendem a sociedade como um processo histórico de desenvolvimento a partir da luta entre classes antagônicas.

As produções que desenvolvem a lógica dialética tem como concepção de homem o ser humano entendido como resultado das relações materiais que estabelece com a natureza e com outros homens no processo de transformação da realidade para a produção da sua existência; para compreender a essência do ser humano, essas pesquisas se apoiam na categoria trabalho entendida como atividade vital humana. Trata-se, portanto, nessas pesquisas, de conceber o homem como ser concreto e histórico a partir das suas relações concretas e históricas na realidade objetiva, como ser que é produto e produtor da realidade na qual vive, como ser multideterminado e sócio-histórico, que possui a capacidade de se apropriar da cultura criada pelas gerações precedentes, como transparece nos trechos a seguir:

O Primeiro pressuposto de toda a história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos” (MARX, 1987, p. 27). E para se manter vivo, teve o homem que produzir seus meios de vida. Meios estes que forma sendo modificados no curso da história, pelas ações dos próprios homens, em contato com a natureza, com os outros homens e consigo mesmo. Esta produção dos meios de vida, que tanto gera bens materiais quanto espirituais, se deu com base no trabalho humano [...] o trabalho é a condição da existência humana, independente de qual seja a forma de sociedade. Ainda segundo Marx (1987), o trabalho é uma necessidade que medeia o metabolismo entre o homem e a natureza e, portanto, o da própria vida humana. O processo de trabalho é uma condição da existência humana; é comum a todas as formas de sociedade, mas se diferencia pelas relações sociais estabelecidas. (cod. BA097)

De acordo com Marx e Engels os indivíduos se criam uns com os outros, partindo da relação material com o mundo e no mundo histórico-material. Nesse sentido, a riqueza intelectual do indivíduo depende da riqueza de suas relações reais no sentido físico e no sentido moral. (cod. BA037)

Quanto à concepção de sociedade, as produções desenvolvidas a partir da lógica dialética caracterizam a sociedade como produto histórico das contradições entre as relações de produção e as forças produtivas; partem do pressuposto de que a sociedade está dividida em classes com interesses antagônicos e que estão em luta pelo domínio político e econômico, tal como aparece nas citações a seguir:

O significado de sociedade com que trabalhamos na problematização da pesquisa parte da concepção de Marx (BOTTOMORE, 1988, p. 343), que apresenta três aspectos para esclarecer-lhe o sentido: o primeiro, traz a idéia de que os [...] seres humanos vivem em sociedade e não envolve uma antítese entre indivíduo e sociedade que só pode ser superada pela suposição de algum tipo de contrato social ou, alternativamente, considerando-se a sociedade como um fenômeno supra-individual. O segundo aspecto da concepção de Marx é que a “sociedade não se separa da natureza, onde os seres humanos são vistos como parte do mundo natural, que é a base real de todas as atividades”; a terceira característica é marcante, pois trata da noção de tipos de sociedade: “trata a relação entre a sociedade e a natureza como um intercâmbio que se desenvolve historicamente através do trabalho humano e que ao mesmo tempo cria e transforma as relações sociais entre os seres humanos”. Portanto, segundo Bottomore (1988, p. 343) interpretando Marx, “são os níveis de desenvolvimento das forças produtivas materiais e as relações de produção a ele correspondentes que determinam o caráter dos distintos tipos de sociedade. (cod. BA007)

[...] esta concepção histórica tem como pressuposto a totalidade social, que não é harmônica, mas sim dinâmica e contraditória. Segundo esta análise, o motor da história são as contradições das relações sociais, fundamentadas nas lutas de classes, ou seja, nas condições concretas de existência. (cod. BA092)

Ao conceber a sociedade desta forma, essas produções apontam para a possibilidade de superação da sociedade dividida em classes por uma sociedade sem classes, ou seja, apontam para um projeto histórico que venha a superar o modo de produção capitalista.

Portanto, podemos perceber que as produções analisadas, predominantemente, encerram limites lógicos que se configuram como entraves para o avanço dessa produção do conhecimento no sentido da possibilidade de construção de uma consistente base teórica que venha a responder de maneira concreta aos reais problemas que a área vem impondo historicamente.

Considerando que a produção do conhecimento dos professores que trabalham nos cursos de Educação Física no estado da Bahia é hegemonicamente desenvolvida com base na

lógica formal e, conseqüentemente assume uma caráter idealista e conservador, nos acabe indagar sobre os determinantes históricos desta produção, sobre a política que a determina e o que determina a própria política, o que desenvolveremos nas próximas seções.

## 4 ESTADO, ECONOMIA POLÍTICA E CIÊNCIA NO MARCO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Para poder compreender e explicar a realidade da produção do conhecimento dos professores que trabalham nos cursos de Educação Física na Bahia para além da reconstituição de sua lógica interna de desenvolvimento e em vista a identificação de suas determinações históricas avançamos neste capítulo em reconhecer nexos e relações entre as contradições na produção do conhecimento que analisamos – que como vimos apontam para a predominância da lógica formal de se fazer ciência que são entraves teóricos para o avanço da produção científica da área que venha a responder concretamente os problemas que a mesma vem impondo historicamente – e as contradições na política nacional de pós-graduação, considerando as determinações do modo de produção capitalista.

### 4.1 ESTADO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

A discussão sobre a natureza do Estado se coloca nessa pesquisa como elemento de fundamental importância, na medida em que objetivamos, dentre outras questões, compreender a realidade das políticas públicas no campo da pós-graduação, que determinam o modo como se efetiva a realidade da produção do conhecimento *stricto sensu* no Brasil, tomando, em especial, o arcabouço teórico que compõe os PNPG, enquanto principais documentos oficiais do governo federal que lançam as coordenadas para o desenvolvimento da pós-graduação desde a década de 1970, quando foi elaborado o primeiro plano.

Portanto, para poder explicar as políticas públicas de pós-graduação no Brasil é necessário, antes de tudo, explicar o papel do Estado em uma sociedade de classes e, a partir dele, as formas que assume a democracia enquanto expressão do poder político, já que o estado democrático de direito aparece como a forma mais acabada de desenvolvimento do estado na atual forma de organização sociometabólica. Para tanto, partimos de uma perspectiva materialista e histórica, a partir das obras dos próprios fundadores do marxismo, Marx e Engels, assim como das contribuições de Lenin; estes discutem os fenômenos do Estado, da luta de classes e da democracia, e dos quais nos apropriaremos de elementos fundamentais para a compreensão do Estado no atual contexto histórico. Esses elementos nos

ajudarão a apreender com radicalidade a política pública de pós-graduação, uma vez que nos permite reconhecer as raízes materiais e históricas que a determinam.

Para explicar a natureza do Estado, partimos, portanto, de pressupostos reais, o que significa partir da prática social histórica dos homens e não daquilo que eles imaginam ser o Estado. Tais pressupostos nos apontam que o estado não existiu sempre e que certamente diferentes modos de organização social existiram antes que ele pudesse se constituir de fato. O Estado surge em um determinado período histórico de desenvolvimento da sociedade em resposta as demandas ou necessidades que a própria dinâmica de organização da sociedade impõe.

Por isso, é essencial a compreensão do Estado em sua atual configuração, bem como dos processos históricos que levaram a constituição do Estado atual, o Estado representativo moderno e democrático de direito, o Estado burguês, para que possamos discutir as possibilidades de transformação deste Estado e de que forma a classe trabalhadora poderá intervir neste processo, visando à instauração de um Estado proletário, propenso ao definhamento e desaparecimento por sua crescente perda de importância na regulação das relações sociais.

O modo de produção capitalista dos dias de hoje se encontra em sua forma mais suprema de desenvolvimento, o imperialismo<sup>17</sup>, que carrega consigo a marca de um acelerado processo de destruição das forças produtivas, com a destruição não apenas da natureza através da exploração de recursos naturais, isto é, da retirada, extração ou obtenção de recursos naturais, geralmente não renováveis, para fins de aproveitamento econômico que causam um enorme desequilíbrio no meio ambiente, mas também a destruição do próprio trabalhador, principal força produtiva que sofre continuamente ataques em seus direitos que foram duramente conquistados ao longo da história da luta entre o capital e o trabalho<sup>18</sup>. Além disso, a classe trabalhadora vem sendo cada vez mais arrastada para uma condição de precarização e

---

<sup>17</sup> Segundo Lenin (2007, p. 104) o imperialismo constitui uma nova fase particular do capitalismo que tem como característica dominante a concentração da produção nos monopólios, ao surgimento de um punhado de bancos onipotentes que realizou a fusão do enorme capital financeiro que concentraram com o capital industrial, criando uma oligarquia financeira. Caracteriza-se também pela mudança da predominância da exportação de mercadorias pela exportação de capitais e pela partilha do mundo iniciada pelas associações internacionais de capitalistas e completada através da partilha territorial entre as nações capitalistas mais avançadas.

<sup>18</sup> Como pudemos observar recentemente no Brasil os ataques aos direitos dos trabalhadores por meio das medidas provisórias 664 e 665 de 2014 que dificultou o acesso dos trabalhadores a benefícios como abono salarial, seguro desemprego, auxílio doença e seguro desemprego.

superexploração do trabalho<sup>19</sup> que o capital monopolista da época imperialista do capitalismo lança mão em busca da manutenção ou recomposição das taxas de lucro e da restauração do poder de classe das elites no poder, como é possível observar frente ao avanço no neoliberalismo em todo o globo terrestre que vem produzindo como resultado o desemprego estrutural, as guerras e as pandemias.

No que diz respeito às relações entre os homens, vemos aprofundar os conflitos bélicos, principalmente os provenientes da ofensiva imperialista norte americana, maior potência econômica mundial, sobre o Oriente Médio; essa ofensiva apoiada pelo grupo dos oito países mais ricos do mundo, o G8, tem por objetivo o domínio dos campos petrolíferos, considerando ser o petróleo a principal fonte de alimento das usinas termoeletricas daquele país, cujas fontes já se encontram em escassez em seus solos, realizando uma verdadeira afronta à soberania dos povos. Além disso, em decorrência do acirramento das lutas de classes na fase imperialista do capitalismo, muitos conflitos têm surgido nos últimos anos na Ásia e na África Subsaariana ao ponto de em 2013 ter registrado 20 conflitos armados, o maior número desde a segunda guerra mundial<sup>20</sup>.

Apesar de tudo isso, em franca contradição, vemos o aparente crescimento surpreendente das forças produtivas, fundamentalmente no campo da eletrônica, o que vem possibilitando constantes mudanças no que diz respeito à forma como produzimos e reproduzimos a vida em todas as esferas. Todavia, tais avanços não são, de modo algum, colocados a serviço do atendimento das necessidades humanas, mas acima de tudo, a serviço do propósito de acumulação de capital, de sua reprodução ampliada.

A aproximação da pós-graduação, enquanto locus privilegiado da produção de conhecimento, com o capital produtivo, expresso nas políticas de pós-graduação e nas políticas de ciência e tecnologia, com foco nos processo de inovação, de produção de novas tecnologias para o processo produtivo, é algo a destacar dentro deste contexto na sociedade brasileira.

Um fato empírico que corrobora para esta afirmativa é o novo marco legal de Ciência e Tecnologia e Inovação no Brasil, recentemente sancionado pela presidente Dilma Rousseff,

---

<sup>19</sup> O projeto de terceirização (PLC 30/2015), que visa regulamentar e expandir a terceirização no país, que até então só era permitido para as atividades meio, para todas as atividades é um exemplo claro desse processo de precarização do trabalho.

<sup>20</sup> Ver matéria *online* da Revista Exame: “2013 é o com mais conflitos armados desde a 2ª guerra”. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/2013-e-o-com-mais-conflitos-armados-desde-a-2a-guerra>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

em janeiro de 2016, que aponta para a aproximação da universidade pública com empresas privadas, visando colocar as universidades e a produção do conhecimento a serviço do capital. Entre outras medidas, o novo marco legal prevê que: os professores das universidades públicas em regime de dedicação exclusiva exerçam atividade de pesquisa também no setor privado, com remuneração; o aumento do número de horas que o professor em dedicação exclusiva pode dedicar a atividades fora da universidade, de 120 horas para 416 horas anuais (8 horas/semana); que universidades e institutos de pesquisa compartilhem o uso de seus laboratórios e equipes com empresas, para fins de pesquisa; que a União financie, faça encomendas diretas e até participe de forma minoritária do capital social de empresas com o objetivo de fomentar inovações e resolver demandas tecnológicas específicas do país; que as empresas envolvidas nesses projetos mantenham a propriedade intelectual sobre os resultados (produtos) das pesquisas.<sup>21</sup>

O Estado, dentro deste contexto, muito longe de se configurar efetivamente como o representante universal dos interesses da população, se apresenta ao contrário como o representante dos interesses de uma classe determinada, a classe que detêm o poder econômico e os meios de produção, a classe burguesa. Todavia, os apologistas do capital se apressam em apresentar por intermédio dos conceitos de cidadania, democracia e liberdade o Estado representativo moderno e democrático de direito como o único possível e de acordo com os predicativos de uma civilização moderna e avançada. Tais argumentos, entretanto, não sobrevivem ao exercício da crítica radical do Estado burguês que desvela por traz da aparente benevolência e do fetiche do estado representativo moderno e democrático de direito, a sua essência.

Essa essência foi apontada por Lênin em sua obra “O Estado e a Revolução” (2007), tomando os escritos dos próprios fundadores do marxismo, quando partiu da compreensão de que o Estado se configura como a expressão máxima do antagonismo inconciliável da luta de classes; como um aparelho que foi sendo construído aos poucos, ao longo da história de desenvolvimento da sociedade humana e que neste processo foi sofrendo influência das correlações de força e pendendo para um determinado lado na disputa, conforme as relações de poder se configuravam. O Estado se configura, portanto, como o órgão de dominação de

---

<sup>21</sup> Herton Escobar “Marco Legal de Ciência e Tecnologia: o que muda na vida dos pesquisadores?”, publicada no site do Jornal Estadão. Disponível em: <<http://ciencia.estadao.com.br/blogs/herton-escobar/marco-legal-de-ciencia-e-tecnologia-o-que-muda-na-vida-dos-pesquisadores/>>. Acesso em: 21 dez. 2014.



uma determinada classe, que não pode conciliar-se com sua antípoda, tal como afirmou Engels (2012, p. 213):

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é “a realidade da ideia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que estes antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela, se distanciando cada vez mais, é o estado.

Para Lenin (2007, p. 27), a ideia fundamental do marxismo no que diz respeito ao papel histórico e à significação do Estado se expressa com toda a clareza no fato de que o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável entre as classes, que o Estado só aparece no lugar em que os antagonismos de classe não podem ser objetivamente conciliados e que, acima de tudo, a própria existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis.

Dessa forma, ao por em destaque e com maior clareza esta característica fundamental da concepção de Estado no marxismo, Lenin, ao mesmo tempo, a contrapõe e faz o combate a ideologia burguesa que na época em que escrevia (1917), e ainda hoje, insistem na afirmação de que o Estado consiste no órgão da conciliação de classes e das reformas positivas, escamoteando aquilo que o Estado efetivamente é: um órgão de dominação de classes, de submissão de uma classe por outra, a criação de uma ordem que legaliza e consolida a submissão de uma classe pela outra e que, em função disso, amortece a colisão das classes, arrancando das classes oprimidas as possibilidades de luta contra os opressores a que almejam derrubar.

Desde que a sociedade passou a se organizar a partir de classes com interesses antagônicos, as relações sociais foram marcadas por desigualdades, conflitos e contradições. Marx e Engels (2008, p.8) já tinham posto isto em evidência ao afirmarem que:

A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, membro da corporação e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação

revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito.

Na sociedade capitalista essas contradições atingiram um novo patamar, pois a acumulação privada de riquezas fez com que somente uma pequena parcela da sociedade, a classe dominante tivesse acesso a essas riquezas, embora as mesmas sejam produzidas socialmente. Para evitar que esses conflitos se transformem em uma guerra civil, surge o Estado e a democracia burguesa. O Estado, assim como em outros modos de produção, constitui-se em um mecanismo de repressão da classe trabalhadora para a manutenção da exploração do trabalho, mas com uma diferença: No Estado capitalista essa repressão é feita através da afirmação da igualdade política e jurídica entre os indivíduos.

Essa é a democracia burguesa que afirma serem todos iguais, que a lei não deve privilegiar nem o trabalhador nem o burguês. Entretanto, afirmar a igualdade política e jurídica para indivíduos que são socialmente divididos em proletários e burgueses só faz reproduzir as desigualdades sociais. Além disso, o Estado burguês somente se fará “democrático”, mesmo na acepção burguesa, se assim for do interesse das classes dominantes. Quando este se mostra como obstáculo para a manutenção da ordem vigente, o Estado assumirá a sua forma mais repressiva. Por isso, para Marx e Engels (2008, p. 28), “O Governo do Estado moderno é apenas um comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia”.

[...] a democracia é uma forma de organização social que, afirmando a igualdade política de todos, reproduz as desigualdades entre a burguesia e os trabalhadores. Por ser, portanto, essencialmente um instrumento de reprodução da ordem capitalista, a democracia é sempre “democracia burguesa”. É uma forma de organização política que garante a liberdade para o capital explorar a força de trabalho, que mantém a apropriação privada da riqueza produzida socialmente. (LESSA e TONET, 2008, p. 89)

A moderna democracia burguesa, não significa mais do que uma forma de governo em que os poderes políticos, econômicos e sociais pertencem exclusivamente a uma classe social determinada, representada por um parlamento cujas ações se voltam para o cerceamento das liberdades e dos direitos individuais e coletivos das classes oprimidas. Por isso, na sociedade capitalista, a democracia e a ditadura são formas regimentais de governo que não se excluem mutuamente, mas que se complementam de forma que a democracia burguesa constitui, ao mesmo tempo, a ditadura da burguesia industrial, financeira e fundiária sobre a classe operária, os trabalhadores assalariados e os camponeses sem terra.

Condenada a uma condição de subdesenvolvimento cultural, a classe trabalhadora sofre assaltos a sua subjetividade e não consegue compreender que na democracia burguesa o sufrágio universal não representa mais do que o direito dos trabalhadores de exercer a escolha dos seus próprios carrascos, isto é, daqueles que representam os interesses do capital. No caso do Brasil, basta verificarmos a representatividade no congresso nacional; nas últimas eleições, em 2014, na qual se formou a congresso mais conservador e reacionário desde o período da ditadura militar, apenas 46 trabalhadores passaram a ocupar suas cadeiras, enquanto o número de empresários ocupando-as é de 190, conforme dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). O resultado se viu logo em seguida: aprovação de pautas extremamente conservadoras, visando atender aos interesses das denominadas bancadas ruralista, fundamentalista e militar, como a redução da menoridade penal, o projeto de lei da terceirização, o estatuto da família, a PEC 215 sobre a demarcação das terras indígenas, entre outras.

O parlamento não serve para nada no tocante aos interesses e às demandas da classe operária, sendo apenas um instrumento de mentiras, fofocas, fraude política, violência, desvio do erário, lócus onde homens e mulheres exercitam o efêmero poder a eles cedido por quem não conhece muito bem os meandros da politicalha. O parlamento é o lócus onde tudo o que é votado atende aos clamores dos ricos e atenta contra as reclamações dos trabalhadores. (CARVALHO, 2011, p. 50)

Portanto, a discussão sobre a democracia não pode estar separada da questão sobre a organização econômica da sociedade e do projeto histórico, visto que as atuais formas regimentais de governo se situam no interior de um determinado contexto de relações sociais de produção da vida, a saber, das relações sociais de produção capitalista, que, fundamentalmente, reforçam a reprodução das desigualdades sociais.

Isto não significa que a classe trabalhadora deve abandonar a luta em defesa da democracia, mas tão somente que sua defesa por si só não é suficiente, sendo necessário qualificá-la e questioná-la permanentemente e, acima de tudo, não desvinculá-la do conteúdo de classe, ou seja, a luta pelo estado democrático de direito deve se constituir como uma reivindicação transitória (TROTSKI, 2008, p. 97) “cujo sentido é se dirigir, cada vez mais aberta e resolutamente, contra as próprias bases do regime burguês”. É preciso questionar a quem servem muitas manifestações da defesa de uma sociedade mais democrática, mas que não saem do plano da indignação e da mera defesa de uma democracia formal e não chegam à

raiz do problema. Esse deve ser o horizonte da busca por possibilidades superadoras da política nacional de pós-graduação.

Na fase imperialista de desenvolvimento do capitalismo, com o agravamento das lutas de classe, cresce o poder coercitivo do estado, no qual observamos a predisposição total no processo de assegurar, mediante uma série de medidas, os interesses do capital financeiro, ao mesmo tempo em que se esforça para difundir nas massas sua ideologia, cujas ideias defendem que o estado atual, representativamente democrático e do sufrágio universal, é o máximo de desenvolvimento que a sociedade humana pode atingir.

É certo que na sociedade capitalista a democracia se caracteriza como a melhor forma de estruturação do poder político, inclusive para os trabalhadores travarem suas lutas contra o capital, tendo em vista que é a condição objetiva que permite maiores possibilidades para sua organização. Mas de forma alguma o estado representativamente democrático e do sufrágio universal constitui a forma última e mais acabada da organização social humana; talvez seja a forma mais desenvolvida do Estado no horizonte do próprio capitalismo, modo de produção que de necessidade para o desenvolvimento da humanidade tornou-se seu entrave por conta do alto grau de miserabilidade, sofrimento e desigualdade que tem produzido.

Diante destas condições de pauperização da classe trabalhadora decorrente de um modo de produção em decadência, em cujo interior as forças produtivas pararam de crescer, de modo que as novas invenções e os novos progressos técnicos não conduzem mais ao crescimento da riqueza material (TROTSKY, 2008, p. 91), o estado burguês lança mão de diferentes estratégias de escamoteamento de suas limitações como as reformas sociais, as políticas compensatórias de alívio à pobreza e as políticas focais, imbuídos da promessa de construção de um capitalismo humanizado. Lança mão também das teses liberais que visam o “aperfeiçoamento” do capitalismo com base em seus conceitos aparentemente superadores, tais como austeridade estatal e estratégias de humanização do capital, mas que como a prática social demonstra, não significa mais do que retóricas conservadoras e reacionárias adotadas por uma classe dominante que por motivos de autopreservação não tolera mudanças na estrutura do estado.

Como o chamado neoliberalismo<sup>22</sup>, por exemplo, que desde os anos de 1940 se apresentava como potencial antídoto como solução para as mazelas do capitalismo, mas que

---

<sup>22</sup> Utilizamos aqui o termo neoliberalismo por se tratar da forma como muitos estudiosos se reportam as transformações ocorridas no Estado desde a década de 1970, embora reconheçamos que a situação mundial de

somente a partir do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 passou a ser implementado com mais vigor em diversos países do globo terrestre. Todavia, como aponta Harvey (2013, p. 27), a neoliberalização se constituiu, e vem se constituindo, em um projeto político que teve como objetivo central o restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites; o autor afirma que, a partir dos anos de 1980, grande parte dos países que passaram pelo processo de neoliberalização registraram grandes aumentos da desigualdade, onde os ricos praticamente dobraram a sua riqueza. Hoje, segundo dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento econômico (OCDE), apenas ínfimos 1% de toda a população mundial concentra metade de toda a riqueza do planeta.

Indicadores da realidade concreta nos demonstram a impossibilidade das teses liberais de um capitalismo mais humanizado e sem crises defendidas pelos apologistas do capital. Na contramão dessas teses, dados retirados dos relatórios das próprias agências ligadas ao capital como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), apontam para a intensificação da miséria em escala Global.

Obviamente as teses do liberalismo e do neoliberalismo econômico, não levam em consideração esses dados da realidade concreta que demonstram seus resultados catastróficos para a maior parcela da humanidade e escamoteiam as reais intenções de seu projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites. Na esteira desse movimento operam um deslocamento para o plano das ideais e restringem ao âmbito da subjetividade limites que são próprios das contradições do modo de produção capitalista. Para eles se a pobreza e a desigualdade social são fatos que eles mesmos não podem negar, todavia decorrem de formas de comportamento e de atitudes dos sujeitos que requer alterações. Desse modo, se esvazia a discussão das contradições do capitalismo que apontam para sua franca degeneração e esgotamento de sua capacidade civilizatória e se coloca no trabalhador a culpa pela condição de vida miserável a que é sujeitado, em cujo modo de organização social é essencialmente desigual e excludente.

É neste contexto que se desenvolve o fenômeno do embate de ideias, no qual a classe burguesa, tendo a hegemonia no poder econômico e político, também exerce hegemonia no plano das ideias, reproduzindo os seus valores e as suas ideias como universais, penetrando em muitas camadas da classe trabalhadora. Ideias estas, necessárias ao processo de

---

crise do modo de produção capitalista é mais precisamente caracterizada sob a expressão de ajuste permanente fundomonetário, tal como explicamos no subcapítulo seguinte.

valorização do capital e mais especificamente, nos últimos anos, necessário ao processo de restauração do poder de classe das elites. Até porque:

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção *material* dispõe também dos meios da produção espiritual [...] na medida que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de idéias, que regulam a produção e a distribuição das idéias de seu tempo; e por conseguinte, que suas idéias são as idéias dominantes da época. (MARX, 2007, p.47). (Grifos do original)

Para romper com essas ideias dominantes, portanto, cabe romper com a própria condição material de existência que faz delas uma necessidade, ou seja, romper com um modo de produção, cujas relações são baseadas na propriedade privada dos meios de produção que engendra uma realidade de sofrimento e miséria para a classe trabalhadora, que absorvendo as ideias das classes dominantes se conforma a ela; por isso, é um engodo querer tornar-se a força espiritual na sociedade sem deter também a força material. A luta das ideias não pode estar separada da luta pelo poder material, sob pena das ideias e ações ditas em prol da construção de uma sociedade mais justa não incorrerem em um ativismo desvairado ou no horizonte utópico dos discursos sobre conscientização ou inclusão social.

Essa realidade nos faz reconhecer a necessidade da tomada do poder político pela classe trabalhadora que, embora não consista em uma tarefa simples a ser realizada, a nosso ver, se configura como uma tarefa concretamente possível, tendo em vista o que a própria história de desenvolvimento da sociedade vem demonstrando. Afinal, como já salientamos, o Estado é fruto da ação dos homens e sendo produzido por eles mesmos, por eles também pode ser destruído. Mas essa tarefa exige a compreensão de como o Estado se apresenta hoje para poder extrair proposições práticas para a intervenção na realidade.

As reflexões até aqui nos permitem reconhecer que o Estado sob o domínio da classe dominante assume uma dupla função interdependente que é a de por um lado agir no sentido de buscar preservar sua própria existência, mediante estratégias bem delimitadas pela burguesia e por outro atuar no sentido de criar as condições para manter e intensificar, principalmente nos momentos de crise econômica, os processos de valorização do capital. Tais estratégias incluem muitas vezes o uso da força, do monopólio da violência pelo Estado. Todavia, o próprio capital tem consciência de que não é produtivo para suas intenções,

valorizar apenas uso da força. Disso decorre as chamadas reformas sociais, como as implementadas na universidade, que se configuram como uma importante estratégia do capital nas disputas das correlações de força e na luta de classes enquanto possibilidade de amortecimento dos conflitos e de construção de uma política de conciliações para a manutenção do Estado burguês.

O Estado, hoje, está inserido dentro de um contexto de crise estrutural do capital e de reestruturação do seu padrão de acumulação; por isso é importante para compreendermos como se apresenta o Estado no momento atual, apontar as principais determinações que caracterizam o neoliberalismo e a reestruturação produtiva, enquanto formas que o capital vem lançando mão para poder postergar sua derrocada, isto é, para gerir a sua crise estrutural que vem minando suas possibilidades enquanto um sistema sociometabólico viável para a humanidade. Seguimos este caminho por considerarmos que a universidade não está imune a estas determinações, mas pelo contrário, está em íntima conexão com esta realidade. Essas considerações se fazem necessárias, portanto, para que possamos compreender as contradições que permeiam a lógica da política nacional para a pós-graduação brasileira expressa nos PNPG e que engendram suas determinações na produção do conhecimento.

Para a realização desta tarefa tomamos principalmente os estudos de Anderson (1995) e Coimbra (2009), posto que os autores realizaram uma síntese bastante condensada, que vai de encontro com aquilo que pretendemos apresentar neste momento.

Segundo Anderson (1995, p. 9) o neoliberalismo surgiu logo após a segunda guerra mundial na América do Norte e na Europa como reação teórica e política contra o estado intervencionista e de bem-estar, cuja produção de origem que contém a ideias que formam o seu arcabouço teórico é a obra “O caminho da Servidão” de Friedrich Hayek, escrito em 1944. Trata-se de uma doutrina ideológica pautada na crítica ferrenha as limitações dos mecanismos de controle do mercado por parte do estado, considerada como uma grande ameaça à liberdade política e econômica.

Apesar de anos mais adiante a doutrina do neoliberalismo reunir mais seguidores, esta não obteve maior ressonância na economia política mundial, posto que as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por um grande crescimento econômico, a que Hobsbawm (1995, p. 221) se referiu como a era do ouro do capitalismo, impulsionada pelo padrão de acumulação taylorista/fordista.

Mas a partir da década de 1970, com o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista e a falência do estado de bem-estar social, advinda de mais uma crise cíclica estrutural do capital, cuja especificidade foi a crise do petróleo, as ideias da doutrina neoliberal começam a ganhar espaço e penetram profundamente não só na reorganização do mundo do trabalho e no modelo de organização política do Estado, mas também na cultura como um todo.

Segundo Coimbra (2009, p. 77) na década de 1930, após a crise capitalista marcada pela quebra da bolsa de valores de Nova York, os países de capitalismo avançado começaram a adotar no plano político-econômico o Estado de Bem-Estar social, tendo como objetivo acabar com o desemprego em massa e garantir seguridade social aos trabalhadores que assolaram os mesmos nos anos anteriores de crise econômica.

Após a segunda guerra mundial, o mundo capitalista experimentou um ciclo surpreendente de crescimento econômico, que foi garantido pelo advento de uma reestruturação político-econômica suscitada pelo novo padrão de acumulação do capital, o modelo taylorista/fordista com as mediações necessárias do Estado de Bem-estar social. (COIMBRA, 2009 p. 77)

O padrão de acumulação capitalista baseado no binômio taylorismo/fordismo se caracterizava pela produção em massa de mercadorias através de uma estrutura homogeneizada e verticalizada, onde quase a totalidade da produção se dava dentro das fábricas, além de ser altamente controlado por um processo de racionalização do trabalho. Mas para que este modelo de acumulação pudesse atingir o seu mais alto grau de desenvolvimento, proporcionando a era do ouro do capitalismo, era necessário também um novo modelo de organização do Estado baseado no intervencionismo.

O que caracterizava a natureza do Estado de bem estar social, o chamado *Welfare State*, era sua posição enquanto um mediador entre a burguesia e o proletariado a partir de medidas tais como a garantia de seguridade social saúde, educação e habitação à classe trabalhadora, além de intervir nos acordos salariais e nos direitos trabalhistas. Foi construído um verdadeiro pacto social dos governos com o pleno emprego que possibilitou o consumo em massa de mercadorias, que antes eram considerados de luxo, inacessíveis a classe trabalhadora. Era justamente nisto que residia à importância fundamental do Estado de bem-estar social para o padrão de acumulação taylorista/fordista. (COIMBRA, 2009, p. 78)



O Brasil não chegou a vivenciar o Estado de bem-estar social, tão pouco a era do ouro do capitalismo, assim como todos os países do terceiro mundo, pois as nações da periferia do capitalismo se desenvolveram na dependência do capital estrangeiro. Entretanto, é possível observar algumas mudanças realizadas no que diz respeito à relação capital-trabalho na esteira das mesmas ideais que conformaram o Estado de bem estar social, como, por exemplo, a consolidação do código de leis trabalhistas instituído pelo presidente Getúlio Vargas em 1943, que regulamentou a jornada de trabalho de oito horas diárias, instituiu o direito às férias e o décimo terceiro salário, assim como a licença-saúde e a licença-maternidade. (COIMBRA, 2009, p. 79)

A era do ouro do capitalismo fez emergir falsas concepções a respeito da própria dinâmica do capitalismo, baseadas em ideias sobre o fim das suas contradições internas, já que os países de capitalismo avançado experimentavam índices de crescimento econômico jamais visto, com a burguesia batendo recordes de lucros e com a classe trabalhadora desfrutando de direitos e de poder de compra de artigos antes restritos apenas a classe burguesa. (COIMBRA, 2009, p. 80)

Já na década de 1960 começam a aparecer os limites do padrão de acumulação baseado no binômio taylorismo/fordismo. Dá-se o início de uma crise do fordismo motivados por dois principais elementos: o esgotamento de bem-estar social e a insatisfação dos trabalhadores com o controle do processo de trabalho, por parte do capital, culminando em uma série de revoltas operárias. Mas estas condições de produção da vida se mantiveram, ainda, até o ano de 1973, quando emergiu uma nova crise do capitalismo. (ANTUNES apud COIMBRA, 2009, p. 81)

O modelo de regulação do capital baseado no padrão de acumulação taylorista/fordista e no estado de bem-estar social não mais atendia a reprodução ampliada do capital, suas taxas de lucro começaram a cair, pondo-se na ordem do dia para a burguesia a redefinição do papel do Estado e a reordenação do mundo do trabalho. O neoliberalismo foi o caminho que a burguesia encontrou para tentar gerir a crise do capital. Sua doutrina, como já afirmamos, existia desde a década de 1940, mas só a partir da década de 60, diante da crise estrutural do capital encontrou terreno fértil para sua realização.

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus

companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (ANDERSON, 1995, p. 10)

Ao invés de atacar as raízes da crise estrutural do capital, situadas nas contradições da própria lógica de autovalorização do capital, que engendra a tendência a queda nas suas taxas de lucro, as ideias neoliberais viam no “excessivo” controle do mercado por parte do Estado e no poder demasiado dos sindicatos os problemas da crise econômica.

[...] só havia um modo de conter a crise: acabar com o poder dos sindicatos e diminuir os gastos sociais do Estado. Nessa perspectiva, o Estado, comumente, é compreendido como mínimo, pois transfere para a iniciativa privada a prestação de serviços de saúde, educação e previdência social. Além disso, prevê a privatização de empresas estatais e o enxugamento do quadro administrativo. Entretanto, o Estado, mostra-se máximo quando o importante é garantir os interesses do capital. Sendo assim, financia com dinheiro público empresas privadas, interfere na legislação trabalhista permitindo maior precarização das relações de trabalho e aprova reformas pontuais do interesse do capital. (COIMBRA, 2009, p. 82)

No Brasil o neoliberalismo teve início com o governo Collor, visto que o mesmo iniciou o processo de privatização e promoveu a reforma interministerial. Mas a reforma do Estado sob os auspícios da ideologia neoliberal no Brasil só se consolidou durante os oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, onde se deu uma grande onda de privatizações, transferências de verbas da iniciativa pública para a privada, desregulamentações, ataque aos salários e aos sindicatos e maior abertura econômica ao mercado mundial. Tudo isso alterou de forma significativa a correlação de forças entre capital e trabalho. Os doze anos subsequentes de governo do partido dos trabalhadores, com Luis Inácio Lula da Silva e depois Dilma Rousseff, não romperam com a agenda neoliberal e deram continuidade na política de transferência de verbas da iniciativa pública para a privada, ampliou-se a política de privatizações e as reformas trabalhista, sindical e universitária.

Segundo Anderson (1995, p. 11) o que caracterizou a agenda neoliberal nos países de capitalismo avançado, sobretudo no Inglaterra com Margareth Thatcher e nos Estados Unidos com Ronald Reagan, foram medidas como a elevação das taxas de juros, a diminuição drástica dos impostos sobre os rendimentos altos, o fim do controle sobre os fluxos

financeiros, a criação de desemprego maciço, o combate às greves, a imposição de uma nova legislação antissindical, os cortes de gastos sociais e as privatizações.

É possível observar no Brasil, segundo Coimbra (2009, p. 84) elementos da cartilha neoliberal sendo postas em prática desde os anos de 1990, por conta de medidas tais como privatização de empresas estatais<sup>23</sup>, inclusive a abertura, a partir de 1995, para capitais estrangeiros, a alta nas taxas de juros, abertura comercial e financeira, hegemonia do capital financeiro, sucateamento dos serviços estatais, transferência de dinheiro público para a iniciativa privada, desregulamentações do mercado de trabalho, reformas: educacionais, trabalhista, sindical e previdenciária e supressão de direitos.

O balanço provisório que pode ser feito a respeito do neoliberalismo, segundo Anderson (1995, p. 23) e o de que:

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes.

Portanto, os princípios da política neoliberal reforçam e mantêm a hegemonia da classe burguesa. Mas para isso é necessário que a classe trabalhadora dê legitimidade aos governos neoliberais, o que vem acontecendo no Brasil. Isto se dá pelo cooptação da classe trabalhadora aos ideais neoliberais através de medidas como o aumento do seu poder de

---

<sup>23</sup> Com base em informações fornecidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), as principais etapas das privatizações ocorridas no Brasil foram: década de 1980: privatização de quase 40 empresas, todas de pequeno porte; 1990: Criação do Plano Nacional de Desestatização (PND); 1990-1992: venda de 18 empresas atuantes no setor primário da economia, com ênfase no setor siderúrgico. Foi gerada uma receita de 4 bilhões de dólares; 1993: Privatização da CSN, Companhia Nacional de Siderurgia; 1995: Criação do Conselho Nacional de Desestatização (CND); 1996: Arremate de mais 19 empresas, com uma arrecadação de 5,1 bilhões de dólares. Privatização da Light, empresa do setor de eletricidade; 1997: Venda da Vale do Rio Doce, privatização de vários bancos estaduais (alguns federalizados antes da venda) e início do processo de privatização do setor de telefonia; 1998: Privatização de empresas de energia na região Sul, além de ferrovias e rodovias na região Sudeste; 1999: Venda da Damatec (empresa no setor de informática) e do Porto de Salvador, além da CESP (Companhia Elétrica do Estado de São Paulo); 2000: Redução nas ações estatais de participação na Petrobras e venda do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), além de inúmeros outros bancos estaduais; 2002-2008: Continuação da privatização de bancos e empresas elétricas estaduais. Vendas e concessões para o uso de rodovias.

compra com a política de financiamento em longo prazo e por meio de políticas focais e compensatórias (Bolsa-família, Bolsa-escola, Projovem, Proeja, Prouni, dentre outros).

Segundo Coimbra (2009, p. 88-89):

[...] as medidas neoliberais são necessárias às novas condições de reprodução do capital em nível mundial. A partir da década de 1980 os representantes do capital mundial identificaram um novo tipo de internacionalização do capital, no qual a principal característica é a rede produtiva mundial o que acarreta o crescimento do comércio interindustrial.

Essas novas condições de reprodução do capital em nível mundial são ditadas pela reestruturação produtiva em resposta a crise do padrão de acumulação baseado no binômio taylorismo/fordismo, que suscitou o advento do modelo de produção toyotista, baseada na acumulação flexível.

O modelo de produção toyotista se originou no Japão por volta dos anos de 1950, logo após o término da segunda guerra mundial em que o país saiu derrotado. Em vista da necessidade de se recuperar economicamente, nasceu no Japão o modelo de produção toyotista baseado em dois pilares fundamentais: a produção *just in time* e a autoativação da produção. Diferentemente do modelo fordista, o toyotismo tem como premissa a fabricação em massa de um único produto, cujo método consiste em fabricar pequenas quantidades de numerosos modelos distintos. (CORIAT apud COIMBRA, 2009, p. 90)

Uma das características fundamentais do modelo toyotista é a redução de custos. Trata-se de um modelo que buscava aumentar a produtividade por conta da concorrência intercapitalista, no qual se colocava como requisito um número limitado de trabalhadores. Foi a partir desta determinação que a fábrica Toyota tomou uma série de medidas, cuja principal foi o método *Kan-Ban*, extraído dos supermercados estadunidenses que consiste no trabalhador buscar as peças necessárias à produção em uma seção anterior ao seu setor de trabalho. Essas peças possuem etiquetas afixadas, que são deixadas no seu local de origem, quando as peças são retiradas, permitindo, dessa forma que as mesmas sejam repostas na medida em que são utilizadas. (CORIAT apud COIMBRA, 2009, p. 91)

Outra característica que incide sobre a redução de custos no modelo toyotista é a linearização das fábricas que consiste em formas de organização das máquinas e de posicionamento dos trabalhadores em relação às últimas que permitem a adaptação as mudanças quantitativas e qualitativas das demandas da produção. Incide desta forma sobre uma maior exploração do trabalhador que passa a operar uma série de máquinas ao mesmo

tempo. Assim o trabalhador especializado do modelo de produção taylorista/fordista se confronta com o trabalhador flexível ou polivalente do modelo toytista. (CORIAT apud COIMBRA, 2009, p. 92)

Ainda, segundo Coimbra (2009, p. 82):

Além de interferir na organização do trabalho esse padrão de acumulação intensifica a exploração da força de trabalho, o desemprego estrutural, as terceirizações, subcontratações e o crescimento de uma desproletarização, (que é a passagem do setor secundário ao terciário da economia). Ainda eleva a precarização do trabalho, bem como, aumenta o trabalho feminino e infantil.

No Brasil a reestruturação produtiva surge com mais veemência a partir de 1981, com a crise da dívida externa em uma conjuntura de crise do capitalismo industrial que fez com que o país, pressionado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) adotasse uma política recessiva, objetivando fazer caixa para o superávit primário, visando garantir o pagamento da dívida externa. Assim, a política de recessão provocou uma queda no mercado interno, impelindo as indústrias a se voltarem para o mercado externo, o que obrigou as mesmas as novas formas de organização de produção para não sucumbir à competitividade externa e interna. Além disso, a reestruturação produtiva no Brasil também foi impulsionada pelas imposições das empresas transnacionais para que suas subsidiárias adotassem novas formas de organização do trabalho, assim como pela necessidade de conter as revoltas operárias. (COIMBRA, 2009, p. 93)

Essa fase de desenvolvimento histórico do capitalismo, sobretudo a que teve início partir da década de 1970, em que a doutrina neoliberal se difunde por todo o globo terrestre e em que se processa mais uma reestruturação produtiva com base no novo padrão de acumulação do toyotismo, a configuração do capitalismo continua a ter no centro da sua dinâmica e estrutura o protagonismo dos monopólios e atinge a terceira fase do estágio imperialista. O que caracteriza este período no mundo todo é o fim de uma longa onda expansiva do capital e o início de uma longa onda recessiva, conformando aquilo que Mézáros (2011) denominou de crise estrutural do capital, que se configura no aprofundamento da contradição entre as relações de produção capitalistas e as forças produtivas, que se transformam cada vez mais em forças destrutivas, do modo de produção capitalista e, conseqüentemente a possibilidade de destruição da própria humanidade.

A realidade histórica das crises do capitalismo, acima apontada, gera consequências para o campo da pós-graduação e conseqüentemente para a produção do conhecimento, objetivando adequá-las as demandas requeridas pelo capital na sua atual fase de crise estrutural. Em meio a essa conjuntura, a produção do conhecimento dos programas de pós-graduação no Brasil se desenvolve no limite das atuais contradições do capitalismo, atribuindo-lhe um duplo caráter, o de se constituir como força produtiva capaz de realizar a mediação ontológica no processo de humanização do homem, mas ao mesmo tempo o de se constituir como força estranha, hostil, em suma, alienada, com vistas a atender as demandas requeridas pelo capital na sua atual fase de acumulação flexível. As políticas de pós-graduação são mediadores neste processo, uma vez que traçam as coordenadas materiais para a produção do conhecimento científico que se dá nas universidades, sendo os PNPG os principais instrumentos que regulamentam este setor do Estado.

#### 4.2 ECONOMIA POLÍTICA NO MARCO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: O AJUSTE PERMANENTE FUNDOMONETARISTA

A caracterização do grau de desenvolvimento das contradições da atual forma de organização sócio-metabólica do capital nos remete a refletir sobre uma questão crucial para poder entender toda a complexidade de um momento histórico da humanidade que pode ser caracterizado como socialmente instável e explosivo. Essa questão diz respeito à profunda crise do sistema econômico baseado na propriedade privada dos grandes meios de produção, que afeta irremediavelmente o poder de dominação do setor financeiro do principal imperialismo no mundo, o imperialismo estadunidense, que provoca reações deste último no sentido de impor, mediante seus instrumentos de dominação, – os organismos multilaterais – a todos os países uma política econômica direcionada para assegurar a rentabilidade do capital em um cenário de crescente desvalorização.

Essas crises econômicas que são inerentes à lógica interna de desenvolvimento da sociedade capitalista, como Marx já anotara no século XIX, derivam de uma contradição fundamental que consiste no fato de que os capitalistas individuais são impelidos a aumentar a proporção de capital constante, movidos pela necessidade de vencer a luta competitiva com outros capitalistas na busca da rentabilidade, mas que contraditoriamente empurra a taxa de

lucro para baixo, visto que tal movimento leva ao aumento da composição orgânica do capital<sup>24</sup>.

Este fato configura uma lei anotada por Marx denominada de tendência a queda da taxa de lucro. Trate-se de uma lei interna a lógica do capitalismo e não fruto de uma determinada política que poderia ser contraposta a uma outra, pois os fenômenos econômicos não são casuais, senão que obedecem a lógica de acumulação capitalista que é regida pela busca da rentabilidade expressa na taxa de lucro. (ARRIZABALO MONTORO, 2014, p. 139, tradução nossa)

Na fase suprema de desenvolvimento da sociedade capitalista, o imperialismo, assim como a lei do valor, a lei da queda tendencial da taxa de lucro adquire dimensão muito mais abrangente, tendo em vista o processo de internacionalização do capital. Isto porque no imperialismo o capital atinge níveis elevadíssimos de centralização e concentração, torna-se capital monopolista e se expande com força por todo o globo terrestre, chegando as nações menos desenvolvidas as quais guardam uma relação de dependência com as nações mais desenvolvidas. E não se trata de casualidades, são leis que ficam raízes na lógica de reprodução ampliada do capital.

Isto significa que a partir do período histórico marcado pelo imperialismo, com as dificuldades crescentes de valorização, as crises do capital são muito mais profundas e produtoras de resultados catastróficos para a humanidade. Não a toa, este período tem se caracterizado como um processo de volta a barbárie da humanidade, no qual as duas guerras mundiais na primeira metade do século XX, os diversos conflitos bélicos pelo mundo do momento histórico atual e o rompimento das bolhas criadas no sistema financeiro são expressões concretas disso.

O advento da fase imperialista da sociedade capitalista marcou o fim da capacidade civilizatória do capital. Antes desta fase o capital sempre procurou superar suas crises cíclicas através da expansão dos mercados. Mas o início do imperialismo marcou o fim da partilha territorial do mundo entre as maiores potências econômicas. Ou seja, a expansão dos mercados se viu esgotada de forma que a conquista de novos territórios para serem exploradas

---

<sup>24</sup> “[...] na medida em que cada capitalista procura maximiar seus lucros, a taxa de lucro tende a cair. A concorrência obriga cada capitalista a tomar uma decisão (a de incorporar inovações que reduzem o tempo de trabalho necessário à produção de mercadorias) que lhe é *individualmente* vantajosa, mas que ao cabo de algum tempo imitada pelos outros, tem como resultado uma queda da taxa de lucro para *todos os capitalistas*.” (PAULO NETTO e BRAZ, 2012, p. 166)

pelos capitais monopolistas só podia se dar mediante uma nova partilha, que obviamente não poderia se constituir como um processo pacífico, mas através de guerras<sup>25</sup>.

Guerras, alias, que são muito bem vindas aos interesses do capital monopolista, visto que se configuram como um meio de destruição massiva de forças produtivas, cuja necessidade de reconstrução permite a volta ao crescimento das taxas de lucro, todavia, temporariamente. Foi o caso, por exemplo, da situação econômica pós-segunda guerra mundial que se caracterizou pelo aumento gigantesco das taxas de lucro, de forma que ficou conhecido por diversos historiadores como a era do ouro do capital. Mas este período foi bastante breve, durou até meados da década de 1970, quando se estabeleceu a volta a normalidade do capital em sua fase descendente.

Portanto, do ponto de vista econômico, desde início do século XX, podemos caracterizar o capitalismo como uma sociedade em crise persistente, na qual o crescimento das taxas de lucro do período pós-guerra até meados da década de 1970 representou apenas um ponto fora da curva, dadas as condições excepcionais daquele momento. Do ponto de vista político, para enfrentar o processo declinante das taxas de lucro, uma formula começa a se estabelecer, sobretudo a partir da década de 1970, quando o capitalismo volta a sua normalidade, que se baseia no ajuste estrutural.

Alguns estudiosos deste período o caracterizaram como um novo tipo de liberalismo que se sustentava fundamentalmente nas referências de Friedrich Von Hayek e seus seguidores, denominado “neoliberalismo”, que já o haviam formulado desde a década de 1940 em contraposição as políticas keynesianas que constituíram a base para o modelo de Estado conhecido como *Welfare State* (Estado de bem estar social), que diversos Estados nacionais assumiram após a segunda guerra mundial.

Tratava-se de uma doutrina que defendia o enxugamento do Estado com a privatização de setores estratégicos da economia e a desregulamentação do mercado, sobretudo do mercado de trabalho e financeiro; medidas estas que tinham como objetivo a constituição do Estado mínimo na contraposição ao Estado de bem estar social. Indubitavelmente, essas medidas foram implementadas, e continuam atuantes nos dias de hoje, todavia as práticas

---

<sup>25</sup> “A época do capitalismo contemporâneo mostra-nos que estão se estabelecendo determinadas relações entre os grupos capitalistas, com base na partilha econômica do mundo, e que, ao mesmo tempo, estão se estabelecendo entre os grupos políticos, entre os estados, determinadas relações, com base na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na luta pelo território econômico” (LENIN, 2007, p. 88)



políticas adotadas não refletem com exatidão a doutrina neoliberal<sup>26</sup>, principalmente no que diz respeito às ideias da não intervenção do estado no mercado.

Os estados nacionais continuaram intervindo ostensivamente, mas, desta vez, para construir as melhores condições possíveis para que o capital retome suas taxas de lucro, mediante as contrarreformas. Essas contrarreformas deram base para a construção de um estado mínimo, mas no que se refere ao atendimento dos interesses da classe trabalhadora, pois, mais do que nunca, os estados se constituíram em máximos para ao capital. O caso dos próprios Estados Unidos, quando da crise econômica de 2007-2008, cuja saída foi o de estatizar a bancarrota capitalista, ainda que temporariamente, é exemplo deste fato; algo que foi bastante aclamado pelos apologistas do ideário do ajuste estrutural.

E todo esse processo se deu sob o comando do capital monopolista financeiro estadunidense que com o apoio de organismos multilaterais e supranacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial (BC) – que não são mais do que instrumentos de sua dominação – disseminaram pelo mundo toda a lógica do ajuste estrutural como uma possível saída a crise econômica. Sob as fetichizantes formulações pseudoteóricas da globalização, governança, sustentabilidade e ecologismo, e em nome da frágil democracia burguesa, o ajuste estrutural foi insuflado pelos supracitados organismos supranacionais e seus representantes – intelectuais orgânicos do capital – como algo inevitável e única forma de enfrentar a crise que vem atingindo todo o sistema sociometabólico do capital. É por isso que Arrizabalo Montoro (2014, p. 374) afirma que a característica principal dos tempos atuais da economia política mundial – isto é, de meados da década de 1970 até os dias de hoje – não é tanto a aplicação da doutrina ideológica neoliberal – ainda que possamos identificar muito da sua influência –, mas, mais precisamente, a determinação do ajuste permanente fundomonetarista.

Portanto, não se trata de que são aplicadas as “políticas neoliberais”: são aplicadas as políticas que favorecem os interesses do capital financeiro dominante, que é o estadunidense e, de fato, cada vez mais questionando os procedimentos pelo menos formalmente democráticos. Estas políticas são impostas através da principal alavanca institucional que está sob controle deste capital, o FMI, cujo projeto institucional o coloca precisamente como um instrumento coercitivo a seu serviço. Por isso, em rigor, estas políticas não devem ser caracterizadas como neoliberais, senão como fundomonetaristas, denominação que permite dar conta do fato central de quem está verdadeiramente por trás delas. De fato, nem se quer há uma identificação geográfica e temporal entre as políticas efetivamente impostas

---

<sup>26</sup> “Apesar de todos os protestos em contrário, combinados com fantasias neoliberais relativas ao recuo das ‘fronteiras do estado’, o sistema do capital não sobreviveria uma única semana sem o forte apoio que recebe do estado”. (MÉSZÁROS, 2012, p. 29)

e as formulações neoliberais. (ARRIZABALO MONTORO, 2014, p. 374, tradução nossa)

Passados mais de trinta anos de adoção do ajuste fundomonetarista seus resultados não produziram efeitos positivos duradouros em termos de crescimento econômico para os países que o adotaram; os períodos de crescimento foram muito curtos e pouco significativos e não romperam com a tendência a uma longa onda recessiva, de forma que todo esse período, que vem desde a década de 1970 até os dias atuais, se conformou em uma lógica que podemos representar pela fórmula ajuste-crise-ajuste.

[...] estas políticas que são aplicadas como resposta a crise acabam contribuindo para que se desenvolva uma crise ainda maior, a crise atual. Esta sequência é verdadeiramente eloquente: crise-ajuste-crise. Por trás dela subjaz a dificuldade crescente de valorização do capital. Por conseguinte, esta sequência crise-ajuste-crise mostra o caráter do estágio imperialista enquanto as tensões que impõem as forças produtivas, não só limitando seu desenvolvimento, senão provocando sua destruição a uma escala cada vez maior, como hoje se expressa já de forma muito aberta, inclusive nas economias mais avançadas do mundo. (ARRIZABALO MONTORO, 2014, p. 370, tradução nossa)

Os ajustes estruturais não só não mudaram a situação de decrescimento econômico, como prepararam o terreno para crises ainda mais fortes. É esse o significado da crise financeira de 2007-2008 – crise das hipotecas *subprime* – que se abateu sobre os EUA e que rapidamente se espalhou pelo mundo. Ela é apenas a ponta do *iceberg*, isto é, a manifestação fenomênica das contradições do sistema capitalista no marco histórico de sua crise estrutural.

Entretanto, a política hegemônica do ajuste permanente fundomonetarista persiste como a receita para o enfrentamento da crise atual do sistema capitalista, pois se o mesmo não logrou êxito na retomada do crescimento econômico, ao contrário, permitiu ao capital retomar suas taxas de lucro, mediante principalmente o seu deslocamento para o mercado financeiro, acompanhado de sua desregulamentação, que permitiu uma concentração do capital em proporções gigantescas. Operou-se aquilo que Harvey<sup>27</sup> denomina de reconstituição do poder das elites econômicas. É isso que explica a recomposição das taxas de lucro, sem crescimento econômico significativo.

O capital parece vitorioso: em todas as partes, a competitividade e o mercado se impõem e, ao cabo de cerca de vinte de cinco anos da sua ofensiva, as taxas de lucro voltaram a crescer ao patamar dos “anos dourados”, porém, não só as taxas de crescimento permanecem medíocres, mas as crises se

---

<sup>27</sup> “A neoliberalização não foi muito eficaz na revitalização da acumulação do capital global, mas teve notável sucesso na restauração ou, em alguns casos (a Rússia e a China, por exemplo), na criação do poder de uma elite econômica. O utopismo teórico de argumento neoliberal, em conclusão, funcionou primordialmente como um sistema de justificação e de legitimação do que quer que tenha sido necessário fazer para alcançar este fim.” (HARVEY, 2013, p. 29)

multiplicam, pulverizadas e frequentemente sob a forma de crises localizadas: são as crises típicas da financeirização. (PAULO NETTO e BRAZ, 2012, p. 250)

Mas, há também, outro aspecto importante a destacar como determinante para o processo de retomada das taxas de lucro: a desregulamentação do mercado de trabalho. Isto porque o lucro que o setor financeiro da economia obtém não provém, e não poderia provir de modo nenhum, de suas próprias atividades que se restringem ao plano da circulação. Os lucros do setor financeiro nada mais são do que a apropriação da mais-valia produzida no setor produtivo. Por isso, as taxas de lucro do setor financeiro dependem fundamentalmente da taxa de mais-valia do setor produtivo, sendo que a taxa de mais-valia é tanto maior, quanto menor for o valor da força de trabalho.

Portanto, a questão da desvalorização da força de trabalho assume um lugar central como chave explicativa da situação da sociedade capitalista que se desenvolve desde a década de 1970, caracterizada essencialmente pelo ajuste permanente fundomonetarista, pois este último pode ser resumido unicamente pela obtenção deste objetivo.

E para diminuir o valor da força de trabalho é necessário destruir todos os obstáculos construídos com muita luta pelos trabalhadores organizados, tais como seguridade social, leis trabalhistas, previdência social e direito a organização independente. Algo que vem se dando mesmo nos países capitalistas mais avançados. Uma das primeiras medidas, por exemplo, sancionadas durante o governo Thatcher na Inglaterra na década de 1980, foi o da contrarreforma sobre o direito de greve dos trabalhadores, a que se seguiu a anulação de vários direitos trabalhistas.

O capital, quando alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço e não consegue simultaneamente encontrar canais para a nova expansão, na forma de imperialismo e neocolonialismo, não tem alternativa a não ser deixar que sua própria força de trabalho local sofra as graves consequências da deterioração da taxa de lucro. De fato, as classes trabalhadoras de algumas das mais desenvolvidas sociedades “pós-industriais” estão experimentando uma amostra da real perniciosidade do capital “liberal”. (MÉSZÁROS, 2012, p. 70)

Mas, para além dessas medidas que incidem diretamente sobre o valor da força de trabalho, operando a sua desvalorização, tem também aquelas que influem de maneira indireta, como no caso das privatizações, pois serviços como educação e saúde, para citar dois exemplos, deixam de se caracterizar como um bem social e função do estado para se tonar um bem privado e lucrativo para exploração do capital, se inserindo como um bem a mais a ser considerado no valor da força de trabalho dos trabalhadores.

Para a efetivação deste processo, o capital financeiro monopolista estadunidense avança no processo de desmantelamento dos estados-nação, deslocando o centro real do poder para os bancos centrais e os seus porta-vozes para que possam aplicar um programa econômico alinhado com as imposições de Washington. No Brasil, por exemplo, não raras vezes, homens ligados ao banco central e ao FMI<sup>28</sup> foram colocados a frente da política econômica do país, tornando, assim, os Estados nacionais subordinados das decisões dos organismos multilaterais.

No seu conjunto, os Estados nacionais esvaziados de conteúdo “nacional” vão se tornando cada vez mais correias de transmissão, na verdade subsidiários, de decisões tomadas nas instituições supranacionais, ditas “multilaterais”, quando não são diretamente descentralizados e desmembrados. (SOKOL, 2007, p. 193)

É interessante notar que todas estas medidas são adotadas por intermédio dos discursos apologéticos a respeito dos pretensos benefícios do livre mercado, da modernização de um mercado financeiro e de trabalho mais flexível. E não raras vezes a democracia é invocada pelos porta-vozes do capital financeiro, mesmo que não passe de retórica vazia de qualquer conteúdo, para justificar a “moderna” prática política do ajuste estrutural. Não é preciso muito esforço intelectual de crítica para compreender que a plena democracia não é factível em uma estrutura social baseada na propriedade privada dos grandes meios de produção. Assim como não é difícil entender que sempre que o capital se veja ameaçado, mesmo a democracia representativa moderna do estado democrático de direito – única forma democrática que o capitalismo é capaz de suportar – é posta em suspenso. Exemplos históricos não nos faltam, basta citar os vários golpes civil-militares na América Latina, inclusive no Brasil, financiados pelo capital monopolista estadunidense, ou os golpes institucionais mais recentes.

Ao lado das medidas de destruição dos direitos dos trabalhadores e das mistificações ideológicas, operam-se mecanismos de repressão e ataque as organizações independentes de luta dos trabalhadores como sindicatos, partidos e movimentos sociais. Tal processo tem se desencadeado fundamentalmente de duas formas: mediante o processo de criminalização com forte atuação das instituições do estado burguês, em especial o poder judiciário; e através da cooptação das organizações dos trabalhadores realizada pelos organismos corporativistas burgueses, com lugar destacado para a Organização das Nações Unidas (ONU), mas que

---

<sup>28</sup> Só para citar dois exemplos do período mais recente: durante o primeiro ano do segundo mandato do governo Dilma, assumiu o Ministério da Fazenda Joaquim Levy, homem que integra os quadros do FMI, ocupando cargos importantes; já exerceu o cargo de vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento e atividades no Banco Central Europeu (BCE). E atualmente está sob a direção da pasta Henrique Meirelles, um executivo do setor financeiro e ex-presidente do Banco Central.

contam também com outros organismos supranacionais já citados. A proliferação das chamadas Organizações não Governamentais (ONG) são um exemplo concreto deste fenômeno que buscam congregar trabalhadores e patrões em torno de interesses “comuns”.

Para tratar de evitar que a classe trabalhadora se organize como tal de uma forma independente, o que conseqüentemente acaba significando, inevitavelmente, uma ameaça direta a dominação capitalista, o capital promove a constituição de associações interclassistas que, como tais, não expressam os interesses dos trabalhadores, nem podiam expressá-lo; pelo contrário, os diluem no marco de supostos interesses do conjunto da sociedade (ARRIZABALO MONTORO, 2014, p. 419, tradução nossa)

O resultado de todo este período que sublinhamos a partir da fórmula crise-ajuste-crise, cujo ajuste permanente fundomonetarista, frente ao processo ineludível da declinação das taxas de lucro do capital, tem por essência a diminuição sistemática do valor da força de trabalho, enquanto um o fenômeno da destruição das forças produtivas. E não nos referimos apenas às dimensões quantitativas das forças produtivas, mas, sobretudo as qualitativas. Pois, mesmo que possamos identificar avanços técnicos e científicos, estes não mais proporcionam o aumento da riqueza material e espiritual da humanidade, dado o esgotamento das relações sociais de produção alienadas baseadas na propriedade privada dos grandes meios de produção, não impedindo que ocorra um processo de pauperização contínua das condições de vida da maioria dos trabalhadores.<sup>29</sup> E quando avaliamos os resultados imediatos do ajuste no mundo todo, o que reconhecemos é justamente o aprofundamento da destruição das forças produtivas com a destruição econômica, a regressão social e o questionamento da democracia.

A contradição fundamental da sociedade capitalista, a contradição entre a produção social e a apropriação privada, elevada a máxima potência nos tempos atuais de domínio do capital financeiro monopolista estadunidense e a imposição do ajuste estrutural frente a atuais exigências de acumulação do capital, que precisa lidar com a ineliminável tendência à queda das taxas de lucro, levam a humanidade a se defrontar com uma grande contradição: contamos com a premissa para assegurar o bem estar social, dada as possibilidades materiais que encerram o desenvolvimento científico e tecnológico atingido graças a qualificação do trabalho, mas a conclusão deste bem estar não se verifica efetivamente, pelo contrário, se encontra cada vez mais ameaçada e distante.

---

<sup>29</sup> “As forças produtivas da humanidade deixaram de crescer. As novas invenções e os novos progressos técnicos não conduzem mais a um crescimento da riqueza material. As crises conjunturais, nas condições da crise social de todo o sistema capitalista, sobrecarregam as massas de privações e sofrimentos cada vez maiores. O crescimento do desemprego aprofunda, por sua vez, a crise financeira do Estado e mina os sistemas monetários estremecidos. Os governos, tanto democráticos quanto fascistas, vão de uma bancarrota a outra.” (TROTSKY, 1938, p. 91)

A necessidade de enfrentar a crescente desvalorização do capital, como já dissemos, fez com que uma enorme massa de capitais superacumulada na produção industrial fosse deslocada para o setor financeiro, gerando o fenômeno da financeirização que culminou no processo de constituição de um capital financeiro monopolista, sobretudo de origem estadunidense. Assim como, para encontrar condições favoráveis para a sua valorização, vem comandando, através dos organismos multilaterais, o ajuste permanente, atuando pela sua universalização sob o fetichizante conceito de globalização – e esse é o único sentido verdadeiro do conceito de globalização cunhado pelo imperialismo, o de universalizar o ajuste permanente fundomonetarista.

Esses dois aspectos, financeirização e ajuste estrutural, são fundamentais para se compreender a situação atual dos países denominados de “subdesenvolvidos”, incluindo o Brasil. O que determina a caracterização de subdesenvolvido a países como o Brasil é o fato que a transição para o capitalismo se realizou como um processo exógeno, isto é, foi determinado por mecanismos externos a sua própria estrutura socioeconômica, na qual se constituiu uma burguesia dependente do capital estrangeiro. Esse fenômeno está ligado ao fato do Brasil ter sido colonizado pelo império português, mas postumamente ao processo de libertação colonial a realidade de dependência econômica persiste até os dias de hoje, passando por diferentes fases de dominação externa.

A razão dessa persistência é a evolução do capitalismo e a incapacidade dos países latino-americanos de impedir sua incorporação dependente ao espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações capitalistas hegemônicas. Antes de tudo, o capitalismo transformou-se, através da história, segundo uma velocidade demasiado acelerada para as potencialidades históricas dos países latino-americanos. Quando uma determinada forma de organização capitalista da economia e da sociedade era absorvida, isso ocorria em consequência de uma mudança da natureza do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos, e novos padrões de dominação externa emergiam inexoravelmente. Por outro lado, uma organização aristocrática, oligárquica ou plutocrática da sociedade sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados. Em consequência disso, a institucionalização política do poder era realizada com a exclusão permanente do povo e o sacrifício consciente de um estilo democrático de vida. (FERNANDES, 2009, p. 21)

Essa persistência da realidade de dependência econômica se expressou ao longo da história da formação social e econômica do Brasil através de quatro padrões de dominação externa, que vai desde o antigo sistema colonial até a nova forma de imperialismo sob a hegemonia norte-americana. O atual padrão de dominação externa, segundo Fernandes (2009, p. 30) se refere ao advento do imperialismo total, que conta com a supremacia do domínio estadunidense, mas também com a participação de países europeus e do Japão.

A forma como se desenvolve esse novo padrão de imperialismo determina uma realidade destrutiva para os países latino-americanos, pois:

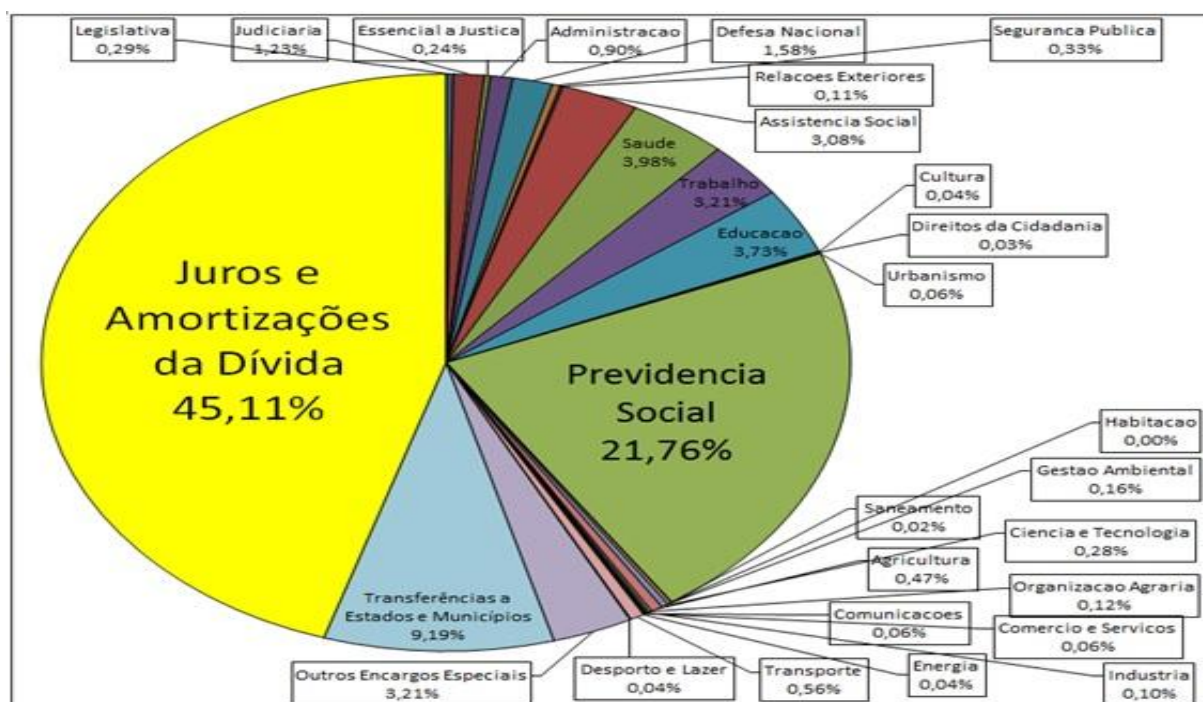
A erupção do moderno imperialismo iniciou-se suavemente, através de empresas corporativas norte-americanas ou europeias, que pareciam corresponder aos padrões ou às aspirações de crescimento nacional autossustentado, conscientemente almejado pelas burguesias latino-americanas e suas elites no poder ou pelos governos. Por isso, elas foram saudadas como uma contribuição efetiva para o “*desarrollismo*” ou o “*desenvolvimentismo*”, recebendo apoio econômico e político irracional. Assim que elas se tornaram um polo econômico ativo das economias latino-americanas, revelaram sua natureza, como uma influência estrutural e dinâmica interna e como um processo histórico-econômico. As empresas anteriores, moldadas para um mercado competitivo restrito, foram absorvidas ou destruídas, as estruturas econômicas existentes foram adaptadas às dimensões e às funções das empresas corporativas, as bases para o crescimento econômico autônomo e a integração nacional da economia, conquistadas tão arduamente, foram postas a serviço dessas empresas e dos seus poderosos interesses privados. (FERNANDES, 2009, p. 30)

Dessa forma, os países latino-americanos como o Brasil, carecendo de recursos materiais e humanos para resistir às implicações negativas da empresa corporativa norte-americana e estabelecer limites ou controlar as determinações da supremacia econômica dos Estados Unidos, bem como, contando com uma burguesia nacional fora do controle público e das pressões democráticas, são subsumidos pelos interesses do imperialismo estadunidense através de mecanismos de controle em diversos níveis como da economia, da segurança, e da política nacionais, da educação e da cultura, da comunicação em massa e da opinião pública, e das aspirações ideais com relação ao futuro e ao estilo de vida desejáveis. Assim, se alça para estes países o obstáculo insuperável do subdesenvolvimento e da possibilidade da soberania, dentro dos limites da fase imperialista do capitalismo, determinada pela espoliação permanente das riquezas naturais.

Com o processo de financeirização da economia, o fenômeno do endividamento adquire papel central como meio de aprofundar a pilhagem dos países latino-americanos. Uma enorme massa de capitais fictícios e parasitários, que não encontram saída no mercado dos países centrais, são deslocados para os países subdesenvolvidos como oferta de créditos, gerando dívidas que, aliadas as políticas arbitrárias de juros no mercado e a desregulamentação financeira (abertura indiscriminada para entrada do capital estrangeiro), provocam a transferência de elevados percentuais do PIB destes países para o setor privado rentista; uma verdadeira evasão de recursos que configura uma assalto aos cofres públicos. Não se trata de um mecanismo novo, mas que diante da dificuldade crescente de valorização

do capital frente à tendência declinante da taxa de lucro se configura como um elemento central, sobretudo a partir da década de 1980, para a busca de sua rentabilidade.

A partir do ano de 2014, por exemplo, o Brasil passou a destinar 978 bilhões do seu orçamento para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, o que equivale a 45% do total. Enquanto setores relacionados às despesas primárias do estado como Educação e saúde públicas recebem um financiamento ínfimo e incapaz de garantir o direito constitucional do acesso às mesmas, como podemos observar no gráfico abaixo:



**Gráfico 14 - Orçamento Geral da União (Executado em 2014)**

Fonte: <http://www8d.senado.gov.br/dwweb/abreDoc.html?docId=92718>. Acesso em: 20 de nov. de 2016

O total gasto pelo estado com o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública em 2014, conforme a figura, correspondeu a 12 vezes o que foi destinado para a Educação, 11 vezes o que foi gasto com a saúde e mais do que o dobro do que foi investido na previdência social. Essa é uma expressão muito clara do caráter de destruição das forças produtivas por conta da crise do sistema baseado na propriedade privada dos grandes meios de produção.

A crise da dívida nos países da América Latina é fruto da própria crise mundial do capital e da subordinação das economias nacionais a ordem imperialista, mas este fato é escamoteado pelos seus defensores, em especial os organismos supranacionais, atribuindo-se sua causa a “gastança” pública e a irresponsabilidade fiscal. Assim a crise da dívida pública se torna para estes países a desculpa para a aplicação do ajuste permanente fundomonetarista



imposto pelo FMI, sustentando o lucro bilionário do setor rentista em detrimento da deterioração do modo de vida da maioria da população destes países, os trabalhadores.

Em definitivo, a dívida externa é o alibi para a imposição das políticas fundomonetaristas nestas regiões. E precisamente por isso é um bom fio condutor para a exposição de sua trajetória desde a crise dos anos setenta, que podemos sintetizar na seguinte sequência: crise → dívida externa → ajuste fundomonetarista → dívida social. (ARRIZABALO MONTORO, 2014, p. 558, tradução nossa)

Assim, se generaliza o ajuste permanente fundo monetário para os países da América Latina como o Brasil, dirigido mundialmente pelo FMI, braço institucional do imperialismo estadunidense e a serviço dos interesses do capital financeiro, aplicado nacionalmente pelos estados burgueses dominadas por suas respectivas burguesias pró-imperialistas, cujo resultado é o desmantelamento dos serviços sociais, dos direitos trabalhistas e a recessão econômica, todas expressões concretas da destruição das forças produtivas.

No Brasil a política de ajuste estrutural começa a ser implementada a partir da década 1980 em função de uma crise profunda da economia, expressão do esgotamento do modelo denominado “desenvolvimentista”, caracterizado pelo processo de industrialização dependente. Como país subdesenvolvido o Brasil vinha se mostrando, desde a década de 1930, bastante propício a entrada de capital estrangeiro sob o discurso da modernização. Mas é sobretudo a partir do final da década de 1970 que a entrada de capital estrangeiro, através da oferta de crédito ao estado, se torna abundante. Se em 1972-1973, o setor privado correspondia a cerca de 60% do ingresso de capital estrangeiro, já no final desta década o setor público era responsável por 77% das captações totais.

É assim que em 1982 o Brasil estabelece seus primeiros acordos plurianuais com o FMI, baseados em empréstimos deste último ao país condicionados pela implementação de um programa de estabilização da economia cujos mecanismos se pautavam no ajuste fiscal. Entretanto é a partir da década de 1990, principalmente com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1996-2003) que o Brasil consolida o ajuste permanente fundomonetarista como política econômica através do processo de contrarreforma do aparelho do Estado nos moldes do ideário neoliberal.

A ciência não escapa a estas contradições; em 2014 seu financiamento pelo estado no Brasil correspondeu a míseros 0,28% e sempre que o estado, em nome da política do superávit primário, lançou mão dos cortes no orçamento federal, a pasta do Ministério de Ciência e Tecnologia foi sempre uma das mais afetadas, como no corte de 2015 na ordem de 1,8 bilhões de reais, dos já escassos 7,3 bilhões previstos na lei orçamentária daquele ano. Como a maior

parte da produção científica no país se dá nos programas de pós-graduação das universidades públicas, os baixos investimentos e cortes no orçamento da Educação também geram implicações para a ciência, cujo resultado é o estabelecimento de condições extremamente precárias para a atividade de pesquisa de professores pesquisadores e pós-graduandos. Essas condições precárias aliadas a uma orientação política de caráter privatista da ciência colocam os PPG em uma situação de submissão aos interesses do capital financeiro. A universidade brasileira inserida neste contexto passa por um processo de transformação marcada pela mudança de seu *status* de identidade pública para o de identidade empresarial e pela alteração de sua concepção de instituição social para o de organização social baseada na lógica operacional que vem se impondo pelos ditames do capital mundial.

#### 4.3 CONTRADIÇÕES DA CIÊNCIA NO MARCO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

No modo de produção capitalista, a ciência adquiriu um papel fundamental, juntamente com outros fatores e principalmente na produção de mercadorias, incidindo sobre o grau de desenvolvimento da produtividade do trabalho, o que faz desta um fenômeno predominantemente a serviço do capital, isto é, força produtiva sob o controle do capital.

A produtividade do trabalho é determinada pelas mais diversas circunstâncias, dentre elas a destreza média dos trabalhadores, **o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica**, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais. (MARX, 2013, p. 62). (Grifo nosso)

A ciência ao lado da tecnologia e das máquinas da indústria desenvolvidas na sociedade capitalista é apropriada pelo capital com o intuito de aumentar a produtividade do trabalho, visando unicamente o aumento dos lucros do capital. Neste sentido, podemos afirmar que a ciência, apesar de não ser aquilo que promove a alienação do trabalho, todavia, ao se converter em força produtiva do capital, aprofunda e agrava a vigência das determinações mais distintivas do trabalho alienado.

No marco da crise estrutural do capital, a ciência é muitas vezes invocada como a redentora dos problemas sociais, culturais e econômicos, como se ela mesma não estivesse submetida à lógica do modo de produção capitalista. Albuquerque (2009, p. 49) aponta o engodo das teses que afirmam que o que está alavancando a reestruturação produtiva é a ciência e a tecnologia, pois estas últimas se encontram em posse dos capitalistas, porção

minoritária da população, enquanto a maioria da classe trabalhadora se vê cada vez mais explorada pela lógica de apropriação privada do capital. A reestruturação produtiva não passa de uma estratégia de controle do capital para manter a sua determinação mais profunda, a saber, o da sua expansão e acumulação, através da extração e acumulação de trabalho excedente, tendo o estado como mediador com suas medidas políticas que provocam o acirramento da luta de classes.

A ciência se afasta cada vez mais do atendimento as necessidades humanas para se tornar em mais um instrumento a serviço do capital, desenvolvendo tecnologias para aumentar ainda mais o grau de exploração do trabalho. De força produtiva capaz de realizar a mediação ontológica no processo de humanização do homem, uma vez que lhe permite conhecer mais profundamente as propriedades da natureza e utilizá-las a seu favor para atender as suas necessidades, a ciência torna-se, predominantemente, força estranha, hostil, alienada, um instrumento a serviço da burguesia para preparar a exploração da força de trabalho da classe trabalhadora.

Esta alienação da ciência se desenvolve com a atuação mediadora do estado burguês, que visa garantir com suas medidas políticas o papel estratégico que a produção do conhecimento deve assumir no processo de alienação da atividade produtiva. Para Albuquerque (2009, p. 50):

Essas mediações visam adequar ideologicamente as condições da produção do conhecimento desde os financiamentos concedidos, quanto ao tratamento dos fenômenos da realidade, a partir de abordagens epistemológicas, que isolam, confundem, esvaziam o conteúdo real concreto [...] A mediação entre a relação destrutiva do capital é realizada por este instrumento, ou seja, o estado. O estado existe para gerenciar os interesses da burguesia e a necessidade de sua existência nasce dos limites estabelecidos da exploração de uma classe sobre a outra. Quando os interesses irreconciliáveis não conseguem mais se manter em seus devidos lugares, aparece a figura do estado, garantindo que as condições para tal se estabeleçam. Para garantir que o conhecimento produzido venha ocupar seu papel estratégico no processo produtivo, é necessário um sistema que o pense, execute e fiscalize.

Os planos de ajuste permanente fundomonetarista impostos ao mundo pelos organismos supranacionais a serviço do capital financeiro exigem, para sua consolidação, penetração em todos os âmbitos da vida social e, justamente por isso, são acompanhados de diretrizes para outros setores e não apenas para a orientação da política econômica dos países, tais como a saúde, a educação e a ciência e tecnologia. No que se refere a esta última, no bojo da contrarreforma do aparelho do estado no Brasil, é colocada em prática toda uma lógica de funcionamento baseada em conceitos do mundo empresarial, tais como insumos, clientes,

produtividade e qualidade total, visando colocá-la a serviço do processo de acumulação do capital.

Neste sentido, em meio a uma conjuntura econômica mundial de dificuldade de valorização do capital financeiro e no contexto de uma falsa saída para a crise mediante o ajuste permanente fundometarista se processam as contrarreformas do estado "neoliberal" no Brasil que, entre outras medidas visando assegurar os interesses do capital financeiro, executam a desresponsabilização por parte do estado na manutenção dos serviços essenciais, como a educação. A própria educação passa a ser considerada como um serviço não essencial, podendo ser delegada às instituições privadas com ou sem fins lucrativos. Trata-se de um mecanismo que prevê a inserção da educação na lógica da acumulação privada, e ao mesmo tempo, a diminuição dos gastos sociais do Estado, transferindo-os para o setor privado, principalmente para os banqueiros do setor rentista, proprietários de títulos da dívida pública impagável.

No que diz respeito às instituições de ensino superior, estas ao passarem a ser exploradas pelo mercado se constituíram em sua maioria como escolas de formação precária e aligeirada, sem nenhum tipo de aspiração a produção de conhecimento científico, embora muitas delas sejam mais aparelhadas em termos de infraestrutura do que algumas instituições públicas, fenômeno mais presente na região norte e nordeste do país. O interesse maior, portanto, para as instituições privadas é consolidar o comércio de diplomas.

Enquanto possibilidade para a formação rápida de mão de obra para um mercado de trabalho volátil e sujeito a alta rotatividade, e não de formação humana com consistente base teórica, recebem maciço apoio do governo federal brasileiro mediante políticas de isenção fiscal e de crédito estudantil, a exemplo do que significam o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Programa de Financiamento Estudantil (FIES)<sup>30</sup>.

São realmente muito poucas as instituições de ensino superior privado que implementam cursos de pós-graduação *stricto-sensu* e quando são ofertados cursos desse nível, predominam os cursos de mestrado profissional, por se tratarem estes de cursos de

---

<sup>30</sup> Recentemente o FIES foi expandido aos programas de pós-graduação. Em 1º de julho de 2014, o então na época ministro da Educação, Henrique Paim, fez o anúncio, justificando sua expansão a pós-graduação devido à “demanda importante, principalmente de alunos de cursos de mestrado profissional”. Conforme matéria no portal do MEC, o programa previa atingir 31,6 mil potenciais beneficiários, matriculados em mais de 600 programas de pós-graduação *stricto sensu* ofertados por cerca de 170 instituições privadas. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=20560>>. Acesso em: 1 de out. de 2016.

formação voltada a atuação profissional, cujo foco não é a pesquisa e sim o ensino, visando preparar o estudante para um demanda específica do mercado de trabalho, como demonstram os dados do quadro abaixo.

<b>Curso</b>	<b>IES Privada</b>	<b>IES Pública</b>	<b>Nº total de Cursos</b>
<b>Doutorado%</b>	13,1	86,9	1606
<b>Mestrado%</b>	16,9	83,1	2725
<b>Mestrado Profissional%</b>	37,1	62,9	329
<b>Total</b>	17,0	83,0	4660

Quadro 03 - Percentual dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil por nível de titulação e segundo categoria administrativa.

Fonte: Elaborada a partir da base de dados CAPES (2013)

Portanto, as universidades públicas continuam sendo o lócus privilegiado de produção do conhecimento científico, já que é nestas instituições, que se encontram a maioria dos programas de pós-graduação com cursos de mestrado acadêmico e de doutorado. Mas isso não significa que a universidade pública se manteve intacta em sua prática social após os processos de contrarreforma do estado brasileiro.

Com poucos recursos financeiros para a manutenção de suas atividades, as universidades públicas foram cada vez mais obrigadas a entrar em uma lógica de competição por editais de fomento a projetos de pesquisa e tendo de adequá-los aos ditames desses próprios editais. Grande parte desses editais se inscreve no horizonte das chamadas parcerias público-privadas, isto é, constituí um investimento para a universidade pública que vem do setor privado.

Dessa forma, o financiamento externo privado se transforma em uma nova rotina da universidade pública que contribui para a perda gradativa de um de seus princípios fundamentais, o de sua autonomia, uma vez que os temas de pesquisa são escolhidos em função de critérios de rentabilidade e não de critérios acadêmicos de questões cruciais ao desenvolvimento do conhecimento científico de uma dada área científica. Não é mais a universidade que comanda o processo de produção do conhecimento e de formação intelectual, mas sim os interesses dos financiadores que em grande medida estão ligados às exigências do mercado. Trata-se do fenômeno da privatização do financiamento universitário e do que esta produz.

Além disso, com uma enorme exigência para o aumento da produção intelectual, que vem se efetivando nas últimas décadas, os programas de pós-graduação, principalmente aqueles avaliados pela CAPES com nota 3, 4 e 5, que acabam recebendo menos recursos, lançam mão de mecanismos para gerar recursos próprios como convênios específicos, realização de mestrados interinstitucionais (Minter) ou doutorados interinstitucionais (Dinter) ou, ainda, mediante criação de mestrados profissionais no interior dos programas já existentes. Recursos estes usados para atender a demandas de publicação de livros, tradução de textos, participação em eventos nacionais e internacionais, realização de intercâmbios nacionais e internacionais etc. Assim, os programas são pressionados a desenvolverem capacidade de empreendedorismo para buscar e gerir seus próprios recursos e buscar manter ou melhorar sua avaliação, corroborando, assim, para o rebaixamento da qualidade dos cursos e para a intensificação do trabalho docente. (OLIVEIRA, 2015, p. 352)

Esse processo tem se desenvolvido no Brasil através de uma grande pressão externa aos programas de pós-graduação exercida principalmente pelas agências financiadoras, avaliadoras e reguladoras da produção acadêmica, de tal forma que podemos considerar hoje a CAPES e o CNPQ, criadas em 1951, como instâncias reguladoras e moduladoras do modo de operar da pós-graduação, visto que elas induzem políticas, formas e mecanismos de avaliação e de gestão, muitas vezes atreladas aos mecanismos de fomento. Conforme os mecanismos de fomento e avaliação dos cursos de pós-graduação que a CAPES adota, vai se constituindo pela força, uma espécie de enquadramento e um comportamento ou desempenho institucional que promove alterações vindas de fora da universidade, que incidem sobre o processo de formação, produção intelectual e pela definição dos tempos e das práticas e rotinas de gestão e de avaliação.

As formas de pressão que são exercidas pelas agências de fomento são variadas, tais como o incentivo financeiro ou a redução dos recursos para bolsas de estudantes e docentes ou para manutenção e ampliação dos programas de apoio à pesquisa e à pós-graduação, como podemos observar mediante os cortes orçamentários que reduzem bolsas existentes ou impedem a ampliação de novas bolsas, assim como mediante os embates em torno dos recursos do Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) para as IES públicas cujo maior montante é destinado aos programas que a CAPES considera de maior prioridade e que constitui, em geral, a única fonte de recurso que viabiliza as atividades acadêmicas como: bancas, realização ou participação de eventos científicos, aquisição de equipamentos, melhoria da infraestrutura etc.

Essas pressões das agências financiadoras, avaliadoras e reguladoras da pós-graduação no Brasil aos programas tem se dado de modo mais efetivo a partir do final dos anos de 1990, em um clima de tensão e pressão, mas que aponta na direção do ajustamento, com diminuta resistência, da pós-graduação a lógica do produtivismo acadêmico, da redução dos tempos de formação e da expansão dos mestrados profissionais. A proliferação dos cursos de mestrados profissionais, sobretudo das áreas ligadas diretamente a setores da produção, que sintonizados com as demandas do mercado de trabalho, procurou substituir o caráter acadêmico de formação do docente pesquisador pela formação do profissional habilitado em uma técnica, um processo ou uma tecnologia, é uma expressão concreta disso.

Por isso, as contrarreformas processadas no estado nas últimas décadas objetivaram o desmantelamento da educação pública e maior fortalecimento da educação privada, e consolidação da universidade pública enquanto organização social que muda o seu papel, antes determinado pela função de servir aos anseios de uma sociedade democrática e republicana quando do seu surgimento, se despojando concretamente de todo sua aspiração a universalidade. Ou seja, deixa de se constituir como instituição social voltada para a formação humana e para a produção de conhecimento que atendam a estes mesmos anseios, para se tornar uma universidade voltada a objetivos bem particulares, aos interesses do capital.

Reduzida a uma organização, a universidade abandona a formação e a pesquisa para lançar-se na fragmentação competitiva. Mas por que ela o faz? Porque está privatizada e a maior parte de suas pesquisas é determinada pelas exigências de mercado, impostas pelos financiadores. Isso significa que a universidade pública produz um conhecimento destinado à apropriação privada. Essa apropriação, aliás, é inseparável da mudança profunda sofrida pelas ciências em sua relação com a prática. (CHAUI, 1999, p. 8)

Compreender como a universidade passa a produzir um conhecimento destinado a apropriação privada perpassa pelo reconhecimento de duas mudanças profundas sofridas pelas ciências ao longo do século XX, sobretudo a partir dos anos de 1940. Em primeiro lugar, por conta do desenvolvimento de novas e mais sofisticadas tecnologias para a realização de investigações científicas, principalmente no âmbito das ciências da natureza, a ciência deixou de ser uma investigação teórica com aplicações práticas para se tornar a própria construção da realidade do objeto de investigação mediante procedimentos de experimentação e construtos lógico-matemáticos. A ciência passou a introduzir em seu horizonte a manipulação dos objetos que se tornou parte de seus procedimentos. (CHAUI, 1999, p. 8)

Essa mudança nos procedimentos da investigação científica proporcionou uma segunda alteração: a ciência se consolidou como um importante componente que alimenta as forças produtivas do capital; tornou-se ela mesma uma força produtiva do capital. Por isso, há

novas formas de financiamento das pesquisas subsumidas a lógica do mercado e a transformação da universidade em uma organização ou em uma entidade operacional. (CHAUÍ, 1999, p. 9)

Diante da dificuldade crescente de valorização do capital e, conseqüentemente, do ajuste estrutural, esse processo de submissão da universidade pública aos interesses do mercado tende a se acentuar. Nos dias de hoje crescem os debates em torno da cobrança de taxas na pós-graduação<sup>31</sup>, da privatização da universidade pública<sup>32</sup> e da necessidade de aproximação da produção do conhecimento ao capital.

No que diz respeito à aproximação do conhecimento aos interesses do capital, um passo grande foi dado neste sentido mediante a aprovação em 2004 da lei 10.973 de inovação tecnológica que concretamente viabilizou transferência de tecnologia das universidades e dos centros de pesquisa para as empresas, prevendo a incubação de empresas no espaço público, a possibilidade de compartilhamento de infraestrutura, equipamentos e recursos humanos, o afastamento de pesquisadores das universidades públicas para tentar transformar seus inventos em negócios, além de autorizar o aporte de recursos orçamentários diretamente às empresas, no âmbito de um projeto de inovação. (MANCEBO, 2004, p. 855)

Todas essas mudanças ocorridas na lógica de funcionamento da universidade pública colocadas em movimento pelas contrarreformas do aparelho do estado burguês e, conseqüentemente, da própria universidade estão estritamente relacionadas com a crise estrutural do capital e seu principal corolário, o ajuste permanente fundomonetarista, que foram, por isso, pensadas pelos próprios organismos supranacionais. Muito do que foi implementado teve como referência as orientações contidas em documentos sobre a necessidade de reformas no ensino superior nos países da América Latina, produzidos pelo Banco Mundial (BM), pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

---

<sup>31</sup> No dia 17 de fevereiro de 2016 foi aprovada na câmara dos deputados proposta de emenda a constituição que permite às universidades públicas a cobrança dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, um passo a mais no processo de sua privatização. A cobrança dos cursos de mestrado profissional chegou a fazer parte da proposta inicial, mas acabou sendo retirada.

<sup>32</sup> No dia 24 de julho de 2016 o editorial do jornal “O Globo”, um espaço de expressão das ideias burguesas em nosso país, defendeu o fim do ensino superior gratuito que, a seu juízo, configura um mecanismo de injustiça social; uma retórica mesquinha e insustentável para justificar o que na verdade constitui sua real preocupação: diminuir os gastos públicos e aumentar o superávit primário para pagar a dívida aos parasitas do setor rentista.



A partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), passando pelo governo de Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ocorreram diversos desdobramentos jurídicos e institucionais constituintes do contexto das reformas do Estado nestes governos.

Na década de 1990 um conjunto de dispositivos foi lançado no governo FHC com o objetivo de fomentar a pesquisa, inserindo o país nos marcos regulatórios internacionais de produção e circulação de mercadorias e capitais, como as leis específicas que a alteraram a lei 8.666 de 21 de junho de 1993, que regulamenta a relação entre capital privado e Estado mediante processo licitatório, que passaram a dispensar licitação para compra de materiais para pesquisa, prestação de serviços e contratação por Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT), medida que consta na lei de Inovação Tecnológica. Além disso, também destacamos a lei 8.959, de 20 de dezembro de 1994, que trata das relações Instituições Federais de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica e as fundações de apoio que permitiu mais tarde a concretização dos princípios da Lei de Inovação Tecnológica. (SILVA JÚNIOR, SILVA E SACRAMENTO, 2010, p. 209)

No governo Lula destacam-se duas leis e um decreto que se tronaram marcos na regulação da relação entre pesquisa e produção. O decreto 5.205 que tratou das fundações de direito privado, retirou a obrigação legal da delimitação de prazos nos contratos celebrados entre as universidades e fundações e incluiu o gerenciamento dos projetos de pesquisa e extensão a essas fundações de direito privado. Já as leis são a Lei 10.973/04 de Inovação Tecnológica e a Lei 11.196/05 do Bem. Segundo Silva Junior, Silva e Sacramento (2010, p. 211) a Lei de Inovação Tecnológica:

Pode ser considerada como uma síntese da aproximação da produção do conhecimento ao processo global de produção e reprodução do capital. Ela dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica e dá outras providências. O projeto desta Lei foi discutido praticamente fora dos debates sobre a reforma universitária, uma vez que seu encaminhamento se deu por iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia. O mote era o da criação de procedimentos mais rápidos de transferência e licenciamento de tecnologia das entidades de pesquisa para a indústria, o que favorecia a mercantilização do conhecimento, ou ainda o afastamento de pesquisadores das universidades públicas para tentar transformar seus inventos em negócios.

Já a lei do Bem objetivou a aproximação do capital privado e universidades federais através da figura jurídica das Instituições de Ciência e Tecnologia que é reafirmado de forma mais contundente na Lei 11.487 de 15 de junho de 2007 onde se dá prioridade ao setor privado das ICTs. (SILVA JÚNIOR, SILVA E SACRAMENTO, 2010, p. 211-212)

Esse processo normativo vem se dando no contexto da universalização do ajuste permanente fundomonetário, que já caracterizamos no subcapítulo anterior; buscam colocar as pesquisas a serviço de um capital em crescente dificuldade de valorização; operam na aproximação das universidades ao capital, promovendo as pesquisas com base em parcerias público-privadas, priorizando áreas ligadas ao setor produtivo, criando uma lógica operacional na universidade. É neste contexto que vai se consolidando as bases da política de pós-graduação no Brasil, que lança as coordenadas materiais para a produção do conhecimento.

## 5 POLÍTICA DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: A LÓGICA QUE DETERMINA OS RUMOS DO CONHECIMENTO SOB O DOMÍNIO DO CAPITAL

Neste capítulo expomos uma análise dos principais objetivos e diretrizes expresso nos Planos Nacionais de Pós-graduação e seus nexos com o contexto histórico em que foram produzidos, bem como suas determinações na produção do conhecimento científico que se dá nos programas de pós-graduação das universidades, em especial a produção do conhecimento *stricto sensu* dos professores que trabalham nos cursos de Educação Física no estado da Bahia no período de 1982 a 2012 que constituí o objeto de nosso estudo, tendo em vista identificar as determinações históricas no âmbito da política nacional de pós-graduação que explicam a realidade de uma produção predominantemente conservadora e baseada na lógica formal.

### 5.1 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA POLÍTICA DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL NA LÓGICA DO CAPITAL

As investigações no âmbito da história mostram que foi durante o governo militar no estado ditatorial brasileiro que surgiu pela primeira vez a preocupação com a formação do professor e do pesquisador no contexto universitário. Tal preocupação com a pós-graduação esteve atrelada aos interesses do governo militar alinhado a política pró-imperialista em um contexto de abertura para o capital estrangeiro, principalmente estadunidense; sua implementação se dá, portanto, em meio a acordos com o governo dos Estados Unidos. Esse aspecto é importante de destacar, porque ao longo da história da universidade brasileira e da pós-graduação todas as mudanças ocorridas na sua estrutura guardam profundas relações com as orientações emitidas por organismos supranacionais comandados pelos Estados Unidos.

No que concerne ao domínio da economia, segundo Paulo Netto (2014, p. 18), a ditadura instaurou um modelo econômico pautado fortemente nos interesses do grande capital, tanto no que diz respeito aos monopólios estrangeiros, como também aos monopólios de origem no próprio país. Dentro deste cenário, a ditadura, através da superexploração da força de trabalho dos trabalhadores, operou um processo expressivo de crescimento do parque industrial e impulsionou um processo de modernização do setor agropecuário, mas mantendo o caráter oligárquico da terra, isto é, impedindo a realização da reforma agrária.

Aproximamos-nos, hoje, da marca de 46 anos de existência da pós-graduação em nosso país. Embora a CAPES e o CNPQ tenham reconhecido algumas experiências sendo desenvolvidas desde a década de 1930, a pós-graduação no Brasil só é oficialmente reconhecida como nível de ensino a partir de 1965, com a emissão do parecer 977/65 pelo Conselho Federal de Educação, conhecido como parecer Newton Sucupira. O referido parecer trouxe pela primeira vez uma conceituação deste nível de ensino, logo após que o então Ministro da Educação, Raymundo Muniz de Aragão, do governo Castelo Branco, solicita ao Conselho de Ensino Superior a definição e regulamentação necessária aos cursos desta natureza, estabelecendo a forma de funcionamento e os fins da pós-graduação no país. Tal tarefa se fazia necessário em função do fato de que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº 4.024, de 20/12/1961) não trazia uma regulamentação clara a respeito deste nível de ensino.

Dessa forma o supracitado conselho emite um parecer, tendo como relator Newton Sucupira, no qual define conceitualmente a pós-graduação brasileira, distinguindo claramente os cursos de pós-graduação *lato sensu* do *stricto sensu*. O documento enfatiza que os cursos de pós-graduação, diferentemente dos cursos de simples especialização, destina-se a formação de professores e pesquisadores para a atuação nos cursos superiores, tendo como modelo a sistemática de formação de pós-graduação norte-americana, que estabelece a formação em dois ciclos sucessivos, *máster* e *doctor*, sendo da responsabilidade das universidades à oferta destes cursos. (BRASIL, 1965, p. 4)

O parecer Newton Sucupira estabelecia em seu texto que o grande objetivo dos cursos de pós-graduação se situava no aprofundamento do saber adquirido nos cursos de graduação e na criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento da livre investigação científica, mediante a oferta de recursos adequados para tanto. (BRASIL, 1965, p. 3)

A construção da definição conceitual dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sua estrutura de funcionamento e objetivos foi profundamente influenciada pela política norte-americana pensada para a América Latina neste período. Dois fatores são elucidativos nesse sentido: os acordos firmados entre a Agência Norte-Americana de Desenvolvimento Internacional (USAID) e o Ministério da Educação (MEC) do Brasil; e as mudanças operadas nas estruturas organizacionais das universidades brasileiras, tendo como modelo as universidades de pesquisa norte-americanas.

Os acordos do MEC com a agência norte-americana abrangiam todos os níveis da educação no país. Na pós-graduação esses acordos buscavam aplicar a ideologia do progresso

empresarial que se baseia na prioridade das mudanças quantitativas, na valorização da ciência aplicada, da engenharia, das relações públicas e da perícia administrativa. Além disso, esses acordos tinham como meta reforçar a autoridade a tradição e a repetição, bem como, buscar a identificação com grupos poderosos, assumir uma postura conformista e valorizar a sistematização e as normas burocráticas. (SILVA, 1997, f. 30)

O interesse dos Estados Unidos na determinação das políticas na área da educação e, particularmente na pós-graduação brasileira, deve-se a política de expansão imperialista no continente americano. Os referidos acordos fizeram parte da política pensada pelos norte-americanos visando à constituição de condições favoráveis para a expansão e valorização do seu capital, que envolve o aprofundamento e consolidação de um modelo econômico de desenvolvimento dependente no Brasil.

Tratava-se de, através desses acordos – obviamente não só no âmbito da educação, mas também em outras – garantir a construção de um grande contingente de força de trabalho com um valor muito baixo, possibilitando a consecução de uma elevada taxa de exploração do trabalho excedente, de extração de mais valia. Frente a possível resistência da população contra as medidas de reforma da universidade brasileira, os acordos MEC-USAID também abrangiam medidas para conter o movimento estudantil e enquadrá-los no regime político adotado.

Estes acordos são facilitados, muito em função do fato de que o desenvolvimento científico e tecnológico representava para os militares no poder uma estratégia importante em seu projeto dito “desenvolvimentista”, que levou o governo a implantar em 1969 o I Plano Básico de desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), assim como o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), dentro das quais se creditava grande expectativa no poder de uma pretensa ciência neutra, embora tenham sido registrados alguns casos de censura e repressão dos quais foram vítimas alguns membros da comunidade científica.

Foi na esteira deste movimento que em 1968 a universidade brasileira passa por uma reforma que institui entre outros elementos: a criação dos departamentos baseado no modelo norte-americano, que eliminaram o antigo sistema de cátedras baseado no modelo europeu; a criação do sistema de créditos, que terminou com o antigo sistema de cursos seriados e anuais nos programas; a criação de instituições de pesquisa; a reformulação da estrutura dos programas com a criação dos cursos de mestrado e doutorado; a criação de um “ciclo básico” nas universidades, com o objetivo de promover uma espécie de educação geral nos dois primeiros anos de curso.

Todas essas mudanças promovidas na estrutura das universidades e na legislação brasileira a respeito da pós-graduação colocaram a exigência da formação qualificada de professores para poder trabalhar nestes cursos, assim como o necessário incentivo para a expansão da pós-graduação. Exigia também uma regulação consistente do nível de qualidade dos cursos que se deu por meio de um Conselho Federal de Educação, e um órgão interno pertencente ao MEC, a CAPES. A CAPES é um órgão que já existia antes da reforma de 1968, mas que após sua efetivação mudou o seu papel, que antes era o de exclusivamente conceder bolsas de estudos para professores e alunos de pós-graduação, dentro e fora do país. Após a assinatura de um decreto (74.299), no ano de 1974, sua estrutura é alterada e seu estatuto é modificado, passando a CAPES a se constituir como um órgão central superior, gozando de autonomia administrativa e superior. É neste contexto que a agência assume o papel principal na avaliação dos cursos.

É dentro desta conjuntura que, na fase final do governo militar, sob a presidência de Ernesto Geisel, a pós-graduação, assim como a CAPES, passa por um processo significativo de crescimento, a partir dos quais podemos destacar o desdobramento de algumas iniciativas, tais como: o apoio à criação de Associações Nacionais por área de conhecimento; a implantação do Programa Institucional de Capacitação de Docentes (PICD), que concedia bolsas de estudos e liberação com salário integral para professores universitários cumprirem programas de pós-graduação nos principais centros do país e do exterior, e a aprovação dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG). Estes últimos constituem um marco histórico importante para o desenvolvimento da pós-graduação brasileira, pois são os documentos oficiais que traduzem a política do estado para esta área, traçando as diretrizes, as metas, os objetivos, em suma, as coordenadas materiais para o seu desenvolvimento.

Este período em que começa a ser pensada a política de pós-graduação no Brasil, através dos PNPG é marcado no contexto mundial, pela crise estrutural do sistema capitalista decorrente da inevitável desvalorização crescente do capital produtivo que requereu para a retomada das taxas de lucro mudanças na estrutura do estado burguês, alteração na forma de organização do trabalho a escala mundial e a transferência maciça de capital para o setor financeiro, situados no horizonte de uma economia política baseada no ajuste permanente fundomonetarista comandada pelos organismos supranacionais, representantes dos interesses do capital monopolista estadunidense.

[...] as transformações então operadas levaram a novos processos de concentração/centralização do capital, deram mais preeminência ao que Lenin caracterizou como *capital financeiro*, que incidiram sobre as modalidades da acumulação, modificaram a estrutura técnica da produção e

alteraram a divisão internacional do trabalho – reconfigurando a relação entre os países capitalistas centrais e os periféricos e conferindo nova ponderação aos grupos monopolistas transnacionais ligados a produção (as chamadas “empresas multinacionais”) a às agências financeiras. (PAULO NETTO, 2014, p. 187)

Na base destas determinações, o contexto socioeconômico brasileiro vinha se caracterizando pelo processo de industrialização, que engendrou uma importante mudança em seu papel dentro da divisão internacional do trabalho, onde deixou de ser mero produtor e fornecedor de matérias primas para a produção de produtos industrializados fora do país, para se constituir em território produtor destes produtos industrializados, mediante a chegada das empresas transnacionais. O governo militar teve um papel fundamental na aprovação de medidas facilitadoras para a entrada de capital estrangeiro. (SILVA, 2015, f. 229)

No que diz respeito às mudanças na estrutura técnica da produção no mundo, esse período é marcado pela crise do padrão de acumulação baseado no sistema taylorista/fordista, que deu lugar a um dos novos padrões de acumulação na forma de mesclas do taylorismo e do fordismo com outros processos produtivos ou de sua substituição pelo sistema toytista proveniente da experiência japonesa que instituiu a chamada acumulação flexível. É, sobretudo na década de 1980, que os países de capitalismo avançado sofrem essas profundas transformações no mundo do trabalho.

Nesta década de grande salto tecnológico, a automação e a robótica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. Vive-se, no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, maíos ou menos embrionários. O fordismo e o taylorismo já não são únicos e mesclam-se com outros processos produtivos (neofordismo e neotaylorismo), sendo, em alguns casos, até substituídos, como a experiência japonesa permite constatar. Novos processos de trabalho emergem; onde o cronômetro e a produção em série são substituídos pela flexibilização da produção, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado. (ANTUNES, 1997, p. 61)

O principal o objetivo destas alterações no mundo do trabalho é o de aumentar a capacidade de extração de mais-valia da força de trabalho do trabalhador e, neste sentido, trazem também profundas implicações no que diz respeito aos direitos do trabalho que:

[...] são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricos do mundo do trabalho são substituídos e eliminados do mundo da produção. Substitui-se (ou mescla-se, dependendo da intensidade) o despotismo taylorista pelo estranhamento do trabalho elevado ao limite, através da apropriação, pelo capital, do saber e do fazer operário. Este pensa e faz pelo e para o capital. É a manipulação da fábrica elevada ao extremo. (ANTUNES, 1997, p. 62)

No Brasil, expansão das transnacionais em seu território na dinâmica econômica – que vinha se dando desde o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) com a abertura para o capital internacional e que foi se consolidando ao longo dos governos subsequentes – foi um fator importante no processo de incorporação pela indústria brasileira das novas formas de organização do trabalho.

Essa nova forma de reorganização do trabalho engendraram também implicações profundas na subjetividade do trabalho, acarretando metamorfoses no ser do trabalho que podem ser reconhecidas, segundo Antunes (1997, p. 62), no abandono do sindicalismo de classe dos anos de 1960-1970 e a adoção ao acrítico sindicalismo de participação e negociação que não questiona a ordem do capital e do mercado, mas apenas as suas manifestações fenomênicas.

Essas determinações demonstram que na realidade as mudanças ocorridas na sociedade capitalismo em resposta a sua crise estrutural não se restringem a reestruturação do mundo do trabalho, mas, em última instância, na imposição de uma nova política econômica a nível mundial para a manutenção da hegemonia do projeto societário burguês, que só pode se dar mediante a universalização do ajuste permanente fundometário centrado em criar as máximas condições para a valorização do capital financeiro.

Portanto, foi nesta conjuntura, a partir das determinações do desenvolvimento do capitalismo monopolista, em sua fase imperialista e marcada por sua crise estrutural, que levou a imposição do ajuste a escala mundial, tendo como resultado o processo de reestruturação produtiva e intensificação da exportação de capitais, que o Brasil enfrentou a necessidade de formação de mão de obra qualificada para o setor produtivo, cuja pós-graduação constituía, neste sentido, um setor estratégico que exigia, portanto, sua regulamentação.

Dessa forma, é neste contexto que surge pela primeira vez em 1973, uma política específica para a área de pós-graduação sob a forma da I PNPG que vigorou no período de 1975 a 1979, tendo sido aprovado pelo governo Geisel, tendo como Ministro da Educação e Cultura Ney Braga e instituído pelo Conselho Nacional de Pós-graduação, grupo interministerial criado pelo decreto 73.441 no governo Médice. O documento foi escrito por Álvaro Braga de Abreu e Silva do Departamento de Assuntos e Universitários (DAU) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), por Arsênio Oswaldo Sevá Filho do DAU da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por Márcio Quintão Moreno do DAU da



Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e por Kingler Marcos Barvosa Alves da UFES.

O I PNPG foi produzido tendo por base as diretrizes pertencentes ao II PND, que foi elaborado levando em consideração as imposições da UNESCO na Recomendação sobre Educação para a Compreensão Internacional, Cooperação e Paz e educação relativa aos direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais de 19 de novembro de 1974. O documento possui 57 páginas e está dividido em quatro capítulos: 1) Introdução; 2) Análise da Evolução da Pós-graduação n Brasil; 3) Objetivos e Diretrizes Gerais e 4) Programas e Metas de Expansão.

O foco central do I PNPG foi a expansão da pós-graduação, tendo em vista transformar as universidades em verdadeiros centros de atividades criativas permanentes voltadas para a formação de professores para atuar no magistério superior e na formação de mão de obra para o mercado de trabalho em expansão, tal como se apresenta em seus objetivos principais:

- Formar professores para o magistério universitário, a fim de atender à expansão quantitativa deste ensino e à elevação da sua qualidade;
- Formar pesquisadores para o trabalho científico, a fim de possibilitar a formação de núcleos e centros, atendendo às necessidades setoriais e regionais da sociedade;
- Preparar profissionais de nível elevado, em função da demanda do mercado de trabalho nas instituições privadas e públicas.(BRASIL, 2004 p. 125)

Para atingir estes objetivos, o I PNPG estabeleceu as três principais diretrizes deveriam ser postas em movimento, tendo em vista o desenvolvimento e expansão da pós-graduação:

- 1<sup>a</sup> – *institucionalizar* o sistema, *consolidando-o* como atividade regular no âmbito das universidades e *garantindo-lhe* um financiamento estável;
- 2<sup>a</sup> – *eleva* os seus atuais padrões de desempenho e racionalizar a utilização dos recursos, *aumentando* o rendimento e a produtividade dos processos de trabalho, *assegurando* a melhor qualidade possível dos cursos;
- 3<sup>a</sup> – *planejar* sua expansão em direção a uma estrutura mais equilibrada entre as áreas de trabalho educacional e científico e entre as regiões do País, *minimizando* a pressão atualmente suportada por esta parte do sistema universitário, *aumentando* a eficácia dos investimentos, e *ampliando* o patrimônio cultural e científico. (BRASIL, 2004 p. 126) (Grifo do original)

É possível ver muito claramente nestas diretrizes a intenção de buscar a expansão da pós-graduação, tendo em vista constituir um sistema consolidado, através da introdução de

elementos inerentes a estruturas organizacionais empresarias, enfatizando que a melhor “qualidade” possível dos cursos passa pelo aumento dos padrões de desempenho, da racionalização dos recursos, eficácia dos investimentos e aumento do rendimento e produtividade. Ou seja, apesar de visar assegurar a melhor qualidade possível dos cursos, o I PNPG apresenta apenas fatores de ordem quantitativa, desconsiderando questões importantes como a relação entre a pós-graduação, a produção do conhecimento e as questões sociais.

Portanto, o I PNPG dá início ao processo de expansão da pós-graduação sob o controle do estado como estratégia para o desenvolvimento econômico, apontando objetivos e diretrizes voltadas para a formação de um novo quadro de recursos humanos para o atendimento das necessidades postas pela realidade conjuntural do mercado de trabalho no modelo de expansão urbano-industrial dependente de capital estrangeiro norte-americano.

Deste modo, no contexto das mudanças ocorridas no âmbito educacional e do processo histórico-social brasileiro com um todo, a pós-graduação se estabelece como fruto de uma sociedade que é forçada a se adaptar a uma condição de dependência cultural. O processo de estruturação, regulamentação e expansão dos cursos se apresentou, portanto, como mais um importante mecanismo de discriminação social, uma vez que esteve claramente direcionado para a reprodução das hierarquias sociais, procurando diversas formas de ligar-se ao processo de desenvolvimento capitalista. (SILVA, 1997, p. 39)

O próprio I PNPG reforça a condição de dependência cultural sob a qual se desenvolvia a sociedade brasileira ao apontar a necessidade de “a absorção de tecnologia e de métodos político-administrativos novos e mais eficazes, o que tem sido parcialmente suprido com a importação de conhecimentos e serviços”, embora também a necessidade da produção científica própria e regular (BRASIL, 2005, p. 122).

Todavia, os objetivos e diretrizes principais apresentadas pelo I PNPG, na prática apontaram para uma contradição neste período da história do desenvolvimento da pós-graduação que, segundo Hostins (2006, p. 137), consiste no fato de que se formou um cenário que abriu espaço para a atuação de uma intelectualidade crítica e atuante no horizonte cultural do país, pois até então a formação nas universidades se restringia a pequenos setores da elite brasileira.

Uma realidade que não se observou, por exemplo, nos regimes militares instituídos no Chile, na Argentina e no Uruguai, onde o sistema universitário passou por um processo de desmantelamento. Isso porque o ideal nacionalista do “Brasil-potência” – contudo, não livre de contradições – levou o governo a buscar articulações junto a representantes da comunidade

científica e universitária com o objetivo de fomentar a modernização da universidade e da ciência e tecnologia que resultaram na implementação de políticas como o I PBDCT, o II PND e mais tarde o I PNPG que produziram efeitos transformadores, ainda que tenham se dado através do autoritarismo do governo militar.

Por outro lado, muitos desses efeitos transformadores levaram a um processo de burocratização nas universidades, que ao serem transformadas em complexas organizações pautadas no ideal liberal, conseqüentemente, passaram a ter todas as suas atividades desenvolvidas absolutamente regulamentadas e controladas por organismos externos a sua própria estrutura, principalmente no que diz respeito à pós-graduação. A avaliação da pós-graduação passa a ser aspecto nodal no seu desenvolvimento e, neste contexto, a CAPES, assumindo este papel, implantou em 1976 a sistemática de avaliação de consultores (avaliação por pares), aplicada desde 1978.

Com esse novo papel a CAPES passa assim a adquirir gradativamente uma maior importância no contexto da pós-graduação até se tornar oficialmente a agência responsável pela elaboração do PNPG, com a extinção, em 1981, do Conselho Nacional de Pós-graduação. É esta agência que formulou o II PNPG e todos os subsequentes.

O II PNPG, instituído durante o governo presidencial de João Baptista de Oliveira Figueiredo e que vigorou no período de 1982 a 1985, caracteriza-se por um momento histórico de consolidação dos cursos já existentes. Para isso o II PNPG reafirma os princípios já ressaltados no parecer 977/65 e no I PNPG e aponta novos aspectos para tentar solucionar problemas que impediam essa consolidação.

A primeira metade da década de 1980 foi marcada pelo esgotamento do chamado “milagre econômico”, frente a qual o governo Figueiredo não rompeu com o modelo econômico da ditadura militar, assumindo medidas que apenas empurravam para frente os efeitos da crise. Essa realidade culminou no fracasso do modelo econômico da ditadura expressa em uma grande recessão econômica que gerou um desastre econômico-social. Crise que foi impulsionada pela conjuntura mundial configurada pelo denominado “segundo choque do petróleo”, considerando que o Brasil era o terceiro importador mundial desta mercadoria.

Com a expressão desastre *econômico-social*, nos referimos ao grande e brutal impacto que a recessão econômica exerceu sobre a massa da população. Entre 1979 e 1984, a renda *per capita* reduziu-se em 25%; entre junho de 1982 a abril de 1985, os salários reais caíram 20%; entre 1981 e 1983, com o setor industrial experimentando uma retração de 52%, a taxa de desemprego nele registrada foi de 7,5%, sendo que em agosto de 1981, apenas nas regiões

metropolitanas, havia 900 mil desempregados. Dados do DIEESE apontavam que, em 1981, 30,3% da população economicamente ativa do país estava desempregada ou subempregada. Os índices de pobreza atingiram níveis alarmantes: se em 1979 a população com renda familiar *per capita* inferior a linha da pobreza somava 38,7%, em 1984 passou para 48,39%; cresceu também a extrema pobreza que saltou de 17,25 milhões em 1979 para 23,70 milhões em 1985. (PAULO NETTO, 2014, p. 2015)

Outra questão importante para a caracterização do panorama econômico do país, neste período, é que em função da própria crise do sistema capitalista, os Estados Unidos por meio FED (Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos) tomam a decisão de elevar as taxas de Juros, o que gerou grande impacto dos países latino-americanos, principalmente naqueles que contraíram dívidas externas baseadas predominantemente em juros flutuantes, como foi o caso do Brasil.

Dentro deste quadro, que contava com o assessoramento do FMI, em 1982 o governo militar se viu obrigado a reconhecer o fracasso de seu modelo econômico e declarar uma moratória, ainda que parcial, pois atingiu apenas as amortizações, deixando o pagamento dos juros intactos, que era o que realmente interessava aos banqueiros imperialistas. (PAULO NETTO, 2014, p. 213) Tudo isso apontava para o esgotamento do regime empresarial-militar e para o início de uma reabertura democrática republicana.

Durante esse período de desastre econômico-social, o II PNPG apresentou de maneira muito mais explícita a relação entre a pós-graduação enquanto área estratégica para o desenvolvimento técnico e científico e as exigências do setor produtivo. A pós-graduação foi concebida neste plano como uma área que pudesse suprir as demandas de formação profissional para atuar na produção de bens e consumo que se desenvolveu rapidamente no Brasil no período em que vingou este plano. Por isso, os dois focos apontados pelo II PNPG foram, formar professores para atuar no ensino superior e profissional para o trabalho nos mercados de bens e consumo em expansão. A formação de professores para trabalhar no ensino superior era, evidentemente, uma necessidade decorrente do objetivo da própria expansão da pós-graduação para formar um número maior da mão de obra. Portanto, a ênfase se situava na formação profissional para o mercado de trabalho.

[...] as funções da pós-graduação se dividem entre a formação de docentes pesquisadores para a esfera acadêmica; a capacitação e o treinamento de pesquisadores e profissionais destinados a aumentar o potencial interno de geração, difusão e utilização de conhecimentos científicos no processo produtivo de bens e serviços e a formação de recursos humanos para o desenvolvimento cultural do país (BRASIL, 2005, p. 184).

Pouca ênfase é dada no II PNPG a questão da produção do conhecimento científico e sua relação com o desenvolvimento social e cultural do país que ficam relegados a um segundo plano frente ao papel que o documento atribui a pós-graduação de se constituir como setor estratégico para criação de força de trabalho, tanto para atender ao mercado emergente, como para fomentar o seu desenvolvimento; tarefa para qual era importantíssima a formação de profissionais altamente qualificados com titulação de mestre e doutor.

[...] o País deverá criar sua força de trabalho, não só para municiar o mercado emergente como também estimular a sua abertura, no sentido de uma crescente autonomia na área científica e tecnológica. É necessário, pois, assegurar a absorção de um número crescente de mestres e doutores e dar-lhes condições para o efetivo exercício de sua capacidade produtiva e criativa. (BRASIL, 2005, p. 183)

É por este motivo que o II PNPG, ao constatar a existência de universidades sem condições para o desenvolvimento da pesquisa – principalmente no setor privado, mas também em algumas universidades públicas menores – devido a condições precárias de trabalho e sobrecarga de ensino, não aponta um fator negativo a ser superado, mas uma realidade favorável de mecanismos diferenciados para atender necessidades distintas. (BRASIL, p. 183-184)

Neste sentido, o II PNPG estabelecem-se três objetivos básicos: 1) aumentar qualitativamente o desempenho global do sistema, pela criação de estímulos e condições favoráveis, bem como acionando mecanismos de acompanhamento e avaliação; 2) compatibilizar pós-graduação e pesquisa com as prioridades nacionais e com a natureza das matérias de formação básica que a precedem na universidade; 3) buscar uma melhor coordenação entre as diversas instâncias governamentais que atuam na área de pós-graduação. (BRASIL, 184-186)

Uma preocupação muito grande foi dada a questão da avaliação dos programas, como se observa no primeiro objetivo básico, tendo em vista o aumento do desempenho do sistema como um todo. Foi justamente no período de vigência do II PNPG que se consolidou a sistemática de avaliação que, compatível com a concepção de pós-graduação presente no documento, trazia como características: o predomínio dos indicadores quantitativos; a valorização do produto em detrimento do processo; a classificação hierárquica; a constituição de um único padrão de universidade e de pós-graduação e a penalização dos já penalizados. (HOSTINS, 2006, p. 140)

O segundo objetivo, ao salientar a compatibilização da pós-graduação as prioridades nacionais, como está expresso em várias partes do documento, se refere, obviamente, a

questão de coloca-lo a serviço das necessidades do mercado, formando mão de obra para supri-lo.

Partindo do pressuposto de que está de acordo com as orientações contidas no III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e no III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), o II PNPG fundamenta-se nas seguintes premissas:

- a existência de um número crescente de profissionais, pesquisadores e docentes altamente qualificados viabiliza um desenvolvimento científico, tecnológico e cultural próprio e representa garantia real para a afirmação dos valores genuinamente brasileiros;
- a consolidação da pós-graduação depende de um sistema universitário e de institutos de pesquisa, estável e dinâmico em todos os seus níveis e setores, e o seu desenvolvimento pressupõe a existência de condições materiais e institucionais indispensáveis para a plena realização de suas finalidades;
- a pós-graduação baseia-se na existência de docentes e pesquisadores efetivamente engajados na produção de novos conhecimentos científicos, tecnológicos ou culturais, em instituições que lhes garantam adequada dedicação horária, carga de ensino compatível com a pesquisa e as outras formas de produção intelectual. Além de condições de instalações e infra-estrutura necessárias;
- o desenvolvimento da pós-graduação depende igualmente da reformulação da estrutura e do funcionamento das instituições acadêmicas que carecem de uma maior dinamização e de uma desburocratização internas;
- a existência de fontes múltiplas de financiamento, cuja atuação contribua para o êxito da Política Nacional de Pós-Graduação, é considerada um fator indispensável na complementação dos recursos orçamentários das instituições, no processo de implantação, desenvolvimento e maturação de um moderno complexo de pesquisa e pós-graduação. (BRASIL, 2004, p. 178)

Entre as premissas acima apontadas pelo II PNPG, destacamos a última que salienta a necessidade de criação de fontes múltiplas de financiamento para o êxito da política nacional de pós-graduação, considerando mecanismos que auxiliam na complementação do orçamento das instituições. Essa é uma tendência que foi se fortalecendo ao longo do desenvolvimento da pós-graduação brasileira, através das parcerias entre universidades públicas e empresas privadas, assim como através da cobrança de taxas. É a partir dessas premissas que o referido plano salienta que a consolidação da pós-graduação, assim como a resolução dos problemas que o país vem enfrentando, torna cada vez mais necessária a participação ativa de um número crescente de profissionais, pesquisadores e docentes, em todos os setores sociais, cabendo, portanto, a pós-graduação o papel central na formação e aperfeiçoamento dos mesmos.

As buscas por fontes diversificadas de financiamento para a pós-graduação e a preocupação com a criação de um sistema de avaliação dos programas são reafirmados entre as principais prioridades e diretrizes, contidas no II PNPG, que devem nortear a política de pós-graduação. Além disso, é defendida entre as diretrizes a ampliação das opções de formação pós-graduada, cuja intenção é a de criar cursos que se voltem mais para a questão da atuação profissional, outra tendência que avançou anos mais tarde através da proliferação dos mestrados profissionais.

- Aperfeiçoamento dos sistemas de avaliação da pós-graduação, sendo importante instrumento a ampla utilização de consultores científicos para cada especialidade;
- Revisão dos mecanismos de que determinam o apoio e o financiamento às diversas instituições, de modo a torná-las mais flexíveis, favorecendo tanto o promissor, porém incipiente, quanto aos centros de tradição e excelência comprovada ou, ainda, os que momentaneamente se encontram numa fase de dificuldades superáveis.
- Ampliação das opções de formação pós-graduada, que deverá considerar a existência dos dois paradigmas predominantes na estrutura universitária brasileira [...] (BRASIL, 2004, p. 187)

De acordo com Silva (1997, p. 49), durante a vigência do II PNPG ocorreram muitas críticas referentes a estrutura dos cursos de mestrado e doutorado, as tendências filosóficas a aos interesses políticos; se faziam denúncias ao engessamento que representavam as áreas de concentração e reivindicavam-se novas concepções de pós-graduação. Essas mudanças, porém, só começam a se concretizar na vigência do III PNPG.

O III PNPG foi aprovado em 1986, durante o governo de José Sarney e vigorou no período de 1986 a 1989. O plano, logo em sua introdução, aponta que muitos estudos, por parte de órgãos do governo e da comunidade científica tem se realizado no intuito de resolver problemas relacionados à política de formação de recursos humanos; entretanto, alerta para o fato de que o país ainda não possui um número suficiente de cientistas que possibilite atingir, a curto prazo, a plena capacitação científica e tecnológica, sendo, portanto, necessário um programa agressivo de formação de recursos humanos qualificados com o objetivo de atingir a independência econômica, científica e tecnológica do país no século XXI. (BRASIL, 2004, p. 193)

Esse momento histórico do Brasil compreende a reabertura democrática do regime político. Com a imersão das contradições da política econômica frente ao desastre econômico-social decorrente do fracasso do modelo econômico da ditadura, o governo militar atinge o seu esgotamento, com o proletariado jogando um importante papel na dinamização da abertura democrática; “a insatisfação generalizada, o descrédito da política econômica do

governo e os sinais de deterioração da sua base político-parlamentar levaram, ao longo de 1983 e especialmente de 1984, à acentuação do desgaste e do isolamento do regime”. (PAULO NETTO, 2014, p. 238)

Neste contexto se formou uma grande campanha de massas pelo “Diretas Já” em conjunto com a oposição democrática do parlamento. A vontade política das massas na luta por eleições diretas não se restringia apenas ao direito de escolher o presidente da república, mas explicitava a reivindicação por mudanças profundas na política que promovessem transformações da organização econômica e social do país. Todavia a abertura democrática que atendesse a esses anseios não se concretizou, pois para isso, era condição fundamental a convocação de uma assembleia constituinte, o que não se confirmou. O processo de redemocratização avançou através de um pacto elitista que em 15 de janeiro de 1985, através de um colégio eleitoral, elegeu Tancredo Neves como presidente da transição. Este faleceu antes que pudesse assumir a presidência, deixando o cargo para o vice-presidente José Sarney, que poucos meses antes era o dirigente máximo do partido da ditadura.

Dessa forma, apesar a abertura democrática não houve mudanças radicais na orientação da economia política do país. Com o agravamento da crise econômica que resultou em mais uma moratória da dívida pública em 1987 e em sintonia com muitas das recomendações do FMI, Sarney aplicou em seu governo, uma política de austeridade, cortando verbas de serviços públicos para garantir o pagamento dos juros da dívida. Foi nessa conjuntura de verbas escassas para os serviços públicos que foi elaborado o III PNPG.

III PNPG traçou no documento os seguintes objetivos: 1) consolidação e melhoria do desempenho dos cursos de pós-graduação; 2) institucionalização da pesquisa nas universidades, para assegurar o funcionamento da pós-graduação; 3) integração da pós-graduação no sistema de Ciência e Tecnologia, inclusive com o setor produtivo. (BRASIL, 2004, p. 195)

Apesar da apresentação muito clara da ideologia da autonomia nacional, que segundo o próprio documento passa pela independência no âmbito da economia, da ciência e da tecnologia, o III PNPG restringe esses fatores a questão econômica, sem questionar os problemas sociais candentes do país em áreas como saúde, educação, segurança, infraestrutura urbana, mobilidade social e transporte público. Assim a pretendida construção de um sistema de pós-graduação que contribua para superação da condição de subdesenvolvimento e dependência externa é diluída na proposta de integrá-la com o setor



produtivo, ou seja, submeter os programas a lógica de funcionamento das empresas e subsumi-las ao capital produtivo, em uma clara linha de continuidade aos planos anteriores.

Levando em consideração a análise da situação da pós-graduação naquele período, as premissas lançadas e os objetivos propostos, o III PNPG propõe as seguintes diretrizes:

- Estimular e apoiar as atividades de investigação científica e tecnológica, que devem transcender o processo de capacitação de pessoal de alto nível e se constituir em condição necessária para a realização da pós-graduação. Esta é parte essencial do Sistema de Ciência e Tecnologia, que garante a pesquisa básica como suporte para o desenvolvimento tecnológico.
- Consolidar as instituições universitárias enquanto ambientes privilegiados de ensino e de geração de conhecimentos e promover a institucionalização da pesquisa e da pós-graduação por meio do destaque de verbas orçamentárias específicas.
- Consolidar a pós-graduação, ao garantir sua qualidade e assegurar o seu papel como instrumento de desenvolvimento científico, tecnológico, social, econômico e cultural.
- Assegurar os recursos para manutenção da infra-estrutura do sistema e manter o financiamento a projetos específicos de ensino e pesquisa, através das agências de fomento, utilizando procedimento de julgamento pelos pares, com base em critérios de mérito.
- Garantir a participação da comunidade científica, em todos os níveis, processos e instituições envolvidas na definição de políticas, na coordenação, no planejamento e na execução das atividades de pós-graduação.
- Ensejar e estimular a diversidade de concepções e organizações evitando práticas uniformizadoras entre regiões, instituições e áreas do conhecimento.
- Assegurar condições ao estudante-bolsista para dedicação integral à pós-graduação. (BRASIL, 2004, p. 209)

Como podemos observar, o III PNPG estabelece uma relação mais estreita entre a pós-graduação e a produção do conhecimento e coloca a necessidade de orçamento específico, infraestrutura adequada, fomento a projetos de pesquisa por meio de agências a partir de critérios baseados na meritocracia para institucionalizar a pesquisa e a pós-graduação, visando garantir sua qualidade, considerado como necessário para o desenvolvimento científico, tecnológico, social, econômico e cultural do país. E um de seus objetivos, o III PNPG destaca a necessária articulação com o setor produtivo.

Isso indica, portanto a articulação da produção do conhecimento com a atividade produtiva, sua aproximação com o desenvolvimento das tecnologias para o aumento da produtividade. Não se colocam problemas sociais cruciais que a produção do conhecimento pode vir a investigar mediante o pensamento crítico, como a desigualdade social, o desemprego estrutural, o analfabetismo, justamente problemas sociais que estavam se agravando ano após ano.

Outro aspecto importante que traz o III PNPG é o do desequilíbrio regional do desenvolvimento no desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa devido ao fato de que algumas regiões, como a Amazônica se situar afastada dos grandes centros culturais e científicos do país. Por isso, projeta, no plano, maior apoio e atenção para o desenvolvimento científico, cultural e tecnológico destas regiões. (BRASIL, 2004, p. 203)

Apesar dessas preocupações no que se refere ao desequilíbrio do desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa entre as regiões do país, cuja concentração maior se encontra nas regiões sul e sudeste, este quadro pouco mudou, não só período em que vigorou o III PNG, mas também em outros planos subsequentes, de forma que até hoje, ainda vivenciamos um quadro semelhante.

Segundo Silva (1997, p. 57), embora apresentasse um caráter aparentemente crítico, o III PNPG, reconhecendo inclusive os problemas gerados pela política inicial dos cursos de pós-graduação, não conseguiu atingir os objetivos propostos para superar este quadro; isto porque o governo assumiu uma postura de total desrespeito e descaso para com a pós-graduação, resultando em sucateamento e abandono da mesma; tanto o governo Sarney quanto o governo Collor que o sucedeu, pautaram-se numa política de cortes orçamentários que reduziram drasticamente as verbas federais para o desenvolvimento da pesquisa, além de terem extinto o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

No governo de Itamar Franco não houve mudanças significativas na política de pós-graduação e de ciência e tecnologia, mas teve um avanço com a volta do MCT que resultou em ganhos imediatos como o aumento de verbas para a área, a criação de carreira de pesquisa para os órgãos federais, a correção nos valores das bolsas, a criação de novos programas e a retomada de outros que haviam sido interrompidos.

Mas muitos problemas ainda perduraram, e a comunidade científica continuava denunciando o descaso do governo com relação ao setor de ciência e tecnologia que trouxe muitas implicações, que se expressavam em baixo índice de publicações científicas dos professores ligados as universidades; no abandono da carreira acadêmica por pesquisadores, ainda jovens, devido aos obstáculos de ordem econômica, política e burocrática, na evasão de pesquisadores para outros países com melhores condições objetivas para o desenvolvimento da pesquisa científica e na baixa qualidade das pesquisas desenvolvidas no país.

Segundo Hostins (2006, p. 142) a década de 1990 foi marcada pela mudança ou redirecionamento das funções da universidade pública do *status* de identidade pública, própria do Estado de Bem Estar, para o *status* de identidade mercantil, própria do Estado Empresarial

que trouxeram implicações expressas na expansão significativa da matrícula, a diversificação da oferta, as propostas de mestrados profissionalizantes, diversificação das fontes de financiamento, as alianças estratégicas entre agências internacionais, governos e corporações, a diferenciação dos docentes em função de indicadores de produtividade, a internacionalização e globalização do conhecimento, o predomínio de Tecnologias da Informação e da Comunicação e de alternativas de aprendizagem à distância, a redefinição das estruturas que regulam a produção e circulação do conhecimento em âmbito global.

As políticas de ajuste pautadas no neoliberalismo atingiram seu auge durante os dois mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso e impulsionaram o processo de privatização e mercantilização da universidade sob o pretexto da melhoria e democratização da educação superior. Neste sentido, muitos documentos que orientaram a política de pós-graduação neste período suscitaram mudanças como a diminuição do tempo de certificação, a redução do número de bolsas e de seu tempo de duração, a redefinição do mestrado com o privilegiamento do doutorado, a vinculação de teses e dissertações a projetos de pesquisa institucional.

Houve neste período uma tentativa de um novo plano de pós-graduação, mas uma série de circunstâncias, como sucessivas crises na economia que geraram cortes no orçamento para aplicação do plano e o afastamento de agências de fomento do processo de elaboração do mesmo, impediram que o plano fosse concretizado. Mas, segundo Martins (*apud* HOSTINS, p. 154, 146), algumas das recomendações que faziam parte deste plano foram implantadas pela diretoria da CAPES, onde se destaca a expansão do Sistema Nacional de Pós-graduação, a diversificação do modelo vigente de pós-graduação de modo a atender também ao meio profissional, as mudanças no processo de avaliação, a implantação do portal de periódicos e inserção internacional da pós-graduação.

No que tange a diversificação do modelo vigente de pós-graduação, visando atender o meio profissional, assistimos ao um processo de criação de mestrados profissionalizantes ancorado na formação voltada para funções outras que não o da pesquisa acadêmica, extremamente unilateral; os mestrados profissionais, inicialmente receberam muitas críticas, principalmente por parte da comunidade acadêmica ligada a área da educação; entretanto, se fortaleceu a partir de um crescente movimento em prol da profissionalização induzida pela política da CAPES.

Dessa forma, somente em 2004, durante o governo Lula, foi construído o IV PNPG que vigorou no período de 2005 a 2010; o plano afirma que um dos seus objetivos

fundamentais é a expansão do sistema de pós-graduação, visando o aumento do número de pós-graduandos necessários para a qualificação do sistema de ensino superior do país, do sistema de ciência e tecnologia e do setor empresarial. (BRASIL, 2004, p. 9)

O IV PNPG retoma os pontos centrais de todos os planos anteriores, assim como defende interesses históricos e aponta os limites de cada plano, para, a partir disso, basicamente reafirmar os objetivos e diretrizes para o desenvolvimento do sistema nacional de pós-graduação, já tratados nos planos anteriores. Neste sentido, o IV PNPG aponta como aspectos fundamentais para sua formulação os seguintes fatores: 1) evolução das formas de organização da pós-graduação brasileira; 2) formação de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento e o mercado de trabalho; 3) integração entre pós-graduação e graduação; 4) carreira acadêmica e qualificação do corpo docente do sistema de ensino superior; 5) avaliando a avaliação da CAPES: problemas e alternativas; 6) expansão da pós-graduação: crescimento das áreas e desequilíbrio regional; 7) financiamento e custo da pós-graduação. (BRASIL, 2004, p. 17)

Através de um diagnóstico detalhado da evolução da pós-graduação no país, o IV PNPG indica que a expansão do sistema deve considerar quatro vertentes: 1. Capacitação do corpo docente para as instituições de Ensino Superior; 2. Qualificação dos professores da educação básica; 3. Especialização de profissionais para o mercado de trabalho público e privado; 4. Formação de técnicos e pesquisadores para empresas públicas e privadas. (BRASIL, 2004, p. 48)

Por fim, o IV PNPG apresenta indicadores voltados para a avaliação do sistema, que deve tomar como medida de qualidade da pós-graduação, a qualidade da produção científica e tecnológica dos grupos de pesquisa que a compõem, assim como o número de doutores titulados que saíram da Iniciação Científica diretamente para o Doutorado e a interação da pós-graduação com o setor empresarial.

Podemos perceber, portanto, como o IV PNPG, até mesmo quando, ainda não efetivado na década de 1990, mas com algumas de suas orientações implementadas, vem desde esse período até 2010 estruturando a sistema nacional de pós-graduação vinculado a interesses da comunidade científica internacional, calcadas num processo de dependência da educação superior e da produção do conhecimento por meio de políticas neoliberais de ajustamento do sistema aos interesses de privatização do conhecimento, tomado enquanto força produtiva aliada ao processo de ampliação do capital e concentração da riqueza, que se

expressam na forma de mercantilização da educação, de privatização do conhecimento historicamente acumulado pelo conjunto da humanidade.

Hoje, nos encontramos no período de vigência do V PNPG (2011-2020); o que aponta para esse decênio a continuidade e avanço das mudanças na conjuntura político-econômica do país, que determinaram o IV PNPG; nos últimos anos o país, tornou-se um dos maiores receptores de capitais estrangeiros, ou seja, trata-se de uma mudança que colocou o país definitivamente na lógica do capital mundializado. Só para conceber uma noção do contexto na época, de 2009 para 2010 o Brasil passou da 15ª para a 5ª posição entre os principais destinos de investimentos estrangeiros diretos. (SILVA JUNIOR, KATO, FERREIRA, 2013, p. 437)

O aumento destes investimentos deve-se as contradições da própria lógica do novo quadro econômico mundial de predominância financeira que provocaram mais impacto nos países em desenvolvimento, da periferia do sistema econômica capitalista, como o Brasil; a crise estrutural do capital, que vem atingido até mesmo os grandes centros de produção mercantil (Estados Unidos, Inglaterra, Japão), os impelem a investir seu capital em países em desenvolvimento, que oferecem taxas de crescimento econômico, buscando a valorização do capital.

Dada essa maciça entrada de capitais estrangeiros, facilitada pela desregulamentação do mercado, e com a implementação contínua da agenda neoliberal nos últimos anos assegurada pelo estado burguês, o Brasil consolida um modelo econômico dependente e subsumido aos interesses imperialistas, representada em dados que expressam a contradição de um país rico e forte economicamente<sup>33</sup>, mas que possui os piores índices de desenvolvimento humano<sup>34</sup>.

É neste contexto que nos anos 1990 o plano Collor alinhado com as diretrizes do Consenso de Washington, coordenado pelo FMI e Banco Mundial, de maneira truncada procede à abertura econômica comercial e financeira, promovendo a desnacionalização da economia e estruturando um modelo econômico baseado na exportação de bens intensivos, mão de obra e recursos naturais e importação de bens intensivos em tecnologia e capital. Dentro deste modelo econômico, as políticas sociais ficaram relegadas a um segundo plano.

---

<sup>33</sup> Segundo dados de 2016 do FMI o Brasil está entre as 13 maiores economias do mundo, ocupando o 9º lugar. Fonte: [HTTP://www.imf.org/external/datamaper/index.php](http://www.imf.org/external/datamaper/index.php)

<sup>34</sup> Segundo relatório do Desenvolvimento humano de 2015 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o Brasil ocupa o 75º lugar do índice de Desenvolvimento humano. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15\\_overview\\_pt.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf)> Acesso em: 20 jun. 2016.

Essas mudanças na conjuntura econômica pressupõem, por sua vez, uma contínua reforma do aparelho do estado, produzindo a matriz política, teórica e ideológica para a reforma das demais instituições republicanas e entre elas a universidade, fato que no Brasil já vem ocorrendo com maior força desde 1995, orientada pelo Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado durante o governo de FHC que produziu a intensificação das políticas neoliberais. Trata-se de um período, portanto, em que se dão profundas mudanças na universidade postas a serviço da valorização do capital.

Nos governos de Lula e Dilma o modelo econômico é marcado por um processo contraditório de ruptura e continuidade com o ideário neoliberal. De fato esses governos se basearam na continuidade da política neoliberal, beneficiando o setor financeiro do capital, inclusive na área da educação superior e as políticas públicas se direcionaram para os programas de alívio a pobreza, isto é, se caracterizaram por políticas compensatórias que não atacam, portanto, os problemas pela sua raiz, mas servem para remediar as consequências sociais de um modelo econômico essencialmente excludente.

Situado nesta conjuntura, o V PNPG apresenta três pontos centrais para compreendermos as perspectivas da pós-graduação, nesta década, considerando suas relações com a conjuntura sociopolítica e econômica apresentada acima.

O primeiro se refere ao forte apelo educacional na forma de políticas públicas direcionadas para todos os níveis de ensino, onde se destacam a preocupação com a formação técnica para alunos de baixa renda do ensino médio, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), a democratização do acesso ao ensino superior, através do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), modalidade de educação à distância e expansão de universidades públicas e privadas, e por fim, a expansão da pós-graduação através de programas como - Ciência sem Fronteiras, e do incremento nas verbas da CAPES e do CNPq ao fomento de bolsas e de pesquisas, através de editais de apoio que privilegiam áreas tecnológicas e pesquisas fortemente vinculadas à Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). (SILVA JÚNIOR; KATO; FERREIRA, 2013, p. 451)

Esses dados aparentemente podem expressar uma preocupação com a democratização do ensino em todos os níveis e de elevação do padrão cultural da população, mas trata-se, na verdade, de uma política voltada para a formação de recursos humanos necessários a valorização do capital estrangeiro, que adentra o país sob o pretexto de melhorar a sua

infraestrutura; entretanto dados divulgados pelo DIEESE em 2014<sup>35</sup> demonstram que grande parte do valor produzido pela força de trabalho brasileiro, qualificado pelos programas acima apontados, são enviados ao exterior, desvendando a falácia por trás do discurso desenvolvimentista.

O segundo ponto se refere ao sistema de avaliação, classificação e orientação da pós-graduação que colocam uma camisa de força a autonomia universitária, comprometendo fortemente a formação de professores e a produção do conhecimento; trata-se, segundo Silva Júnior, Ferreira e Kato (2013, p. 451):

[...] fortalecer e concretizar uma política que há quase duas décadas já vinha se consolidando na tentativa de mudança na cultura universitária, nos seus objetivos, na formação de seus pesquisadores e que, apesar de ser recebida com resistência, vem sendo amplamente aceita pela geração de novos doutores que pouco a pouco vão assumindo as atividades de pesquisas e esvaziando o lugar da crítica. Três são as categorias mais importantes que podemos destacar numa leitura atenta deste plano: avaliação intensificada, o empreendedorismo e a internacionalização da pós-graduação brasileira.

Desta maneira, a produção do conhecimento é fortemente afetada pelo modelo perverso de avaliação da CAPES pautada em indicadores de excelência que burocratizam o processo de produção do conhecimento na universidade e restringem a crítica e o debate livre.

Por fim, o terceiro aspecto do V PNPG que apontamos é o das diretrizes do sistema nacional de pós-graduação para a década que nos encontramos; nelas está contida a preocupação em realizar uma diferenciação institucional dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Destaca-se a papel da CAPES de incentivar e conduzir, sob o pretenso discurso do desenvolvimento econômico e social do país, a expansão da formação de pós-graduados voltados para atividades extra-acadêmicas, apresentado entre as estratégias o incentivo a criação dos mestrados profissionais. (SILVA JÚNIOR; FERREIRA; KATO, 2013, p. 453)

Mediante o exposto, reconhecemos que no atual processo histórico real a universidade se transformou em instrumento para o processo de produção e valorização do capital que atende aos interesses de uma classe minoritária. O esforço de análise dos PNPG que realizamos confirma essa tese. Os planos são apenas uma expressão no plano político do domínio material exercido pelo interesse do Estado burguês.

---

<sup>35</sup> “A remessa de lucros e dividendos das empresas estrangeiras instaladas no país atingiu, nos últimos oito anos, o volume de US\$ 171,3 bilhões. Essa quantia representa um expressivo peso nas contas externas do país, na medida em que, ao elevar o déficit da balança de transações correntes, faz aumentar a dependência do país de capitais estrangeiros, produtivos ou especulativos, necessários para fechar as contas externas”. (DIEESE, 2014, p. 2)

Tais políticas exercem profundos impactos na produção do conhecimento nos programas de pós-graduação no Brasil que, considerando a necessidade de atender a exigências dos órgãos de financiamento e avaliação do mesmo, tornam-se reféns do produtivismo acadêmico marcado pela ausência de produções desprovidas de análises críticas e dialéticas da realidade, marcado por análises desenvolvidas a partir da lógica formal que reafirmam a realidade desigual, excludente e de exploração do projeto histórico capitalista.

## 5.2 ANÁLISE DAS DETERMINAÇÕES DA LÓGICA DA POLÍTICA DE PÓS-GRADUAÇÃO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO *STRICTO SENSU* DOS PROFESSORES QUE TRABALHAM NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESTADO DA BAHIA

Na análise da produção do conhecimento *stricto sensu* dos professores de Educação Física que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física das IES do estado da Bahia, o esforço de reconstituir a lógica em que ocorreu o seu desenvolvimento, nos permitiu reconhecer que há predominantemente aproximações com as leis e princípios constituintes do sistema lógico formal em relação às leis e princípios que constituem o sistema lógico dialético, enquanto dispositivo categorial do pensamento, considerando como os pesquisadores lançaram mão para construir suas teorias e suas concepções de homem e sociedade que embasaram a investigação de seus objetos de pesquisa.

Isso implica reconhecer há uma produção de conhecimento com limites para a compreensão do próprio objeto, bem como imprime um caráter conservador, pois os pesquisadores não consideram em seus dispositivos categoriais de pensamento enquanto categorias da prática inerentes a todo e qualquer fenômeno da realidade objetiva, tais como movimento, contradição, historicidade, totalidade concreta, em consideração a apreensão estanque e isolada das múltiplas determinações; chegam ao limite de negar a própria ciência, isto é, produzem novos conhecimentos que consideram verdadeiros ao associá-los ao conhecimento do senso comum, reduzindo os objetos à mera descrição de representações subjetivas humanas do efêmero cotidiano ou a apresentação de dados sem uma explicação que leve em consideração uma reflexão radical, rigorosa e de conjunto.

Contudo, essa lógica que predomina na produção que constituiu o objeto de nossa análise não provém de simples casualidades, puras escolhas equivocadas de leis e princípios



lógicos para a investigação científica dos objetos por parte dos pesquisadores. Pelo contrário, tal realidade deriva de leis históricas que se impõem como necessárias no movimento da produção do conhecimento científico que têm profunda relação com o contexto econômico e político do país. Não podemos separar a lógica reconstituída das produções que têm determinantes históricos, na proposta dessa análise sem deixar de considerar as determinações da lógica da política nacional de pós-graduação que estão inseridas no contexto da crise estrutural do capital.

Os indicadores da realidade concreta mostram que há um processo significativo de expansão da pós-graduação nos últimos anos, uma preocupação do estado burguês com a formação de professores/pesquisadores e com a produção do conhecimento, tal como apresentamos no terceiro capítulo. Entretanto, esse interesse se expressa no horizonte da contradição entre a produção social e a apropriação privada dos bens materiais e espirituais inerentes à sociedade capitalista, pois as universidades públicas e os programas de pós-graduação vêm se estruturando com base em perspectivas de formação de novos professores/pesquisadores para atender a interesses privados dos detentores do capital, fomentando a produção do conhecimento voltada para o mercado. Assim, busca-se a produção social da ciência, mas instaura-se uma lógica nas universidades, a lógica operacional, que objetiva a sua apropriação privada pelo capital.

Em suma, forma-se professores/pesquisadores para produzir a ciência que o capital necessita para continuar exercendo o controle e domínio sobre o trabalho explorado. Uma das medidas necessárias para se alcançar tal pretensão é a retirada da autonomia das universidades nos que diz respeito ao desenvolvimento dos projetos de pesquisa, mediante o financiamento externo privado. Assim como, pensar estratégias de integração da pós-graduação com o setor empresarial, com parcerias público-privadas. Os dados sobre o financiamento da pesquisa das produções que analisamos, mediante bolsas concedidas por agências do governo, que mostram a existência de muitas pesquisas sem financiamento, são uma prova deste fato.

A apropriação privada da ciência leva a sua mercadorização, pois o conhecimento que é produzido não visa ao atendimento dos problemas sociais, como a questão da desigualdade social, da miséria, da fome, da violência e etc. Sua produção entra na lógica da produção de valores de troca, pois as empresas se apropriam deste conhecimento como produtos para a venda. Por isso, a questão da inovação tecnológica, com atenção especial para a questão das patentes, adquiriu fundamental importância na política de pós-graduação. Trata-se de inovações tecnológicas para o capital explorar a força de trabalho. Isso faz com que a

pesquisa predominantemente se volte para questões relacionadas desenvolvimento de estratégias de intervenção e controle de meios e instrumentos visando um objetivo delimitado.

Condizente com essas determinações, o trabalho intelectual do professor/pesquisador na produção da ciência constitui trabalho alienado, já que não produz conhecimento no qual se reconhece, e sim um conhecimento para o capital.

A contradição fundamental da formação econômica capitalista, a saber, a produção social e a apropriação privada dos bens materiais e espirituais, constitui a base estrutural em que se dá a formulação da Política Nacional de Pós-graduação, expressa nos PNPG, por parte do Estado Burguês. A Estado e a política constituem os elementos mediadores para colocar a ciência hegemonicamente a serviço do capital, fomentando a produção social da ciência e a apropriação privada pelo capital.

Todos os cinco planos implementados desde o final da década de 1970, como foi possível apreender nos processos de análises realizadas, apresentam em seus principais objetivos e diretrizes uma concepção de pós-graduação de caráter essencialmente empresarial e operacional, cujos interesses de imediato é a possibilidade de fazer da universidade pública um espaço para a produção de uma ciência que forme mestres e doutores que a atendam aos objetivos de valorização do capital nacional e, sobretudo, estrangeiro.

Os PNPG reiteram enfaticamente, nos objetivos e nas diretrizes, a necessidade da formação de recursos humanos, tendo em vista a elevação do padrão científico e cultural do país para a consecução da autonomia tecnológica e econômica. Entretanto, para a realização de tais objetivos, o que se vê nas medidas adotadas pelos principais órgãos responsáveis pela execução dos planos, como a CAPES e o CNPQ, são determinações que visam à retirada da autonomia das universidades, o estímulo à produção *stricto sensu* aligeirada. Há também interesses em promover critérios que estabelecem a diferenciação dos professores/pesquisadores através de indicadores de produtividade (meritocracia) e há um visível rebaixamento da formação pós-graduada com a criação cursos precários de mestrado profissionalizante.

O arcabouço categorial que sustenta as ideias contidas nos principais objetivos e diretrizes dos PNPG é formada pelos conceitos de eficácia, eficiência, produtividade, racionalização de recursos, meritocracia, qualidade total, inovação tecnológica, desenvolvimento do setor produtivo, sobretudo nos últimos dois planos. São conceitos que buscam integrar a pós-graduação no sistema de produção capitalista, inserindo a produção do conhecimento produzida nos programas à lógica da mercadorização e à lógica operacional.

Essa é uma lógica em que as universidades e os programas nelas inseridos, ao serem regidos por contratos de gestão e avaliados por índice de produtividade, segundo Chauí (s/d, p. 7), se estruturam:

[...] por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e objetivos. Defenida e estururada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e a formação intelectual está pulverizada (a universidade) em micro organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. A heteronomia da universidade autônoma é visível a olho nú: o aumento insano e horas-aulas, a diminuição do tempo para mestrados e o doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios, etc. Virada para seu próprio umbigo, mas sem saber onde se econtra, a universidade operacional opera e por isso mesmo não age, não surpreende, então, que esse aperar coopere para sua contínua desmoralização pública e degradação interna.

As consequências para a produção do conhecimento na pós-graduação, considerando as determinações da universidade baseada na lógica operacional, são caracterizadas pelo desenvolvimento de pesquisas marcadas pelo ceticismo ontológico e epistemológico, por pressupostos antirrealistas e relativistas, pelo conhecimento útil e disponível para o consumo imediato na lógica do descartável e da obsolescência instantânea em conformidade com as leis do mercado.

Numa organização, uma pesquisa é uma estratégia de intervenção e de controle de meios e intrumentos para a consecução de um objetivo delimitado. Em outras palavras, uma “pesquisa” é um “survey” de problemas, dificuldades e obstáculos locais. Pesquisa, ali, não é conhecimento de alguma coisa, mas posse de instrumentos para intervir e controlar alguma coisa. Por isso mesmo, numa organização não a tempo para a reflexão, a crítica, o exame de conhecimentos insituídos, sua mudança ou sua superação. Numa organização, a atividade cognitiva não tem como nem porque realizar-se. (CHAUÍ, s/d, p. 8)

Ao preconizar em diversos objetivos e diretrizes a aproximação do capital produtivo com a produção do conhecimento produzida nos programas de pós-graduação, sujeitar a formação de mestres e doutores ao atendimento do mercado de trabalho e silenciar sobre as contradições socioeconômicas e culturais de uma nação subdesenvolvida e dependente do capital estrangeiro, submetida as espoliações do imperialismo estadunidense, os PNPG vão gerando ao longo de todo o processo de constituição da política nacional de pós-graduação a produção deste tipo de ciência desprovida de crítica e baseada em uma lógica formal.

Neste sentido, a política dos PNPG, como pudemos observar no subcapítulo anterior, vem servindo para conduzir a pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia de produção

para atender a demanda do setor produtivo e para a formação de mão de obra para o mercado, no qual sobressai maior privilegiamento das áreas das ciências exatas e da natureza em detrimento das ciências humanas. A concepção de desenvolvimento científico e tecnológico contida nos PNPG está vinculada ao esforço de integrar as atividades dos programas de pós-graduação ao sistema empresarial, tendo como centro primordial a questão da inovação e a utilização de tecnologia para a busca de competitividade no mercado internacional. Trata-se da subsunção dos programas de pós-graduação a lógica de valorização do capital, na qual a ciência é regida pelo valor de troca, em detrimento do valor socialmente útil.

Nessa dimensão de valorização do capital, a pós-graduação e a universidade pública entrega tudo que o setor privado deseja em troca de parcos financiamentos: produz o conhecimento para o setor capitalista; forma o trabalhador na universidade pública e a mão de obra qualificada para a docência na rede privada e para os setores produtivos; tem sua expansão contida, favorecendo o privado; compra produtos resultados de pesquisas desenvolvidas dentro da própria universidade pública e, assim por diante. (SILVA, 2015, f. 254)

Além disso, a política nacional de pós-graduação também deixa explícito um gradativo processo de precarização dos programas de pós-graduação, com a diversificação das fontes de financiamento, colocando sobre as universidades a responsabilidade por providenciar fontes alternativas para financiar as atividades em seus programas, com exigentes de cobranças de resultados em curto tempo, o que implica necessariamente no processo de intensificação do trabalho do professor/pesquisador. Esta política está vinculada a uma linha clara de comprometimento com a política de ajuste estrutural e de pagamento da dívida pública que suga a maior parte do orçamento geral da união e com uma concepção privatista de universidade e produção de ciência.

Dados apresentados recentemente pela revista eletrônica *Hype Science* retratam um estranho mapa da produção científica mundial com predominância do fator de impacto do Norte e da Europa e, o quase desaparecimento do Sul. Dentre os fatores apresentados para essa desigualdade está à falta de fundos nacionais, principalmente para investimento em pesquisa, como acontece no Brasil e outros países em desenvolvimento, que aplicam em média 1,0% em pesquisa enquanto que os países desenvolvidos aplicam 2 a 4% do PIB. Tal situação implica numa perda enorme de quantidade de tempo por parte do professor/pesquisador tentando captar recursos e lidar com organizações fora de suas universidades. Isso significa menos tempo para realmente realizar e produzir pesquisas. (SILVA, 2015, p. 255)

Além de assumir múltiplas demandas em um contexto de feroz competição por recursos para o desenvolvimento de pesquisas, os programas de pós-graduação e o corpo docente se defrontaram ao longo dos anos de construção da política nacional de pós-graduação com o aligeiramento da formação e a prioridade do ensino sobre a pesquisa, como ocorre no projeto dos mestrandos profissionais perante a diminuição dos recursos públicos para as universidades atreladas ao incentivo à privatização.

A consequência destas determinações é a precarização da própria produção do conhecimento, uma vez que todas essas medidas, aliadas ao sistema de avaliação da pós-graduação, que se baseia em critérios predominantemente de ordem quantitativa em detrimento de critérios qualitativos, fomentam o fenômeno do produtivismo acadêmico. Os professores/pesquisadores e pós-graduandos precisam lidar com prazos curtíssimos e são obrigados a atender a critérios exógenos aos seus projetos de pesquisa, visando adequá-los aos editais de fomento. E por que esse processo ocorre? Porque a universidade é privatizada por dentro e sua produção de conhecimento é transformada em mercadoria.

A conversão da ciência gestada na pós-graduação em mercadoria motivada para garantir lucro externo, promove no professor-pesquisador a necessidade de produzir algo estranho a sua função social. Dessa forma, ao satisfazer as necessidades pela incumbência do capitalismo, o professor-pesquisador se torna também uma mercadoria. (SILVA, 2015, f. 256)

O espaço para a produção do conhecimento científico voltado para os problemas sociais, culturais, econômicos e políticos candentes da sociedade brasileira fica extremamente reduzido, frente a sua sujeição as demandas determinadas pelos órgãos de financiamento e fundações de amparo a pesquisa.

Desse modo, ao produzir um conhecimento determinado por fatores externos, que buscam não suprir as carências humanas, mas as mercadológicas, apenas com objetivo de vender conhecimento ou alcançar metas estabelecidas, o professor-pesquisador objetiva partir do processo de subjetivação, algo que se torna estranho a ele, passando a um conhecimento que é gestado, por exemplo, pelas prioridades postas pelos editais de financiamentos das pesquisas das fundações de amparo. Todavia, o produto do processo de produção não é para o seu desfrute, mas para outro, especificamente aos financiadores das pesquisas. (SILVA, 2015, f. 257)

Nessas condições de produção da ciência nos programas de pós-graduação, a mesma se torna alienada. A ciência se afasta cada vez mais do atendimento as necessidades humanas para se tornar em mais um instrumento a serviço do capital. De força produtiva capaz de realizar a mediação ontológica no processo de humanização do homem, uma vez que lhe

permite conhecer mais profundamente as propriedades da natureza e utilizá-las a seu favor para atender as suas necessidades, a ciência, torna-se predominantemente, uma força estranha, hostil, alienada, um instrumento a serviço da burguesia para explorar a força de trabalho da classe trabalhadora.

Esta alienação da ciência se dá de forma consumada com a atuação mediadora do estado burguês que visa garantir com suas medidas políticas o papel estratégico que a produção do conhecimento deve assumir em sua lógica de dominação um processo de alienação da atividade produtiva.

Enquanto um comitê estruturado para gerir os negócios da burguesia, o Estado burguês desenvolve as políticas necessárias para atender aos interesses do capital, estando a política nacional de pós-graduação presente nos PNPG inserida neste contexto. Com a neoliberalização do estado brasileiro – que não buscou outro objetivo, senão o da restauração do poder das elites – que ganhou força nos anos de 1990, frente à crise estrutural do capital que impõe a saída pelo ajuste permanente do fundo monetário em todo o mundo, a universidade e a pós-graduação passa por um processo acentuado de precarização e privatização com consequências profundas na produção do conhecimento, como a sua mercadorização e alienação.

Neste contexto de mercadorização da ciência e da construção de um processo de estranhamento do professor/pesquisador e do pós-graduando, forma-se uma estrutura rígida, operacional, pragmática e produtivista no interior dos programas que interdita a capacidade de construção de um conhecimento crítico a realidade objetiva. Por isso, as pesquisas sobre a produção do conhecimento vêm apontando para a predominância de abordagens teórico-metodológicas não críticas (empírico-analítico, fenomenológico-hermenêutico), para a predominância de concepções idealistas e crescimento das teorias irracionistas em diversos campos do conhecimento.

Na área da Educação Física essa realidade se reproduz, quando os professores pesquisadores são incapazes de ter uma noção real e clara de como nos tornamos humanos, de como surgiu a sociedade e de como a sociedade vem se desenvolvendo ao longo da história. É muito difícil para os pesquisadores alterar a sua lógica de conceber a realidade em sua concretude e obter consecução de respostas concretas, quando não se consegue resolver ainda problemas que são basilares para a construção de qualquer conhecimento científico, que diz respeito e necessidade de compreender: O que é mesmo a sociedade, como o homem se

humaniza, como podemos dar repostas concretas a problemas concretos da realidade? O que determina e mantém o atual modo de organização e produção da vida, reafirmando-a e contribuindo para a sua conservação.

Indubitavelmente, para a produção de um conhecimento fundamentalmente voltado para a necessidade de reprodução ampliada e domínio do capital em sua crise estrutural, a negação das leis e princípios da dialética materialista, torna-se um elemento indispensável, visto que limitar o desenvolvimento da ciência as leis e princípios da lógica formal, significa retirar os instrumentos do pensamento que permitem a construção de um projeto histórico superador.

A produção do conhecimento em Educação Física *stricto sensu* encontra entraves para o seu desenvolvimento, ao ponto dos pesquisadores não conseguirem superar os limites impostos pelo sistema da lógica formal. Essa realidade é a expressão da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção do modo de produção capitalista em crise. As relações de produção baseadas na propriedade privada dos grandes meios de produção tornaram-se neste momento histórico do capitalismo, uma barreira para o desenvolvimento das forças produtivas da humanidade.

A ciência como força produtiva da humanidade não avança, porque sua apropriação privada e seu controle pelo capital impõem limites para saltos qualitativos. Por isso, a dialética materialista, enquanto lógica nos programas de pós-graduação é contra-hegemônica, não compatível com a alienação da ciência no modo de produção capitalista, e que precisa ser combatida e extirpada no espaço acadêmico. Nesses interesses a lógica formal é hegemônica porque como método de conhecimento universal, e não como um dos elementos importantes para a produção do conhecimento científico, serve a conservação, ao reacionário, serve ao capital. Se a política nacional de pós-graduação preconizada nos PNPG busca fazer da ciência uma mercadoria a serviço do capital, é esta lógica que ela fomenta na produção do conhecimento.

Dessa forma, os pesquisadores utilizam ou elaboram teorias que não correspondem à prática social, pois não consideram a dinâmica das relações de base da produção da existência, o que acaba culminando em repostas idealistas e pragmáticas aos problemas que levantam para a investigação. Não avançam nas explicações sobre o homem e a sociedade; são incapazes de ter uma noção real de como a sociedade vem se desenvolvendo ao longo da história da humanidade, não conseguem apreender a concretude da dinâmica da luta de

classes em uma sociedade baseada na propriedade dos grandes meios de produção e que por suas próprias contradições impõem limites a produção do conhecimento científico.

Os nexos e relações entre o modo de produção capitalista, a política nacional de pós-graduação e a produção do conhecimento *stricto sensu* dos professores que trabalham nos cursos de Educação Física na Bahia, demonstram que a superação dos limites da ciência não pode ser desvinculada da própria necessidade de superação do modo de produção capitalista, considerando que esta que se apresenta como uma força ainda maior no atual momento histórico de desenvolvimento da sociedade capitalista, a fase imperialista, que em sua crise estrutural vem impondo nas últimas três décadas a universalização do ajuste permanente fundomonetarista, cujos eixos centrais são: desregulamentação do mercado de trabalho; privatização das empresas e serviços públicos, e abertura financeira muito acelerada e indiscriminada. Os resultados concretos são: destruição econômica, regressão social e questionamento dos direitos democráticos, em suma, a destruição das forças produtivas. (ARRIZABALO MONTORO, 2014, p. 669, tradução nossa)

Mediante o exposto, as possibilidades para o salto qualitativo que almejamos na produção do conhecimento científico, exigem o esforço dos pesquisadores produzirem conhecimentos que não se constituam como algo alheio e hostil a classe trabalhadora, mas que atenda aos seus interesses de emancipação; não podemos produzir conhecimento estando separados da luta pela construção de outro projeto histórico, a saber, o projeto histórico socialista, cujas raízes já denotam condições objetivas de estado transitório nascendo nas contradições da sociedade capitalista. Mas por outro lado há que se eliminar as próprias barreiras inerentes as contradições do modo de produção capitalista para o desenvolvimento da ciência.

As consequências só podem ser evitadas eliminando suas causas. De modo que, como cada vez mais graves problemas sociais derivam da apropriação privada dos meios de produção, só sua expropriação pode fazer com que todos os meios disponíveis [...] se coloquem a serviço do conjunto da população, com o horizonte final de abolir definitivamente a exploração e construir uma sociedade sem classes. Em uma sociedade sem classes as possibilidades seriam enormes. Pense-se simplesmente em como poderia ser hoje o combate contra o câncer se durante os últimos vinte e cinco anos se tivesse dedicado a investir sobre a metade do que se tem gasto em armamento. Mas no capitalismo não só não se faz e nem se poderia fazer, como cada vez se dedica menos recursos a esses fins. De fato, só em uma sociedade sem classes baseada na propriedade social de todos os meios de produção a noção de bem estar pode alcançar uma materialização real, universal e sempre em crescimento. (ARRIZABALO MONTORO, 2014, p. 674, tradução nossa)



A materialização real da produção do conhecimento *stricto sensu* de professores de Educação Física, que supere os limites lógicos atuais e que traga contribuições para responder concretamente os problemas que a área vem impondo historicamente, perpassa por superar o pensamento lógico que alimenta o movimento de investigação dos objetos, que acaba por se tornar entrave para conceber a produção de pesquisas significativas ao desenvolvimento da área; portanto é fundamental que reconheçamos que essa lógica que alimenta a política nacional de pós-graduação é determinada pela formação econômica capitalista. É isso o que evidencia os nexos e relações que investigamos e que fizemos o esforço em sistematizar nessa síntese.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida sobre a realidade da produção do conhecimento *stricto sensu* em Educação Física constitui um esforço investigativo de fundamental importância para o desenvolvimento da área, como vem demonstrando os estudos antecedentes que tomam essa mesma produção como objeto de pesquisa, uma vez que nos permitiu reconhecer os limites e as possibilidades para os saltos qualitativos necessários mediante a reconstituição do processo de elaboração pensamento investigativo dos pesquisadores, isto é, dos fundamentos lógicos empregados nas pesquisas.

Todavia, os fundamentos lógicos da pesquisa não podem ser explicados por eles mesmos, como fenômeno autônomo, senão que sofrem determinações mais profundas provenientes da base material da existência humana. Sob esta tese buscamos, portanto, nesta dissertação, reconhecer os nexos e relações entre a produção do conhecimento científico a política de pós-graduação no modo de produção da existência real, propondo como problema investigativo, enquanto uma necessidade concreta, a pergunta: Quais as contradições da produção do conhecimento dos professores que trabalham em cursos de Educação Física no estado da Bahia (1982-2012), considerando a lógica que a alimenta, nexos e determinações históricas advindas dos Planos Nacionais de Pós-graduação?

A análise da realidade da produção *stricto sensu* dos professores que trabalham em cursos de Educação Física no estado da Bahia nos permitiu reconhecer a lógica que predomina no desenvolvimento das dissertações e teses mediante a apreensão dos ancoradouros conceituais, isto é, do dispositivo categorial do pensamento lógico que os pesquisadores utilizaram ou desenvolveram para formular suas teorias de fundamentação e suas concepções de homem e sociedade. A partir deste dispositivo categorial que levantamos, buscamos apreender as regularidades e estabelecer as relações com os sistemas da lógica formal e lógica dialética. Identificamos que a produção que analisamos apresenta predominantemente ancoradouros conceituais que refletem o pensamento desenvolvido pela lógico-formal, representando 70% da amostra, enquanto apenas, 30% apresentam ancoradouros conceituais que refletem as leis e princípios da lógica dialética.

Essa realidade aponta que a produção do conhecimento que analisamos possui um caráter predominantemente conservador e reacionário, com interesses atrelados a classe dominante e a serviço do capital. Isto porque, ao não transporem os limites do sistema da

lógica formal de pensamento na investigação, os professores/pesquisadores tomam-no como um método universal de produção de conhecimento, reduzem a pesquisa científica a descrições da realidade, a operações ou manipulações de dados coletados ou a interpretação de subjetividades humanas.

Como o interesse destes professores/pesquisadores não é o de transformar a realidade concreta, mas apenas interpretá-la de diferentes maneiras, o dispositivo categorial do pensamento em que se apoiam não considera categorias que lhes permitam apreender na investigação de seus objetos as relações contraditórias, o movimento histórico, as múltiplas determinações para avançar para além dos aspectos fenomênicos do objeto de investigação e atingir a sua essência, única possibilidade do professor/pesquisador se tornar capaz de apontar os limites e as possibilidades de transformação para trazer reais contribuições no campo teórico e assim, contribuir para a transformação da prática social em vistas ao seu desenvolvimento em favor dos interesses da classe trabalhadora.

Em suas teorias utilizadas ou elaboradas os professores/pesquisadores que desenvolveram suas pesquisas com base na lógica formal, trabalham com conceitos extremamente estreitos, estabelecendo relações lineares. Muitas dessas pesquisas, por exemplo, voltadas para temática atividade física e saúde, se baseiam, unicamente, em explicações destas duas variáveis, concebendo a saúde como resultado da prática de atividade física, sem consideração de outras determinações fundamentais que incidem sobre a crise do estado de saúde dos trabalhadores. Algumas pesquisas chegam a elencar outras variáveis, advogando uma perspectiva mais ampla da relação saúde e atividade física, como aspectos culturais e políticos. Mas, mesmos esses estudos, encerram-se desprovidos de instrumentos de pensamento que permitam avançar para reconhecer as determinações mais profundas; culminam essas pesquisas em explicações que não ultrapassam a aparência do objeto.

Há pesquisas que buscam explicar a realidade de seus objetos de investigação a partir do pensamento, captando as representações subjetivas e tomando a cultura, o universo simbólico como fator determinante para a explicação da realidade, nas quais o que importa é o que os sujeitos pensam da realidade e não a realidade concreta. Trata-se também de um pensamento baseado na lógica formal, pois não considera as relações e nexos de base da superestrutura, assim como, não desenvolvem a relação dialética de sujeito e objeto no processo de investigação.

A concepção de homem e sociedade nestas pesquisas é muitas vezes relegada a um segundo plano, assumindo uma pretensa posição neutra; por não assumirem um posicionamento de classe, não defendem em suas ideias e posições teóricas, a defesa de um determinado projeto histórico. Nas pesquisas em que aparece de modo explícito a concepção de homem e sociedade, transparece nas regularidades das leis que identificamos, que há determinadas concepções conservadoras, cujo homem é um ser apartado da totalidade social, indivíduo que se concebe a partir de sua própria consciência e que deve se adaptar a realidade objetiva imposta pelas condições naturalizadas de produzir a vida. Há identificação da redução do ser social multideterminado por uma dimensão específica, sendo ora a dimensão biológica, ora a dimensão psicológica ou subjetiva.

As pesquisas desenvolvidas com base no sistema da lógica formal apresentam, portanto, limites teóricos para compreender a realidade em que os objetos se desenvolvem; as investigações por se basearem em princípios e leis que envolvem negação da unidade e luta dos contrários, do movimento histórico, tomam como referência as leis da não-contradição; embora tenhamos observado que a identidade dos objetos refletem uma determinada lógica de pensamento que gera operações com conceitos e promove realizações de deduções lógicas, estas encontram-se em condições insuficientes para a apreensão do real concreto no pensamento, pois o real concreto é a unidade do diverso, é contraditório e está em constante movimento. Se o real é em si contraditório é porque tem movimentos de antagonismos não captados pelos pesquisadores em seus procedimentos metodológicos e em suas sínteses; a produção do conhecimento científico deve apontar explicações objetivas sobre o objeto investigado, buscando alcançar esse movimento, porque este é a chave para que os fenômenos sejam tratados e revelados em sua essência, quando tratados em procedimentos de investigações científicas.

As pesquisas desenvolvidas com base nas leis e princípios da lógica dialética, conforme apreendemos nas regularidades na análise dos ancoradouros conceituais, trabalham com um dispositivo categorial que superam os limites encontrados nas pesquisas desenvolvidas com base na lógica formal, sendo capazes de ultrapassar os aspectos fenomênicos de seus objetos de investigação e atingir a raiz da sua essência.

Essas produções lançam mão de um dispositivo categorial para o desenvolvimento do pensamento investigativo, cujas categorias são essencialmente: modo de produção, forças produtivas, relações de produção, trabalho, totalidade concreta, luta de classes, emancipação humana, transformação social e contradições; estas categorias refletem as leis e princípios da

lógica dialética como a unidade e luta dos contrários, enquanto motor do movimento histórico dos objetos; observamos que os procedimentos investigativos geram transformações qualitativas em quantitativas e vice-versa e os saltos qualitativos através da superação por incorporação do velho pelo novo. Apresentam, dessa forma, teorias utilizadas ou elaboradas que reconhecem a necessidade de compreender a realidade a partir da relação dialética entre sujeito e objeto, matéria e consciência.

A concepção de homem e sociedade nestas pesquisas apontam para a categoria ontológica - trabalho -, como fundante do ser social, meio pelo qual a sociedade produz sua existência, produzindo a cultura e transmitindo as gerações futuras, assumindo características específicas inerentes aos distintos modos de produção da existência que foram desenvolvidos ao longo da história da humanidade; evidenciam criticamente a forma que assume a sociedade capitalista nos processos de alienação e que são marcados pela apropriação privada dos grandes meios de produção; essa realidade sendo exposta, fornece meios para reconhecimento dos entraves para o desenvolvimento das potencialidades humanas, de forças produtivas que promovam o crescimento da riqueza material independente de condições de classes. Apresentam os objetos de investigação numa concepção de sociedade caracterizada pela luta de classes com interesses antagônicos, que disputam o controle político e defendem projetos históricos distintos. Apontam uma sociedade capitalista em crise que precisa ser superada por uma sociedade sem classes mediante a emancipação dos trabalhadores e a expropriação da burguesia.

Há, portanto, claramente dois grupos distintos de pesquisas, na produção que analisamos, que expressam duas lógicas de se produzir ciência, considerando um grupo de professores pesquisadores com predominância de pensamento sustentado pela lógica formal e outro grupo implicações ontológicas já tratadas, cujas bases apontam para a superação dos dos antagonismo provenientes da formação econômica capitalista. Mas, mais do que isso, esses dois grupos refletem o confronto de posições político-ideológicas: uma defensora dos interesses da classe trabalhadora e outra dos interesses da classe dominante, ainda que na maioria das vezes de modo implícito. Uma realidade que não se pode explicar apenas pela lógica interna das pesquisas, mas pela apreensão das determinações históricas, o que nos fez reconhecer a necessidade de buscar os nexos e relações da produção do conhecimento com a política nacional de pós-graduação e com aquilo que a determina em última instância, o modo de produção capitalista.

Esse movimento nos permitiu identificar que os PNPG, enquanto diretrizes que traçam as coordenadas materiais para a produção científica desenvolvida nos programas de pós-graduação no país desde a década de 1970, apontam em seus principais objetivos uma dada lógica que alimenta a subssunção dos projetos de pesquisas e formação de professores/pesquisadores aos interesses do capital. Embora os cinco planos tenham em linhas gerais traçado ao longo destes anos uma política de expansão da pós-graduação no Brasil vinculada e necessidade de superar sua condição de subdesenvolvimento e dependência técnico-científica, há de se reconhecer que o processo histórico foi conduzido de modo a atender hegemonicamente uma parcela menor da sociedade brasileira, a classe burguesa, assim como os interesses pela produção científica ditadas pelo imperialismo estadunidense.

Com a crise estrutural do capital a partir da década de 1970 e o fenômeno crescente da financeirização da economia mundial, o imperialismo estadunidense por intermédio de seus instrumentos de dominação, os organismos supranacionais, impõe ao mundo a política do ajuste permanente fundometário cujo principal objetivo foi o de operar a escala mundial a diminuição do valor da força de trabalho como forma de enfrentar a crescente dificuldade de valorização do capital. Ataques aos direitos democráticos, privatizações dos serviços públicos, desmantelamento do poder dos sindicatos, cortes de gastos públicos, flexibilização/precarização do mercado de trabalho: todos esses elementos fizeram parte das contra-reformas dos Estados, visando a garantia dos ganhos da fração dominante do capital, o capital financeiro. Fenômeno que chegou com maior força no Brasil anos de 1990, sobretudo a partir do governo de FHC, enquanto um governo claramente de direita, que no essencial se manteve nos governos que se seguiram de Inácio Lula da Silva e Dilma Rouseff, apesar do reconhecimento de determinadas rupturas com os regimes anteriores de governo e ter adoção de medidas mais progressistas para manter direitos dos trabalhadores.

Nesse sentido, a política nacional de pós-graduação foi traçada nos PNPG sobre a base da defesa da necessidade histórica de integração da produção do conhecimento ao capital produtivo, em detrimento dos problemas vitais da sociedade brasileira como as questões do combate a fome e a miséria, a saúde, a educação, moradia, transporte, violência, esporte, lazer, cultura e outros.

Os PNPG seguiram historicamente a mesma dinâmica de transformação da função social da universidade pública, enquanto instituição social voltada para a organização operacional, na qual a pesquisa científica é em grande medida regida por interesses alheios a função social do professor/pesquisador e é determinada por fatores externos a universidade;

uma realidade em que o professor/pesquisador é sujeitado a produzir conhecimento na lógica mercantil com objetivo de vender conhecimento ou alcançar metas estabelecidas, de produzir um conhecimento útil e disponível para o consumo imediato na lógica do descartável e da obsolescência instantânea, conforme as determinações dos editais das fundações de amparo à pesquisa e órgãos financiadores.

Essa lógica gera a heteronomia universitária, que se reflete no aumento de horas-aulas para os professores, na diminuição do tempo para os mestrados e os doutorados; a avaliação pautada prioritariamente no quantitativo de publicações em periódicos com qualis considerados privilegiados, ou seja, de B2 para cima; vem, também, ocorrendo a multiplicação de criação de comissões e a exigência de elaboração de múltiplos relatórios para reponder a execução de pesquisas, cujos recursos são colocadas, muitas vezes, em fundações privadas. Esses e muitos outros fatores externos e internos, que se inserem na vida das universidades, vêm precarizando substancialmente o trabalho intelectual dos professores/pesquisadores.

Neste contexto, a pesquisa torna-se um conjunto de relatórios aligeirados e com pouca qualidade, sem espaço para pesquisas com perspectivas históricas e com a profundidade teórica que o rigor científico exige; dão lugar aos “surveys”, pesquisas quantitativas e descritivas da realidade, voltadas para a intervenção e controle de meios e instrumentos para a consecução de um objetivo delimitado por editais exigentes na formalidade e precários na possibilidades de gerar potencialidades de execução e criatividade científica.

A pesquisa com valor socialmente útil, aquela voltada para as necessidades vitais da sociedade, torna-se minoritária, pois demanda outro tipo de lógica universitária, outro tipo orientação da política de pós-graduação, pois exige uma universidade como instituição social voltada para os interesses da classe trabalhadora; uma política de pós-graduação que coloque o conhecimento produzido nos programas de pós-graduação a serviço dos trabalhadores. Por isso, o que predomina na produção do conhecimento *stricto sensu* dos professores que trabalham nos cursos de Educação Física no estado da Bahia, dentro das condições objetivas para a produção do conhecimento científico no Brasil, considerando o período de 1982 a 2012, são as pesquisas desenvolvidas com base nas leis e princípios da lógica formal enquanto método de conhecimento universal, que resulta em produções conservadoras que reafirmam o projeto histórico capitalista.

No movimento histórico de desenvolvimento da Política Nacional de Pós-graduação, indicamos que: a) o estado burguês, enquanto comitê responsável por gerir os negócios da burguesia, não pode traçar políticas públicas que atendam aos anseios da classe trabalhadora, tão pouco uma Política Nacional de Pós-graduação que coloque o conhecimento produzido nos programas de pós-graduação a serviço das necessidades de emancipação dos trabalhadores; b) o modo de produção capitalista no atual estágio de seu desenvolvimento é marcado pela sua crescente dificuldade de valorização, o que o impele a impor a escala global o ajuste permanente fundomonetarista com o objetivo de reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração do trabalho, no contexto da qual a universidade e produção do conhecimento é colocada a serviço deste objetivo, cujas consequências são a consituição da universidade operacional e a integração da pesquisa ao capital produtivo; c) Os PNPG apresentam objetivos e diretrizes que orientam a pós-graduação de modo a fomentar a privatização e mercadorização do conhecimento, o estranhamento do trabalho do professor/pesquisador, o produtivismo acadêmico e, conseqüentemente, uma lógica formal de se fazer ciência.

Portanto, reconhecemos que a produção do conhecimento analisada encerra uma contradição que se expressa no fato de não atender a sua função precípua que é a de responder concretamente aos problemas enquanto necessidades vitais da humanidade no campo da Educação Física, esporte e lazer, trazendo contribuições teóricas para o desenvolvimento da humanidade; esta produção entra em conflito com a mercadorização da ciência, que visa atender aos interesses da classe dominante, cuja negação da lógica dialética é um elemento determinante. A realidade em que se coloca a produção do conhecimento tem nexos e relações com a Política Nacional de Pós-graduação presente nos PNPG, que traçam os rumos da produção do conhecimento em direção a valorização do capital e com o modo de produção capitalista em sua fase imperialista.

Superar as contradições que marcam essa produção do conhecimento científico, passa pela necessidade da superação das contradições da Política Nacional de Pós-graduação e do modo de produção capitalista em decomposição. Passa pelo fim do regime da propriedade privada dos grandes meios de produção, que se consituem, hoje, em um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas da humanidade, incluindo a expansão edemocratização do que é produzido de conhecimento científico.

A produção do conhecimento tem um papel importante na luta de classes e expressa a disputa de projetos históricos. O conhecimento é também um elemento que pode vir a



contribuir com o processo de emancipação da classe trabalhadora e contribuir na luta pela superação da sociedade capitalista, em vista a construção do projeto histórico comunista.

Por isso é de fundamental importância investigações que busquem compreender os determinantes históricos da produção da ciência, da política de ciência e tecnologia, tomando como chave explicativa a economia política. Poranto, mediante as sínteses produzidas nesse relatório dissertativo, reconhecemos a necessidade de um maior aprofundamento no que tange a investigação das determinações da economia política na produção do conhecimento científico para além dos PNPG.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Joelma de Oliveira. **A Produção de pesquisas em Educação Física, esporte e Lazer com a temática escola no nordeste brasileiro (1982-2004):** mediações e possibilidades da educação para além do capital. 2007. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2007.
- ANDERSON, Perry. Balanço neoliberal. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ANDERY, Maria Amália Pie Abib. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica.** Garamond, São Paulo, 2007. 436 p.
- ANTUNES, Ricardo. **Aonde vai o mundo do trabalho?** In: COGGIOLA (org.). **Globalização e Socialismo.** São Paulo: Xamã, 1997. 61-70 p.
- ARRIZABALO MONTORO, Xabier. **Capitalismo y economía mundial: bases teóricas y análisis empírico para la comprensión de los problemas económicos del siglo XXI.** Madrid: Instituto Marxista de Economía, 2014. 720 p.
- ÁVILA, Astrid Baecker. **A pós-graduação em educação física e as tendências na produção do conhecimento: o debate entre realismo e anti-realismo.** 2008. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2008.
- BAZARIAN, Jacob. **O problema da verdade: teoria do conhecimento.** Alfa Omega, São Paulo, 1985. 223 p.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Pós-graduação. **I Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 1975-1979.** Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Superior. **II Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 1982-1985.** Brasília: CNPQ, 1981.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **III Plano de Pós-graduação – PNPG 1986-1989.** Brasília: CAPES, 1985.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano de Pós-graduação – PNPG 2005-2010.** Brasília: CAPES, 2004. 2012.
- BRASIL. Brasil. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020.** Vol. 1. Brasília: CAPES, 2010. 309 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. Secretaria do Ensino Superior. **Parecer 977/65.** Brasília: 1965.

CARVALHO, Máuri de. **Política, Estado e democracia: a crítica do revisionismo contemporâneo**. In: ORSO, Paulino José, GONÇALVES, Rodrigues Sebastião, MATTOS, Valci Maria (org.). Educação, Estado e contradições sociais. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 37-74

CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. Folha Online. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/dc\\_1\\_3.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/dc_1_3.htm)>. Acesso em: 8 ago. 2016

\_\_\_\_\_. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação** [online], Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, Set /Out /Nov/ de 2003.

CHAVES, Márcia. **A produção do conhecimento em Educação Física nos estados do nordeste (Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe), 1982-2004: Balanço e perspectivas**. 159 f. 2005. Pós-Doutorado em Educação. Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista: Leis e categorias da dialética**. São Paulo: Alfa-Omega, 2004. 354 p.

COIMBRA, Tatiane Carneiro. **O reordenamento no mundo do trabalho e a precarização do trabalho do professor de Educação Física: mediações da mercadorização da cultura corporal**. 2009. 225 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

DIEESE. **Remessa de lucros e dividendos: setores e a dinâmica econômica brasileira**. Nota técnica n. 137, junho 2014.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 240 p.

\_\_\_\_\_. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 304 p.

FERNANDES, Frolestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4ed. São Paulo : Global, 2009. 151 p.

FREITAS, Luis Carlos de. **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da didática**. Campinas: Papirus, 1995. 288 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida**. In: GOMES, Carlos Minayo et. al. Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 11-27.

GAMA, Carolina Nozella. **Contribuição à crítica da produção do conhecimento sobre o currículo de pedagogia no Brasil: uma análise das teses (1987-2010)**. 2012. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade e Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2012.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **A análise epistemológica dos métodos de pesquisa educacional**. 1982. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF. 1982.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia da pesquisa em educação**: Estruturas lógicas e tendências metodológicas. 1987. 154 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas. 1987.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa em Educação**: Métodos e epistemologias. Chapecó: Argos, 2007. 193 p.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A categoria da atividade e suas implicações no desenvolvimento humano. *In*: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 288-292, jan. 1992.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. 4ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. 252 p.

HOSTINS, Regina Célia Linhares. **Formação de pesquisadores na pós-graduação em educação**: embates ontológicos e epistemológicos. 2006. 176 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2006.

HOBBSAWM, Eric John Ernest. **A era do extremo: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das letras, 2012. 632 p.

KOPNIN, P. V. **Fundamentos lógicos da ciência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. 280 p.

\_\_\_\_\_. **A Dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1995. 248 p.

LACKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1992. 250 p.

LÊNIN, Vladimir Il'ich. **O Imperialismo, fase superior do capitalismo**. Brasília: Nova Palavra, 2007. 200 p.

\_\_\_\_\_. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 184 p.

LEONTIEV, A. O homem e a cultura. *In*: **O desenvolvimento do psiquismo**. Traduzido por: Manoel Dias Duarte. Lisboa, Horizonte Universitário, 1978. p. 259-284.

LESSA, Sergio e TONET, Ivo. **Introdução a Filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 128 p.

LESSA, Sergio. **Sobre análise imanente**. s/d. Não publicado.

LOMBARDI, J. C. **Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels**. 2010, 377 f. Tese (livre docência) - Faculdade de Educação Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

LUBRISCO, Nídia M. L.; VIEIRA, Sônia Chagas; SANTANA, Isnaia Veiga. **Manual de Estilo Acadêmico**: Monografias, dissertações e teses. 4. ed. Salvador: Ed. UFBA, 2008. 145 p.

LUKÁCS. **O Trabalho**. Capítulo I, v. II, da Ontologia do Ser Social. Tradução Ivo Tonet. 92 p.

MANCEBO, Deise. **Reforma universitária**: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. In: Educação e Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 845-866, Out. 2004.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. 20ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 571 p.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 288 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3 ed. São Paulo: Martin Claret, 2005. 149 p.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 72 p.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2011. 155 p.

NOVACK, George. **Introdução à lógica marxista**. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2005. 120 p.

OLIVEIRA, João Ferreira. **A Pós-Graduação e a pesquisa no Brasil: processos de regulação e de reconfiguração da formação e da produção do trabalho acadêmico**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, Ahead of print, v. 10, n. 2, jul./dez. 2015.

PAULO NETTO, José. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014. 342 p.

PAULO NETTO, José e BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012. 271 p.

SÁ, Kátia Oliver de. **Projetos integrados de pesquisa em rede**: Realidade e possibilidades da produção do conhecimento *stricto sensu* em educação física, esporte e lazer de professores que trabalham em cursos de Formação de professores de Educação Física no estado da Bahia – 1982 A 2012. 2013. 147 f. Pós-doutorado em Educação. Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1983. 224 p.

SACARDO, Michele Silva. **Estudo bibliométrico e epistemológico da produção científica em Educação Física na Região Centro-Oeste do Brasil**. 247 f. Tese 2012 (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Carlos, 2012.

SEVERINO, Antônio. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª. Ed. Ver. e atual. 5ª. Reimp. São Paulo: Cortez. 263 p.

SILVA, Ivson Conceição. **Produção do conhecimento dos professores do curso de licenciatura em Educação Física da UFBA: realidade e possibilidade na formação de professores**. 2015. 278 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2015

SILVA, Rossana Valéria Souza e. **Pesquisa em Educação Física: Determinações históricas e implicações epistemológicas**. 1997. 278 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas. 1997.

SILVA, R. V. S. **Mestrados em educação física no Brasil: pesquisando suas pesquisas**. 1990. Dissertação (Mestrado) – Educação Física. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1990.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SILVA, Eduardo Pinto e; SACRAMENTO, Leonardo. **O político e o Jurídico na aproximação do conhecimento ao capital produtivo**. Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, Campo Grande – MS, n. 30, p. 203-220, jul/dez. 2010.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; FERREIRA, Luciana Rodrigues; KATO, Fabíola Bouth Grello. Trabalho do professor pesquisador diante da expansão da pós-graduação no Brasil pós-LDB. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 53, p. 435-456, jun. 2013.

SOKOL, Markus. **Notas sobre a atualidade de “O imperialismo, fase superior do capitalismo”**. IN: LÊNIN, I. V. O imperialismo, fase superior do capitalismo. Brasília: Nova Palavra, 2007. p. 179-200.

TROTSKY, Leon. **O programa de Transição**. In: MARX, Karl [et. al.]. O programa da Revolução. Brasília: Nova Palavra, 2008. p. 89-141.

**APÊNDICES (CD com arquivos – quadros/planilhas de bancos de dados)**

**ANEXOS (CD com arquivos: 1. Planos Nacionais de Pós-graduação; 2. Produções *stricto sensu* analisadas)**